



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

PAOLA GAMBAROTTO

**De Donas-de-Casa a Donas-da-Casa: o protagonismo feminino nas
camadas médias urbanas na cidade de São Paulo.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de
Campinas como requisito para obtenção do título de mestre em
Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gilda Figueiredo Portugal Gouvea

Campinas
2009

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Por Sandra Ferreira Moreira CRB nº 08/5124**

Gambarotto, Paola

G141d De Dona-de-Casa a Donas-de-casa: o protagonismo feminino nas camadas médias urbanas na cidade São Paulo / Paola Gambarotto. - - Campinas, SP : [s. n.], 2009.

**Orientador: Gilda Figueiredo Portugal Gouvea.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

1. Classe media. 2. Individualismo. 3. Divorcio. 4. Evolução social. 5. Sociologia. I. Gouvea, Gilda Figueiredo Portugal . II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

Título em inglês: From Housewives to House-owners: the middle class feminine protagonism in São Paulo City.

Palavras chaves em inglês (keywords) :

**Middle classes
Individualism
Divorce
Social evolution
Sociology**

**Área de Concentração: Teoria Sociológica e
Pensamento Social /Teorias Específicas**

Titulação: Mestre

Banca examinadora:

**Gilda Figueiredo Portugal Gouvea, Maria Helena Oliva-
Augusto, Guita Grin Debert**

Data da defesa: 16-09-2009

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

C1
R-157

PAOLA GAMBAROTTO

“De Donas-de-Casa a Donas-da-Casa: o protagonismo feminino nas camadas médias urbanas na cidade de São Paulo”

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Gilda Figueiredo Portugal Gouvea

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em
_16/_09_/2009

BANCA

Prof. Dr. Gilda Figueiredo Portugal Gouvea (Orientador)

Prof. Dr. Guita Grin Debert (titular interno)

Prof. Dr. Maria Helena Oliva-Augusto (titular externo)

Prof. Dr. Leila da Costa Ferreira (suplente interno)

Prof. Dr. Ângela Fátima Soligo (suplente externo)

SETEMBRO / 2009

AGRADECIMENTOS.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq**. Percebo que geralmente o colocamos por último em nossos agradecimentos acadêmicos, mas o coloco em primeiro; por entender que sem a Bolsa concedida, a tantos alunos como eu por esta Instituição, tal trabalho jamais teria sido possível.

Superadas às dificuldades objetivas, começo por agradecer à minha orientadora **Prof^a. Dr^a. Gilda Figueiredo Portugal Gouvea**, sua paciência, zelo, amizade, presteza, fôlego e coragem que sempre me ampararam nos momentos mais difíceis. Uma mestra como poucas!

A **Prof^a. Dr^a. Maria Helena Oliva-Augusto**, minha primeira mestra na academia, com quem pude compartilhar muitos momentos felizes, quanto aprendi com você! Quero agradecer por tudo, desde a ajuda para a construção do projeto inicial que compõe esta Dissertação até a paciência quando ler Weber me desesperava. Agradeço também a sua ética e profissionalismo expostos em meu exame de qualificação. Muito obrigada pelas contribuições, espero tê-las contemplado.

A **Prof^a. Dr^a. Mariza Corrêa**, sua dedicação aos estudos de gênero são uma inspiração desde meus primeiros anos de faculdade, tê-la em meu exame de qualificação foi uma honra, espero ter contemplado todas as suas demandas.

A **Prof^a. Dr^a. Guita Grin Debert**, agradeço pela pronta disposição em participar de meu exame de defesa e exponho minha admiração por seu trabalho acadêmico tão sensível e inovador.

Aos Professores **Josué Pereira da Silva** e **Renato Ortiz** por terem sido pacientes, receptivos e mestres, sem dúvida o contato com vocês aguçou minha imaginação sociológica.

Às minhas antigas amigas de São Paulo: **Nádia Canado, Cecília Ferreira de Nichile, Carol Peris, Mariana Thibes, e Sandra Puppo**, sempre queridas, pacientes e prestativas neste longo percurso.

Aos amigos recém conquistados em Campinas: **Marina Saraiva, Miqueli Miquetti, Mariana Marques, Giselle Vianna, João Batista, Fernanda Leão**, que sorte encontrá-los e poder ter passado tantos momentos felizes juntos, o mestrado ganhou leveza ao lado de vocês, que o futuro nos reúna em breve. Obrigada por terem feito esta jornada tão especial.

Ao meu irmão e amigo **Bruno Gambarotto**, agradeço pela revisão atenta e pelos conselhos que tornaram esse texto muito melhor.

Às minhas cinco entrevistadas agradeço o tempo e a sensibilidade em abrir seus sentimentos, tristezas, sofrimentos e alegrias em prol da produção de conhecimento.

Aos meus pais, **Conceição e Carlos Gambarotto**, quantas dificuldades passamos nestes dois anos e vocês sempre tentando me acolher e proteger. Aos meus irmãos **Beatrice e Bruno Gambarotto**, quanto amor tenho por vocês. Minha família sanguínea e eletiva.

Ao meu companheiro, **Leonardo Martins de Lima**, quantos sorrisos, afagos, viagens, experiências e amor você tem me proporcionado.

RESUMO

De donas-de-casa a donas-da-casa: o protagonismo feminino nas camadas médias urbanas na cidade de São Paulo

Esta pesquisa tem por finalidade uma análise qualitativa das famílias monoparentais de classe média chefiadas por mulheres na cidade de São Paulo. Por se tratar de um tema amplo, plural e que traz inscrito dimensões como gênero, classe, etnia e trabalho, optamos por circunscrever o foco de observação sobre a transformação da condição feminina na segunda metade do século XX, com especial atenção para o seu processo de individualização. Entende-se que esse processo se dá de diferentes formas, dependendo do grupo social estudado; assim, com base na literatura existente sobre as transformações familiares e a monoparentalidade, observamos, através de entrevistas, a transformação das possibilidades de escolha feminina na classe média. Utilizando conceitos e análises acerca da transformação da vida social e seus desdobramentos para a intimidade, privilegiamos uma reconstrução das mudanças históricas no Brasil, tal como fazem Antony Giddens, Ulrich Beck, Elisabeth Beck-Gernsheim e François de Singly, e construímos um roteiro de entrevistas utilizado com cinco mulheres brancas, de alta escolaridade, naturais do município de São Paulo, divorciadas, com filhos e idades que variam entre 50 e 60 anos. As entrevistas servem como contraponto empírico para uma retomada bibliográfica acerca das transformações das possibilidades biográficas femininas. A faixa etária analisada traz especificidades, pois fez parte do processo de intensificação da entrada feminina no mercado de trabalho, da mobilização feminista da década de 1970 e da legalização do divórcio no Brasil. Trata-se de um grupo que vivenciou mudanças sociais que, mesmo indicando uma maior igualdade feminina na vida pública, não extinguiu totalmente as desigualdades ainda afirmadas pelo mercado de trabalho e pelas representações sociais de gênero.

Palavras-chave: monoparentalidade, individualização, divórcio, classe média, sociologia da modernização reflexiva .

ABSTRACT

From housewives to house-owners: feminine protagonism in the urban middle classes of São Paulo Capital

The aim of this thesis is the qualitative analysis of middle class one-parent families led by women in São Paulo Capital. As we dealt with a wide-ranging issue, which implies the conceptual dimensions of genre, class, ethnic group and labour, our main concern was to focus on the changes of the female condition in the second half of the 20th century, with special regard to women's individualization process. Varying from group to group, this process occurs in many different ways; thus, keeping in mind authoritative research on family changes and monoparentality, and the reconstruction of Brazilian historical changes as well, we have observed transformations on the possibilities of choice among middle-class women. To grasp these changes, an interview script was developed and applied to five white women, all mothers aged from 50 to 60 years. These interviews serve as empirical counterpart to a bibliographic revision concerning changes on the construction of female biography during the last century. In this sense, the age bracket we focused on brings its specificities, since it corresponds to the intensification of female integration in the market labour, the feminist mobilization of 1970's and, finally, the divorce legalization in Brazil. Even though it is a generation which lived in equal conditions to men in some fields, women of this group still experience inequality affirmed by labour market and genre social representations.

Keywords: single parenthood, individualization, divorce, middle class, sociology of reflexive modernization.

Lista de Anexos.

ANEXO I

Tabela 1. Descrição das entrevistadas, por Idade, Escolaridade, Profissão, Trabalho, Filhos, Recebimento de Pensão e Vínculo Afetivo

Tabela 2. Descritores Econômicos

ANEXO II

Roteiro de entrevista com chefes de família

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO. 1 A sociologia analisando a família e a mulher	35
1.1 A Sociologia da família e os Estudos de Gênero	35
1.2 A percepção sociológica da mudança: a família conjugal no Ocidente do final do século XIX	40
1.3 A Sociologia no Brasil: a busca pela compreensão de nossas particularidades	44
1.4 Mudanças de Comportamento e Possibilidades Femininas no Interior da Família do Pós Guerra: a autonomia feminina e a discussão do patriarcalismo	50
1.5 A questão da família brasileira nos estudos atuais.	59
CAPÍTULO 2. A individualização e a intimidade	65
CAPÍTULO 3. Famílias Monoparentais: expressão do individualismo?	89
3.1. A transformação dos nossos costumes, a racionalização do cotidiano.....	91
3.2 Os limites das teorizações em um contexto de dimensões interconectadas	114
3.3 De donas-de-casa a donas-da-casa? Representações sobre o protagonismo feminino.	121
CONCLUSÃO	153
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.	165
ANEXO I	176
ANEXO II.....	177

INTRODUÇÃO

Esse estudo parte da constatação do crescimento constante da monoparentalidade e da chefia feminina no Brasil que tem se expressado em todas as camadas sociais. Segundo dados do IBGE, a chefia feminina no Brasil cresceu 35% em dez anos, passando de 22,9%, em 1995, para 30,6%, em 2006. Na Região Metropolitana de São Paulo, em 2008, a chefia feminina se apresentava em 27,5% dos lares. É preciso salientar que a chefia feminina é, assim, definida:

Mulheres solteiras, separadas ou viúvas com filhos, tendo ou não parentes/agregados em casa; mulher solteira, separada ou viúva, sem filhos morando em casa, ou porque não os teve, ou porque, adultos, já saíram de casa ou já faleceram, tendo ou não parentes e/ou agregados vivendo no domicílio; mulher solteira, separada ou viúva, morando sozinha, ou mulher casada chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro em casa (BERQUÓ, 2002: 246).

Apesar de a chefia feminina abrigar famílias que possuem núcleo conjugal, destaca-se que a maior parte — dois terços — das famílias chefiadas por mulheres são também monoparentais, ou seja, que não possuem núcleo conjugal (*Idem, Ibidem*: 247). Na Região Metropolitana de São Paulo, os arranjos monoparentais representam 11,7%. Sendo a chefia feminina uma variável que contempla diferentes configurações familiares, optamos neste trabalho por observar as famílias monoparentais femininas, formadas por mulheres chefes de domicílio que: não estão em união, possuem filhos, passaram pela ruptura do relacionamento através do divórcio (e não pela morte do cônjuge), provenientes da classe média paulistana, brancas e com idades que variam entre 50 e 60 anos de idade. Nosso objetivo é refletir sobre a transformação da condição feminina, durante o século XX, especialmente acerca do desenvolvimento e intensificação de sua individualização. Posto de outra forma: a partir da constatação de que a família está se transformando, e que se

observa um crescimento constante das famílias monoparentais femininas, propomos um estudo qualitativo acerca das motivações, contextos e rupturas que transformaram a condição dessas mulheres tornando possível uma mudança em sua posição dentro da família.

Em relação à utilização do critério de classe, entendemos que se trata de um conceito amplamente debatido nas Ciências Sociais, principalmente em um contexto de transformação das estruturas produtivas. Segundo Laranjeira (1993), apesar de se discutir a validade do conceito, sua força ainda se faz presente, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil. A autora discute o sentido do uso desse conceito nas análises brasileiras, retomando o raciocínio de autores europeus e norte-americanos que indicam o fim da centralidade do trabalho na vida do indivíduo e as consequências disto para a esfera social, tais como: desarticulação dos movimentos de classe, maior valorização de dimensões como gênero, raça, sexualidade e processo de individualização. A autora destaca que o conceito de classe pode ser repensado dentro desta nova configuração capitalista, na qual os problemas que mobilizaram os grupos no passado perderam sua centralidade. Pensar a classe dentro do paradigma marxista é realmente problemático, pois coloca toda a mobilização social como se fosse alavancada pela economia; porém, ao abandonar este conceito, ignoramos o poder do capital, o qual ainda produz desigualdades e pluralidades nas formas de vida. Dessa forma, não abandonamos a sua importância para a análise social, sobretudo quando tratamos da família — especialmente a monoparental — chefiada por mulheres, que é constantemente analisada sob o critério da classe social. Por outro lado, não é o escopo deste trabalho a discussão da estratificação social. Circunscrevemos o grupo estudado à classe média por entendermos, após a leitura de diversos estudos sobre família, que essa dimensão torna a experiência dos grupos familiares plural.

Segundo Velho (2001), a classe média absorveu o discurso psicanalítico, principalmente no período posterior à Segunda Guerra. Esse período foi de difusão de idéias tomadas da psicanálise e apropriadas pelo senso comum. A própria experiência de perdas da guerra pode ter influenciado na valorização dos projetos individuais em detrimento dos projetos familiares. Essa valorização está impressa na arquitetura do período: unidades residenciais com poucos quartos destinados apenas aos membros da família nuclear. Velho ressalta que, desde os seus primeiros estudos, observou a busca pela conciliação entre projetos individuais e a vida familiar. Priore (2006) reconstrói a transformação do amor no Brasil e cita a importância da classe média neste processo, desde a recepção a valores menos conservadores à importância de publicações, na década de 1970, voltadas ao “casal moderno”, à mobilização de mulheres desse grupo social em torno de condições mais igualitárias no mercado de trabalho e no relacionamento, as quais levaram à absorção de valores feministas e mobilização em torno destes.¹

A relevância qualitativa do divórcio para os indivíduos também deve ser problematizada, visto que a ruptura não atinge apenas a parentela extensa, mas sua própria concepção identitária, mesmo que o divórcio esteja consolidado como uma possibilidade e as uniões não oficializadas cresçam a cada ano. O amor enquanto busca persiste talvez com a mulher não se colocando na expectativa do príncipe, mas de um companheiro que a ame e compreenda seus limites (KAUFMANN, 1999).

Nesse sentido, ao circunscrevermos a classe média enquanto campo de estudo, tornamos possível outro viés de observação, que ao contrário dos estudos sobre a monoparentalidade entre os mais pobres que destacam as estratégias de sobrevivência do grupo, privilegia o processo de individualização feminina no Brasil na segunda metade do século XX. Entendemos por

¹ Esse processo é elaborado de forma detalhada por Priore (1986; 2006) e será apresentado no Capítulo 3 desta dissertação.

individualização a tendência, estudada nas Ciências Sociais, a relações sociais cada vez mais centradas em critérios subjetivos de escolha; assim, as tradições e as instituições (caso da família) perdem sua centralidade como elementos que garantem a coesão social sobre padrões familistas.

Uma proposta como essa enfrenta uma série de desafios que remetem aos diferentes contextos sociais, econômicos e regionais de nosso país. Desse modo, a pluralidade se coloca e faz com que a transformação da família se dê de diferentes formas e com diferentes impactos dependendo do grupo socioeconômico e da região geográfica estudada. As próprias estatísticas demográficas (dimensão mais visível e comentada pela mídia das transformações familiares) refletem essas diferenças e exigem daqueles que se dispõem a analisá-las uma série de ressalvas. Conhecendo esses limites e percebendo que o processo de modernização e suas consequências se fizeram mais presentes em grandes centros urbanos, de história mais antiga e que passaram pelo processo de modernização no final do século XIX e início do XX, o contexto aqui privilegiado é o da cidade de São Paulo. Outro aspecto que participa dos estudos sobre individualização diz respeito à classe social. Os teóricos europeus do individualismo nem sempre destacam claramente a relevância das diferenças de classe em seus estudos; um fator explicativo seria a consolidação, em meados da década de 1950, do *Welfare State* na Europa e América da Norte, no qual o Estado garante, ou já garantiu,² a todos os mesmos direitos sociais através de sua política de Bem-Estar, minimizando o impacto das diferenças econômicas.

No Brasil, não tivemos a consolidação da oferta de serviços públicos universalizados até o final da década de 1980, quando foi aprovada a nova Constituição Brasileira, denominada

² Ao longo da segunda metade do século XX, alguns desses Estados fizeram reformas que consolidaram a proteção social; porém, nas décadas de 1980 e 1990, alguns destes países passaram por reformas que restringiram essas políticas. Para mais informações ver: **FIORI**, José Luis. *Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises*. Revista de Saúde Coletiva – PHYSIS, Rio de Janeiro, v. 7, 1998. Versão eletrônica. Disponível em: www.iea.usp.br/iea/artigos/fioribemestarsocial.pdf.

Constituição Cidadã. Segundo Fiori (1998), a implantação de políticas sociais em nosso país remete a critérios de classe, entrando em uma lógica meritocrática e excludente.³ Estamos destacando essas diferenças pois o quadro teórico adotado é composto por autores europeus, como o alemão Ulrich Beck, o britânico Antony Giddens e o francês François de Singly.

Nosso objetivo não é construir um estudo comparativo entre a transformação da família no Brasil e na Europa, mas refletir sobre o fenômeno da individualização, autonomia e transformação dos relacionamentos, que compõem elementos sempre apontados por esses autores quando abordam as novas formas de relacionamento íntimo e a nova posição social da mulher dentro de um contexto social globalizado. Observa-se uma tendência demográfica no Brasil semelhante à européia: aumento no número de divórcios, de chefia feminina acompanhada pela monoparentalidade, diminuição do número de filhos por família, envelhecimento populacional e inserção feminina no mercado de trabalho (mesmo entre mulheres casadas), entre outros. 4 Mesmo que em menor medida, essas transformações têm trazido à tona a necessidade do estudo dos critérios objetivos e subjetivos que levam à transformação dos arranjos familiares.⁵

Como o contexto aqui privilegiado é o da cidade de São Paulo, foi realizado um levantamento histórico sobre a família paulista e paulistana que se contrapõe àqueles que tomam o modelo patriarcal descrito por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* como referência do que seria uma “família brasileira”, como se houvesse apenas um arranjo predominante. Samara (1986)

³ Neste ponto, Fiori (1998) se refere ao conceito de *ciudadania regulada*, de Wanderley Guilherme dos Santos, segundo o qual as raízes da cidadania se encontram em um sistema de estratificação ocupacional — ou seja, são cidadãos aqueles que se encontram localizados em qualquer ocupação reconhecida e definida em lei.

⁴ Não trataremos dados minuciosos sobre as realidades européia e brasileira. Para estudos comparativos dentro do contexto dos EUA ver Castells (1999), para o contexto brasileiro consultar Berquó (1998; 2002), e contexto europeu, Sigle-Rushton & McLanahan *Father Absence And Child Well-Being: A Critical Review*. Disponível em: www.rwjf.org/files/research/Father%20Absence%20-%20Fragile%20Families.pdf

⁵ Berquó (2002) traz uma série de dados acerca do perfil das famílias chefiadas por mulheres no Brasil e destaca transformações que remetem a mudanças nas representações sobre os relacionamentos. Para a autora, o número crescente de uniões consensuais e a maior frequência de divórcios em relacionamentos que duram menor tempo indicam o caráter experimental que as uniões têm assumido nas décadas recentes.

destaca expressividade de composições monoparentais femininas desde o período colonial, assim como a importância do trabalho feminino no circuito econômico da região paulista. Segundo Priore (1989), em 1789, 46% dos domicílios pesquisados eram chefiados por mulheres; assim, São Paulo era uma cidade predominantemente feminina. Para a autora, o intenso movimento migratório, conforme as oportunidades econômicas da época, tornava os relacionamentos mais frágeis, até porque estes não eram oficializados pela Igreja e não dependiam de decisões de esferas superiores para que se desfizessem. Entretanto, os valores oficiais remetiam ao primado da família e seu caráter sagrado — elementos católicos, constitutivos de nossa formação social colonial. Esse descompasso entre os valores pregados e a realidade social é destacado por estudiosos da família no Brasil e na Europa; mesmo que por diferentes razões (lá a industrialização em seus primórdios, que lançava grande parte da população a condições miseráveis, e aqui a incipiente economia) o trabalho feminino compunha um importante reforço no orçamento doméstico, quando não a única fonte de renda familiar.

No Brasil Colonial, ainda se enfrentava a distância geográfica em relação à Metrópole Portugal para oferecer à população oportunidade de um casamento oficial. A economia pouco diversificada deixava grande parte da população em condições de miserabilidade, impedindo que pré-requisitos, como o dote para as moças ou a transmissão de terras para os filhos homens, fossem realizáveis. A constatação das dificuldades de se ajustar aos padrões dominantes — para não afirmar a resistência da população ao controle da Metrópole — forma um quadro histórico desde sempre plural na organização familiar brasileira. Essa pluralidade expõe os limites do modelo da família patriarcal e indica a cautela aos que desejam discutir as organizações familiares através de modelos fixos permeados por estruturas e papéis rígidos. Como destaca

Corrêa (1982), adotar um modelo, principalmente o da família patriarcal, significa generalizar e excluir da história uma grande parcela da população que vivia em arranjos familiares alternativos.

A modernização brasileira é foco de grande parte dos estudos sociológicos de meados do século XX, sinalizando a preocupação de entender nossos mecanismos internos, principalmente nossas particularidades históricas, promovendo caminhos teóricos e agendas de desenvolvimento econômico e político que possibilitassem o avanço. A política desenvolvimentista da década de 1950 industrializou cidades, principalmente no Sudeste, e transformou nossa demografia. De país agrário e rural, passamos a ter grandes centros urbanos e um intenso fluxo migratório em direção a estes, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, intensificado na década de 1970 (BRUSCHINI, 1990). Nessas cidades se encontravam maiores possibilidades de emprego no setor privado e público, assim como infraestrutura estatal para educação profissional. Foi também nessas cidades que se formou a classe média brasileira, no início do século XX, composta por profissionais liberais, comerciantes e pequenos produtores. Com a industrialização promovida pelo Estado havia a necessidade de trabalhadores qualificados para ocupar altos cargos. O mesmo se dava com a burocracia estatal em expansão; — e como grande parte destas funções passava, e ainda passa, por concurso, tornou-se possível a ascensão social de membros de classes mais baixas já nas primeiras décadas do século XX (VAITSMAN, 1994).

Nesse contexto de transformações se observava uma maior inserção feminina no mercado de trabalho, porém ainda em funções consideradas menores, principalmente no setor de serviços e em ocupações de jornada de trabalho mais flexível. A educação também reforçava a ideologia dos dois sexos e as dificuldades das mulheres em se estabilizarem na vida pública. Durante toda nossa história colonial existiram famílias monoparentais femininas e, portanto, mulheres trabalhando ativamente. A mobilização feminina, no Brasil, em torno de direitos trabalhistas,

principalmente nos anos de 1930 a 1950, acabou reforçando desigualdades, pois as exigências tocavam em pontos ligados à maternidade (creches e licença-maternidade) e à jornada de trabalho (proibição de jornada noturna). Manter uma mulher em vínculo legalizado de trabalho se tornara oneroso e pouco vantajoso para o empregador (JARDIM-PINTO, 2003). O trabalho feminino é um bom viés de observação da ideologia de gênero e sua transformação ao longo do século XIX e XX, seja no Brasil, na América do Norte ou na Europa. Esse campo permite aos estudiosos afirmar alguns aspectos que remetem a maior ou menor aceitação da igualdade feminina, pois, como destacam Beck e Beck-Gernsheim (2002), a partir do momento em que as mulheres passaram a freqüentar as mesmas escolas e universidades que os homens, a manutenção de uma condição desigual no mercado de trabalho tornou-se reflexo da permanência de preconceitos em torno das capacidades femininas. É importante destacar que em todos esses contextos temos estudos afirmando a concentração de mão-de-obra feminina em setores de serviços, dificuldades de ascensão profissional entre aquelas que têm filhos e a tendência a pauperização no período posterior ao divórcio.⁶

Todas essas transformações remetem ao processo de modernização em suas características contemporâneas, dentre as quais se destacam a transformação da individualidade e a tendência à individualização, com fortes desdobramentos para a vida social. Este processo implica em mudanças profundas na autoconcepção individual e na visualização de novas possibilidades de escolha para a vida que não estão dissociadas de um processo social mais amplo. A individualização em seus contornos atuais desarticula elementos como a percepção da domesticidade feminina e sua inferioridade intelectual, o que é fundamental para a manutenção de padrões sociais burgueses. A contestação da subordinação feminina atingiu a divisão do

⁶ Para o contexto europeu ver Beck e Beck Gernsheim (2002); para o contexto norte-americano, ver Harman (1999); e para o brasileiro, Bruschini (1990).

trabalho e das esferas pública e privada, inserindo-se em um espectro mais amplo de mudanças no sistema capitalista de produção e sua ideologia burguesa. A família, sempre considerada um espaço privilegiado de observação das relações sociais, abriu-se a novas possibilidades, mostrando os limites do modelo nuclear burguês, no qual o casamento, a procriação e a educação dos filhos compunham a única forma valorizada para a construção de laços familiares.

Para muitos, a família está em crise — percepção antiga que remete aos primórdios sociológicos do século XIX; para outros, ela está se transformando em uma nova forma histórica baseada em vínculos eletivos de afeto — como se a consangüinidade deixasse de ser o único fundamento para as relações de afeto e solidariedade humanas. Em meio a essas transformações está a mulher, subjugada ao longo da história, atualmente confrontada com possibilidades múltiplas de construção biográfica e podendo exercer, há poucas décadas, sua sexualidade em busca do prazer, sem o medo da gravidez inesperada. A introdução dos anticoncepcionais constituiu um contexto maior de mudanças, mas este método possibilitou à mulher experimentar o sexo sem estar casada, assim como permitiu o planejamento familiar em um contexto, no qual ter filhos ainda legitima a preferência pela mão-de-obra masculina. Desta forma, observa-se a queda da fecundidade, principalmente entre mulheres com alto nível de escolaridade e alto potencial de ascensão profissional (BECK e BECK-GERNSHEIM, 2002; ITABORAÍ, 2003).

A mulher é vista como o grande foco das mudanças sociais relacionadas à expansão do individualismo. Segundo Giddens (1993:201), as mulheres exerceram papel fundamental na transformação da vida pessoal — afinal, sua condição passou por transformações que remetem a grandes acontecimentos históricos, como as guerras mundiais e a reestruturação das políticas sociais ligadas ao Estado de Bem-Estar Social. No Brasil, esses acontecimentos não fizeram parte do cotidiano da sociedade, mas trouxeram desdobramentos, como a busca pela modernização e

desenvolvimento, principalmente no período posterior à Segunda Guerra, que levaram à expansão da classe média e dos centros urbanos, conforme afirmado anteriormente. Este período também foi de intensificação de transformações na vida da família da classe média urbana. Segundo Gilberto Velho, havia uma tendência por parte dos filhos dessa a se mudar para bairros diferentes daqueles onde cresceram, o que configuraria não só uma demonstração de melhora nas condições de vida, uma percepção de que seria melhor para o casal viver mais afastado de suas famílias de origem (VELHO, 2001). Observava-se, assim, o movimento de autonomização da família que se tornou predominantemente nuclear entre as camadas médias urbanas (PRIORE, 2006).

A transformação da família indica, para Giddens (1993), a radicalização do processo da modernidade. Vaitsman (1994) a percebe como o final da modernidade: seria a família pós-moderna, ancorada na fragmentação das esferas pública e privada, um espaço formado por indivíduos em constante crise pessoal redefinindo seus objetivos e escolhas. Para o Giddens, a fragmentação faz parte da radicalização dos elementos da modernidade que fazem com que a vida dos indivíduos seja permeada por sistemas organizatórios especializados e cada vez mais complexos que podem minar a confiança do “eu”, ao tornar a vida social mais aberta a novas opções. Os relacionamentos que antes conferiam essa segurança deixam de ser o “porto seguro” e passam a ser mais um espaço de realização individual, sujeito a constantes revisões. As relações de amor tornam-se finitas e incertas, e a família ganha novas formas. Todas as transformações exprimem mudanças sociais que colocam indivíduos e sociedade em um interligado processo de confirmação e conformação dos condicionantes estruturais da sociedade (GIDDENS, 1993, *Idem*: 2002; COSTA, 2004).

A monoparentalidade, da maneira como se coloca atualmente, é uma entre outras expressões do processo de modernização atual e seus desdobramentos sobre os sujeitos. Apesar

dessa dimensão, a vulnerabilidade social praticamente domina as pesquisas acerca dessa composição familiar estando ligada à persistência de desigualdades no mercado de trabalho e à instabilidade da permanência feminina nele, devido à percepção de que o cuidado com os filhos é tarefa da mãe. Essas mulheres e suas famílias em situação de pobreza quase sempre recebem pouca ou nenhuma ajuda de seus ex-companheiros e ainda lidam com a precária infraestrutura estatal de cuidado às crianças. Em meio a tantas dificuldades, tendem a procurar amparo na família de origem, quando já não o faziam desde a época em que eram casadas ou tinham companheiro, e dividem as responsabilidades de criação e sustento do seu grupo familiar com seus pais e irmãos. Essa proximidade com a família extensa e a preocupação com a sobrevivência tendem a constranger os impulsos individuais dessas mulheres. Sarti (1994) aborda o universo simbólico das famílias pobres mostrando a importância dos laços de solidariedade familiar acompanhado por certa condenação moral de atitudes femininas consideradas individualistas. Ao mesmo tempo em que a ruptura dos relacionamentos é mais aceita entre esses grupos, a importância da família e da necessidade de um homem protetor faz com que essa ruptura deva ter boas justificativas, maiores que o sentimento individual de que outro caminho seja possível. A dependência em relação à família de origem constrange o desenvolvimento da individualidade feminina, sempre percebida negativamente pelo resto do grupo. Por outro lado, temos as famílias de classe média e alta, geralmente formadas por mulheres que possuem alta escolaridade, boas condições de vida e auto-sustento. Nesse segundo grupo, a família de origem tem sua importância, a qual não é central para a sobrevivência do grupo, principalmente na parte econômica. Dessa forma, a ruptura do eixo conjugal tende a ser avaliada mais em suas consequências para a auto-identidade dos membros envolvidos e a reorganização do grupo

familiar. Esses grupos podem contratar serviços de terapia e apoio para auxiliar na recomposição identitária do núcleo familiar desfeito.

Segundo Rago:

A classe média urbana, em especial, passou a solicitar e desfrutar das inúmeras formas de tratamento psicológico, ao viver de maneira brutal a ruptura de antigos padrões de relações familiares, a quebra dos antigos modos de sociabilidade e a destruição da esfera pública e das antigas formas de convívio e solidariedade (FIGUEIREDO apud RAGO, 2003: 3).

A leitura desses estudos suscita questões. Será que o valor do indivíduo e da autobiografia e o sofrimento com o fim de um relacionamento não tocam as mulheres e famílias pobres? Acredito que sim. Mesmo admitindo que os imperativos da sobrevivência se imponham, tendo a pensar que as representações ligadas ao amor, ao casamento e à felicidade individual e familiar também façam parte dos ideais das mulheres pobres (talvez se estruturam com diferentes conteúdos), assim como das famílias mais abastadas. Como destaca Machado (2001), tende-se a criar uma dicotomia entre os códigos hierarquizantes e os igualitários, o primeiro ligado aos grupos pobres, e o segundo, aos mais ricos; entretanto, grande parte dos estudos sobre a família brasileira atual sublinha a coexistência desses códigos nas dinâmicas familiares. Mesmo Giddens (1993) destaca que a igualdade na vida íntima é difícil de se concretizar; desse modo, idéias de igualdade convivem com práticas que remontam a antigos e rígidos padrões. Sorj (2005) destaca a coexistência de traços tradicionais nas representações de gênero em todos os grupos sociais. Mesmo que os homens sejam favoráveis à divisão das tarefas ligadas à criação dos filhos, o mesmo não se observa em relação à divisão das tarefas ligadas à organização do lar. Esse fenômeno não é uma particularidade brasileira ou de sociedades latino-americanas conhecidas por seu familismo, conforme destaca Machado (2001). Giddens (1993), Beck e Beck-Gernsheim (2002) e Singly (2007a) também afirmam com base em estudos empíricos, dentro do contexto de

seus países, o menor envolvimento masculino com as tarefas domésticas e as dificuldades femininas em relação à divisão das mesmas. Segundo Giddens, os homens declaram que desejam a igualdade, mas muitos também fazem declarações sugerindo certa rejeição sobre o que isso significa para eles, ou ficam desconcertados a respeito. Quando questionados sobre a educação dos filhos, alguns respondem que fazem o que podem, mas que alguém precisa arcar com a maior parte dessa responsabilidade (GIDDENS 1993: 21).

A articulação entre representações e práticas mais e menos tradicionais não invalida a observação de mudanças na vida cotidiana que remetam à valorização do indivíduo. Tanto no Brasil quanto na Europa se observa, mesmo que em diferentes proporções, a queda da taxa de nascimentos, o aumento das uniões consensuais e da proporção de divórcios, a consolidação da inserção feminina no mercado de trabalho, entre outros fatores que compõem o panorama do enfraquecimento de aspectos institucionais da família tradicional (como a divisão do trabalho) e sua reestruturação em torno de aspectos ligados à individualidade. O contexto sociocultural de cada sociedade se faz importante, mas observamos tendências mundializadas na transformação dos relacionamentos humanos. Para Giddens, o grande volume de livros de auto-ajuda e manuais sobre como lidar com o divórcio, com a educação das crianças e com a necessidade de retomar o passado para se auto-analisar e compreender o presente expressa aquilo que a sociedade tem vivenciado com as transformações das antigas formas de organização e relações sociais, da mesma maneira que produz condições para que novas posições sejam tomadas (*Idem: Ibidem*).⁷

Em nosso país, o divórcio foi legalizado no final da década de 1970, e seu processo de aceitação social foi repleto de contestações ligadas à religião e a valores tradicionais. As famílias

⁷ Giddens (1993) destaca a circulação de informações no mundo globalizado e, nesse sentido, a publicação dos mesmos livros em diversos países para justificar que a intimidade em transformação pode ser observada em diferentes países.

que passaram por essa experiência na década de 1980 tiveram de lidar com o preconceito e a falta de legislações regulatórias atualizadas. Nosso Código Civil só foi revisto e aprovado em 2003 e trouxe leis que protegem famílias estruturadas sobre vínculos não legalizados, reconhecendo-as, assim como famílias recompostas sobre um novo eixo conjugal. Dessa forma, percebemos que a multiplicidade de formas de arranjo familiares tem mobilizado preocupações em torno de sua legalização em nosso contexto. Beck e Beck-Gernsheim (2002) apontam que a transformação das leis é uma das dimensões fundamentais para a visibilidade e confirmação de que novos comportamentos tornaram-se possíveis.

O desafio enfrentado constantemente na construção desta pesquisa foi conciliar as discussões sobre a família com as discussões sobre a individualização feminina e as transformações de sua condição no contexto brasileiro. Apesar de obviamente interligadas, essas dimensões são distintas: a família é uma instituição que remonta aos tempos pré-modernos, cuja organização esclarece a posição feminina para o grupo familiar e para a sociedade; enquanto a individualização está ligada à modernidade e seus mecanismos internos e contexto histórico, conforme destaca Giddens (2002).

Outra questão é a limitação dos modelos usados para descrever a história da família. Essa tentativa de muitos estudiosos de construir modelos e funções familiares exclui do horizonte uma série de pluralidades já encontradas, desde o século XIX, em relação ao modelo patriarcal burguês, indicando que a ideologia familiar burguesa não era para todos (BECK e BECK-GERNSHEIM, 2002). No entanto, esses quase sempre são retomados nos estudos sobre a família como ponto de partida para a análise das relações familiares.

No Brasil temos historiadores revelando a significativa proporção de famílias monoparentais femininas, o alto índice de uniões não-legalizadas e histórias de resistência

feminina a relacionamentos violentos desde o período colonial,⁸ isso porque o casamento tradicional funcionava como uma fusão de interesses políticos e econômicos, o que não se justificava, ou tampouco era possível, entre a população pobre (SAMARA, 1986). Na Europa, Giddens (1993) e Beck e Beck-Gernsheim (2002) também afirmam que, mesmo sob a ideologia patriarcal burguesa, muitas famílias viviam em condições alternativas, dadas as dificuldades de sustento baseada em uma única fonte de renda. Em outras palavras, os modelos devem ser vistos com cautela e, como destaca Singly (2007a), devem servir apenas como pontos de partida, ou esquemas organizatórios iniciais, visto que as relações engendradas dentro deles variam segundo o contexto cultural e histórico. A nuclearidade familiar, afirmada por muitos, característica moderna, ligada ao controle reprodutivo e à industrialização, é observada em outros períodos históricos (ARIÉS, 1981).

Voltando para o contexto atual, deve-se ressaltar também a diversidade de condições que levam à monoparentalidade feminina nas últimas décadas do século XX; pode-se tratar de mulheres que optaram pela maternidade enquanto projeto pessoal, que se divorciaram ou ainda aquelas que se tornaram viúvas. Em cada um desses casos temos dimensões e estratégias diferentes de recomposição da individualidade envolvidas. Apesar de muitos acreditarem que o divórcio já faz parte das expectativas dos indivíduos, estudos de opinião mostram o desejo de que seja possível permanecer com o parceiro por muitos anos (CASTELLS, 1999). No Brasil, segundo

⁸ Peraro (2005) faz um resgate de histórias de divórcio em Cuiabá no século XIX, mostrando que mulheres de elite contestavam os maus tratos sofridos pelo marido em uma atitude que contrariava a aceitação destas práticas dentro do círculo social da elite.

dados do IBGE sobre o Registro Civil, o número de casamentos continua alto, com especial atenção para aqueles nos quais um dos cônjuges já esteve em outra união (IBGE, 2006).⁹

O importante é ressaltar que todas essas estratégias e escolhas individuais não encontram precedentes históricos, pois a individualização é um fenômeno moderno que compõem o processo civilizador, descrito por Norbert Elias. Segundo Elias, a sociedade moderna possui uma autoconsciência que afirma a civilidade como aquilo que a distingue das demais sociedades. No entanto, a sociedade moderna nem sempre foi “moderna”, tampouco apresentava esse patamar civilizatório. Em busca de compreender e desnaturalizar esse processo, Elias resgata manuais de boas maneiras para mostrar o passado de nossa sociedade, que foi se transformando rumo a um padrão de separação corpórea e sentimental entre as pessoas. O desenvolvimento de instrumentos materiais para esconder as funções corpóreas, seus odores e manifestações, traz inscrito o desenvolvimento de parâmetros de vergonha e reserva pessoal em relação ao grupo, assim como de transformação das relações de proximidade social. A distinção social teria sido a força motriz para esse processo que se intensificou após a ruptura com a hierarquização social baseada em direitos naturais — ou seja: se antes havia uma sociedade de Corte, no interior da qual havia uma estreita relação de interdependência, mas que tinha estabelecido a imutabilidade das posições sociais, prevalecendo a da igualdade entre os homens; a ascensão social se tornou possível e calcada no indivíduo, que demonstrava em suas roupas e gestos sua posição diferenciada. Por isso, o processo de transformação dos costumes se radicalizou na sociedade burguesa (ELIAS, 1994a).

⁹ Os percentuais mais elevados são observados entre homens divorciados que se casaram com mulheres solteiras, passando de 4,2% para 6,5% entre 1996 e 2006. Observou-se ainda um aumento de casamentos entre cônjuges divorciados, de 0,9%, em 1996, para 2,2%, em 2006 (IBGE, 2006).

A igualdade presumida trouxe transformações profundas nas instituições e na vida social. No entanto, essa igualdade não era para todos. As mulheres não faziam parte desse mundo. Se antes a mulher auxiliava na produção para a subsistência, com a industrialização e a migração das famílias para a cidade, a produção deixara de fazer parte do cotidiano familiar.

A sobrevivência se consolidou como uma questão de capacidade fosse de produzir riquezas através do esforço do trabalho (o que exigia coragem e força), ou de cuidar do funcionamento do lar, que envolvia a necessidade não de racionalidade e estratégia, mas de paciência e *savoir-faire*, estes inscritos na natureza doméstica da mulher. O poder se deslocara da ordem natural do nascimento para a ordem natural da inteligência, desconhecida entre as mulheres. Conhecimentos biológicos intensificavam a percepção da natureza maternal feminina, assim como sua menor força física e, portanto, sua incapacidade para o trabalho pesado. A antropometria se desenvolvia e justificava as desigualdades rotulando desvios, fosse de sexualidade ou caráter. O conhecimento das funções corpóreas fazia parte da institucionalização da vigilância da população: havia um padrão que deveria ser seguido e respeitado, e o que fugisse a ele era considerado desvio, perversão ou falta de caráter. Para Foucault, a constituição de campos de conhecimento, com destaque para a sexualidade, servia não para proibir as práticas desviantes, mas para rotulá-las, atribuindo-lhes visibilidade e sujeitando a população ao controle externo, não necessariamente de um poder centralizado, mas da coerção microfísica, dos sujeitos sociais controlando uns aos outros. A racionalização da sexualidade constrói um discurso institucionalizado e introjetado nos corpos dos sujeitos submetidos a ele (GIDDENS, 1993: 33).¹⁰

¹⁰ Giddens constrói uma crítica a Foucault e sua discussão da sexualidade. Para mais detalhes, ver : GIDDENS, Antony. "Foucault e a Sexualidade." In: *A Transformação da Intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. São Paulo, UNESP, 1993.

A produção de conceitos especializados sobre as várias esferas da vida social faz parte do processo civilizador que exige, antes de tudo, a disciplina dos indivíduos.

A racionalidade técnica deveria explicar o mundo ocidental e tornar possível sua organização social e institucional de maneira detalhada, pois assim o progresso aconteceria linearmente. Dentro dessa concepção, o passado representa fases ultrapassadas; assim, o homem moderno deveria viver seu presente, procurando alargar os limites do conhecimento humano e sempre voltado para a construção de um futuro melhor para a humanidade. A Idade Média se tornara a “idade das trevas”, da falta de razão, da vulnerabilidade humana em relação à natureza que a dizimara com doenças e catástrofes naturais. O século XIX foi um período de grandes esperanças para os homens, mas também de crescimento de tensões entre as Nações Modernas que, em busca de mercados consumidores, entraram em conflito. As duas Guerras Mundiais mostraram que a modernidade trouxera, de fato, o novo —organizá-lo, contudo, seria mais árduo do que se pensava. A linearidade do progresso não se confirmou, e os homens mostraram que a sua racionalidade poderia ser usada para a prática destrutiva. Esse período conturbado da história humana moderna mostrou também que a exclusão feminina da esfera pública produtiva era questionável, já que no período das guerras foram elas que trabalharam na indústria, tendo sua importância reconhecida socialmente em campanhas dos Estados que as convocavam ao trabalho (YALLOM, 2002; KAUFMANN, 1999). É fato que, desde o século XIX, já existiam grupos de mulheres organizados em torno de demandas como o sufrágio universal e os direitos trabalhistas. Essa mobilização conquistou alguns direitos já no início do século XX, na Europa e mesmo no Brasil. Na América Latina, temos alguns períodos de mobilização, desde o século XIX, sempre seguidos por intervenções estatais que desmobilizavam os grupos femininos, através do

fechamento de jornais, punições de manifestantes e reedição de leis para evitar que brechas legais fossem encontradas por esses grupos (VASCONCELOS, 2006; TELLES 1993).¹¹

Os acontecimentos do século XX radicalizaram as bases sobre as quais a modernidade se ergueu tornando-a ainda mais dinâmica. Os Estados europeus passaram por reformas que levaram à consolidação da política de Bem-Estar Social, a qual conferia a cada cidadão um conjunto de direitos, deveres e acesso a serviços que individualizava a responsabilidade sobre si. A educação feminina foi estimulada no pós-guerra, sob as mesmas bases da masculina. As meninas foram expostas à competitividade pelo bom desempenho, o que também levava à constatação das desigualdades quando, já crescidas, entravam no mercado de trabalho para ganhar menos e ter poucas oportunidades de ascensão profissional. A organização feminina em massa foi além da reivindicação por igualdade trabalhista; tratava-se de lutar pelo direito à igualdade, pelo reconhecimento verdadeiro de suas capacidades. Nos EUA, os negros também se mobilizavam contra as desigualdades. Além de mulheres e negros, também temos a mobilização de grupos homossexuais, que contestavam a classificação médica e psicológica de suas orientações afetivas. Todos esses grupos contestavam a crença generalizada na igualdade, mostrando seus limites e a necessidade de reconhecimento da diferença. A atuação dos movimentos feministas foi de extrema importância para a revisão de legislações e de políticas públicas desiguais.¹²

A institucionalização da diferença, sua aceitação e debate são analisados por alguns teóricos como um marco que institucionaliza o início de um novo período: a pós-modernidade.

¹¹ Na América Latina, as mulheres chilenas foram as pioneiras a conseguir o direito ao voto, em 1874, aproveitando uma brecha na Constituição; porém, em 1876, o direito lhes foi taxativamente negado com a reformulação das leis (TELES, 1993).

¹² Atualmente se discute o problema de inserção desses movimentos, pois teriam eles se mobilizado dentro dos limites das crenças na razão universal. Assim, suas práticas são criticadas por não atacarem o cerne das questões referentes ao direito às diferenças. Ver: MONTEIRO, Marko. SUJEITO E FRAGMENTAÇÃO: UMA VISÃO DO GÊNERO. Versão eletrônica:

www.periodicos.udesc.br/linhas/ojs/include/getdoc.php?id=171&article=138&mode=pdf.

Seria um momento marcado pelo fim da concepção do homem universal e sua racionalidade. A inviabilidade da universalidade implica a aceitação das diferenças e padrões de vida alternativos. Para Giddens, a fragmentação que alguns tendem a interpretar como pós-modernidade é, conforme já afirmado, consequência da radicalização dos princípios da modernidade — capitalismo, reflexividade, reestruturação do tempo — que marcam a passagem para o período atual denominado alta modernidade ou modernidade tardia. A reflexividade, o desencaixe entre o tempo e o espaço e o capitalismo foram as bases sobre as quais se ergueu a alta modernidade e são essas bases que se radicalizam com a expansão da globalização. A fragmentação faz parte desse processo — seja nos sistemas abstratos especializados, que em sua totalidade reflexiva, a maioria dos indivíduos não tem base para compreender, seja nos campos de conhecimento institucionalizados, que permeiam a vida dos indivíduos, tornando-os cada vez mais autoconscientes das inúmeras possibilidades e riscos à sua frente.¹³

Nesse processo de radicalização, novas concepções de amor se constituem dissolvendo os padrões românticos através dos indivíduos e para estes,¹⁴ desenrolando transformações nos relacionamentos. Em meio a tantas mudanças situa-se a mulher, e observando sua história, podemos afirmar que suas condições foram profundamente transformadas, de maneira bem distinta das masculinas. A maior liberdade de escolha, frente a padrões biográficos, se abre para ambos, mas de diferentes formas, e é essa a finalidade deste trabalho: discutir a individualização feminina enquanto fenômeno que se desenvolve fortemente no período posterior à Segunda

¹³ Os indivíduos não conseguem desvendar todos os mecanismos reflexivos da modernidade atual não por falta de capacidade, mas porque os sistemas abstratos e os discursos técnicos se complexificam de tal forma que se torna impossível conhecer todos os aspectos da vida social a fundo. A tendência é o indivíduo especializar o seu conhecimento em um deles.

¹⁴ Quando afirmamos que as novas concepções de amor se constituem através dos indivíduos e para estes, remetemos à afirmação da mudança social enquanto um processo no qual os indivíduos têm papel ativo, não sendo apenas o pano de fundo destas ou daqueles que as colocam em prática. No capítulo 2 desta dissertação iremos apresentar melhor a noção de mudança social e reflexividade desenvolvidas por Giddens (2002).

Guerra e, mais especificamente, como se desenvolveu entre com as famílias monoparentais femininas, com total ênfase sobre aquelas em que a mulher passou pelo divórcio. Para alguns estudiosos, a ruptura do casamento não possui mais um grande significado, o que penso ser discutível; principalmente para um grupo etário específico formado pelas mulheres que nasceram no final da década de 1940 e passaram pela transformação da posição feminina ao longo de sua adolescência e idade adulta. Neste grupo, acredito que seja possível discutir as rupturas identitárias produzidas pela transformação das bases da modernidade e o conseqüente processo de individualização. Mesmo acreditando que a individualização esteja presente em todas as camadas sociais, compartilho a idéia de que a dimensão econômica e os diferentes universos simbólicos tornaram a classe média o lugar ideal para a observação de sua mudança.

Para Singly:

O modelo da mulher dona-de-casa foi criado pelas classes médias, em referência aos lares ostentatórios da aristocracia, para que elas assim tivessem acesso a um estilo de vida aristocrática, através de um dos membros do casal. Logo que as mulheres das classes populares, entre 1930 e 1960, também puderam se tornar “donas-de-casa”, esse valor foi progressivamente depreciado até que se tornou a imagem do que as mulheres modernas das camadas médias querem evitar, principalmente na sua variante popular (SINGLY 2007:140).

Singly discute os limites das pesquisas que lidam com representações, destacando que por vezes aquilo que o indivíduo afirma fazer não se concretiza no cotidiano. Para o autor, esse descompasso indica que nem sempre podemos afirmar a existência de diferenças muito profundas entre os grupos sociais e que a individualização, assim como traços considerados mais conservadores, serão observados no conjunto da sociedade (SINGLY, 2007a).

Lidando com esses limites, interessa-nos analisar a individualização das mulheres chefes de família monoparentais no contexto paulistano de classe média atual. O conceito de

individualização utilizada nesta dissertação é o proposto por Beck e Beck-Gernsheim (2002). Para os autores, a análise dos processos de transformação das relações de maneira qualitativa possibilita desvendarmos tensões e novas tendências nos relacionamentos íntimos, mostrando uma efetiva mudança no conteúdo dos relacionamentos íntimos que se tornam mais eletivos.

Foram realizadas cinco entrevistas, entre 2007 e 2008, com mulheres residentes e naturais do município de São Paulo e que vivenciaram desde a infância as transformações e o crescimento da cidade. A faixa etária das entrevistadas varia entre 52 e 57 anos. Utilizou-se um roteiro pré-estruturado composto por temas que percorrem a organização familiar e as percepções acerca desta desde a infância. A seleção das entrevistadas foi feita com bases nos critérios acima, e a técnica utilizada foi a *snowball*: as entrevistadas sempre citavam nomes de outras possíveis entrevistadas, com as quais se entrava em contato e verificava-se a disponibilidade de colaboração. Houve duas recusas, mas com ambas o contato telefônico foi extremamente interessante. Apesar disso, não incluímos essas “quase-entrevistas” na análise. No roteiro há uma ênfase sobre o período do divórcio e a posição simbólica no domicílio após o término do casamento. O roteiro também aborda a divisão do trabalho doméstico, a participação dos ex-companheiros na vida dos filhos e a reorganização da família no período posterior ao divórcio. As entrevistas tiveram duração média de duas horas e meia, e os temas tratados se estenderam para além do roteiro. Tratou-se de manter atenção às dimensões mais citadas pelas entrevistadas, com a finalidade de compreender os elementos mais relevantes em suas decisões de ruptura do relacionamento e o período de auto-reflexão posterior.

Para contemplar essa proposta, apresentamos no Capítulo Primeiro uma visão panorâmica da abordagem sociológica da família e da mulher, desde os primeiros escritos até o século atual. É um capítulo de cunho introdutório que traz diversas visões sociológicas acerca da família e seu

contexto histórico. Algumas delas serão retomadas no Capítulo Segundo, quando apresentamos a discussão em torno do indivíduo e do processo de individualização. Nossos principais referenciais teóricos se inscrevem na chave da sociologia reflexiva, e alguns de seus conceitos serão apresentados. O Capítulo Terceiro traz um retrato da monoparentalidade feminina no Brasil. Seu crescimento nos últimos anos tem suscitado uma série de debates sobre a inserção feminina no mercado de trabalho, o aumento de sua escolaridade, a transformação nas leis e políticas públicas, além de discussões sobre a ligação desse fenômeno com a construção de uma sociedade mais igualitária, no interior da qual a democracia consolidada na esfera pública semeia transformações na vida privada, tornando os indivíduos mais autônomos e aptos a construir relacionamentos cujo laço não está mais calcado no tradicionalismo da instituição do casamento.

CAPÍTULO. 1 A sociologia analisando a família e a mulher

Debates sobre a família vêm de longa data, já tinham sido iniciados no século XIX e não, como muitos supõem, somente a partir de movimentos e transformações culturais dos anos 60 do século XX (HITA, 2005: 111).

A Sociologia, enquanto campo de conhecimento que investiga a família, oferece-nos uma série de análises que trazem modelos, designam funções e papéis e fornecem conceitos que explicam as rápidas transformações pelas quais têm passado a família. Seria inglória uma tentativa de levantamento de todas as análises sociológicas sobre a família, pois dentro desta se produzem e reproduzem valores e práticas culturais, sendo, portanto, suas formas variáveis no tempo e no espaço.¹⁵ Por outro lado, algumas dessas análises se destacam por demonstrar a permanência de percepções, como aquela que remete à crise da família e à ambigüidade da posição social feminina.

1.1 A Sociologia da família e os Estudos de Gênero

As primeiras preocupações de cunho sociológico acerca da família datam de meados do século XIX, quando a instituição familiar passava por transformações: de extensa e agrária, tornava-se retraída e urbana. A família é uma instituição agente e paciente no processo de transformações da modernidade. Ela possui contornos históricos próprios; é uma experiência ressignificada por cada cultura e nação que passou pela industrialização, pela urbanização, pela

¹⁵ Ao afirmarmos que a sociologia produz e reproduz valores e práticas, adotamos aqui a perspectiva de Giddens (2002) quando o autor coloca a sociologia, entre outros campos de conhecimento, como espaço de produção de conhecimento da sociedade sobre si mesma; nesse sentido, a sociologia confere visibilidade e suscita a reflexão acerca de práticas e valores sociais em transformação.

transformação de concepções e absorção de princípios filosóficos, econômicos e políticos que compuseram a ideologia de fortalecimento do Estado Moderno.

O processo modernizador envolveu a família em vários aspectos e suscitou o debate dos intelectuais do século XIX. Seria a retração da família, pela diminuição do número de filhos e a migração para cidades, um sintoma de crise? Seria possível resgatar o forte patriarcalismo do século XVIII? Seria possível manter a submissão das mulheres quando famílias eram sustentadas por elas? Essas são apenas algumas das questões debatidas com fervor por intelectuais reformadores, como Le Play, e outros mais progressistas, como Stuart Mill e Durkheim, no século XIX. Mill pensava a inclusão das mulheres na economia como um imperativo que estimularia a competição e tornaria a sociedade mais produtiva; Durkheim observava que o centro da família deixara de ser a transmissão dos bens e centrava-se sobre o elo conjugal. Não se trata de compará-los, pois as preocupações de um eram econômicas, e do outro, sociológicas. No entanto, ambos escrevem sobre a experiência moderna e as transformações sociais, econômicas e políticas postas em marcha; porém, nenhum dos pensadores discute a verdadeira emancipação feminina, que só seria, de fato, discutida publicamente, envolvendo vários grupos sociais, no século XX. Mill expunha a aguçada capacidade feminina em solucionar problemas — afinal, ao cumprir seu papel de esposa e mãe, a mulher enfrentava inúmeros contratempos que sempre eram contornados para manter a paz no lar; enquanto Durkheim temia que a sociedade moderna pudesse se desintegrar caso o elo conjugal se tornasse a base das relações familiares. Seu temor era tamanho que, mesmo reconhecendo a conjugalidade e a relativa autonomização em relação à família extensa e à comunidade, o autor procurava outras bases para a constituição da solidariedade social (MILL, 2006; CICCHELLI-PUGEAULT & CICCHELLI, 1998).

A mobilização da sociedade em torno das discussões sobre as transformações da família nunca cessaram, mas alguns acontecimentos históricos — como a Primeira e a Segunda Guerras, o avanço socialista e a tensão entre países capitalistas e socialistas — demonstraram alguns limites do projeto moderno de base filosófica iluminista, deslocando o foco sociológico para questões de classe e reestruturação de teorias da modernidade.

Nos EUA, a preocupação com o estudo da família se apresenta já na década de 1920 com os estudos da Escola de Chicago, que focavam questões referentes à interação dos indivíduos no interior das famílias e o papel de cada um dos membros nesse contexto. Entre os estudos desse período se destaca o modelo estrutural-funcionalista de Talcott Parsons, que procura aliar as funções dentro da família com elementos estruturais macrossociais. O autor relaciona o sistema e os subsistemas sociais elaborando uma teoria dos papéis sociais relacionada à divisão entre as esferas pública e privada. Para o autor, cada membro da família deveria desempenhar sua função, e à mulher cabia o “sacrifício” para o funcionamento do modelo familiar nuclear. O autor é criticado, pois seu modelo de funções desconsiderava as mudanças já em curso na sociedade europeia e norte-americana, como a crescente inserção feminina no mercado de trabalho. Por outro lado, sua teorização contribuiu para afirmar a construção social dos papéis masculino e feminino — isto é, mesmo que afirme o “sacrifício feminino”, o autor destaca os papéis e funções como socialmente construídos, dentro do contexto histórico de industrialização e formação da classe média norte-americana, abrindo espaço para a elaboração de críticas a essa divisão (PARSONS *et. al.*, 1956, VAITSMAN, 1994; HEILBORN E SORJ, 1999, HITA, 2005).

Depois do modelo parsoniano, foi preciso quase uma década para a sociologia questionar os limites deste e propor novas formas de análise das relações familiares assentadas sobre as transformações históricas em curso. Na Europa e nos EUA, a organização institucional do Estado

de Bem-Estar ofereceu condições para o igual acesso à educação e à saúde, além de garantir uma sólida proteção social aos cidadãos. A expansão dos direitos individuais, aliada a outros fatores, levou a transformações sociodemográficas, como queda da taxa de natalidade, postergação do casamento, da escolarização feminina, da expectativa de vida e transformações nas relações geracionais, ligadas à maciça inserção feminina no mercado de trabalho, que distanciava parcialmente as mulheres do controle masculino e familiar na esfera doméstica. Além dessas mudanças, o período é de mobilização em torno de direitos civis de negros e mulheres. Esse panorama de contestação política, econômica, institucional e cultural abriu espaço para que uma nova forma de abordar as relações dentro da família se constituísse. Nesse contexto, a teoria feminista entrou no campo de estudos sociológicos, e o que começara como “estudos da mulher” elaborou-se, sofisticou-se e ingressou nas universidades. Os estudos das condições femininas concluíram, entre outros aspectos, que a submissão feminina tem várias facetas, variando historicamente, e está ligada a diversas outras esferas sociais, tais como: classe, etnia e produção de conhecimento. O poder atribuído exclusivamente ao homem é rediscutido, e percebem-se as estratégias femininas de poder, seja sobre outras mulheres ou sobre o grupo familiar, pois sua posição de detentora dos meios de reprodução e manutenção da família pode ser utilizada em estratégias diversas de poder (ROCHA-COUTINHO, 1994). Com os estudos sobre a sexualidade e o poder revela-se progressivamente o papel ativo das mulheres na História, e o que antes formava o campo de estudos da mulher, com foco sobre a submissão, transforma-se até consolidar os Estudos de Gênero.¹⁶

Os Estudos de Gênero ampliaram as possibilidades de análise oferecendo observações sobre as relações sociais que ultrapassavam a dicotomia dominação/submissão. A proposição da

¹⁶ Heilborn e Sorj (1999) detalham o contexto de formação de grupos feministas e seu processo de entrada na academia nos contextos europeu, norte-americano e brasileiro.

categoria “gênero” e seu caráter relacional mobilizaram os pesquisadores em torno da necessidade de explorá-la, propondo desconstruções de análises centradas em categorias macrossociológicas, como a classe social, mostrando as interconexões desta com outras dimensões, como etnia, idade, maternidade e trabalho. Seu grande êxito é desconstruir o processo de formação das identidades masculinas e femininas, apresentando todo o percurso histórico de legitimação da assimetria entre homens e mulheres e introduzindo uma agenda de pesquisa que também inclui o gênero masculino entre os questionamentos acerca da manutenção de aspectos ligados à tradicional dicotomização entre os sexos (HEILBORN E SORJ, 1999). Os Estudos de Gênero são recentes, mas sua legitimação pelas Ciências Sociais se disseminou, e o caráter *ontológico relacional* da categoria tornou-a importante para a pesquisa em outros campos de conhecimento, como a Medicina e a Pedagogia, entre outros (HEILBORN *apud* MACÊDO, 2001).

Além dos Estudos de Gênero, temos a História, que se voltou para o questionamento dos discursos oficiais encontrados em documentos do Estado e da Igreja. Apesar de recentes, os Estudos da Vida Privada demonstram a existência de realidades bem diversas no mesmo tempo histórico. Assim, o casamento, a família extensa e as práticas da vida cotidiana nem sempre são condizentes com o que pregava a Igreja e o Estado. No caso brasileiro, alguns estudos de História Demográfica mostram a presença de monoparentalidade, trabalho feminino, uniões ilegítimas, entre outros fenômenos desconsiderados pelo discurso oficial da Metrópole (SAMARA, 1986; PRIORE, 1989; PERARO, 2003). A leitura destes trabalhos mostra a existência de pedidos de separação, histórias de resistência ao abuso doméstico e descontentamento de mulheres em relação aos limites que lhes eram impostos. Machado aponta que o século XIX, marcado pelo pensamento político e econômico da igualdade e da liberdade, foi o mesmo que as negou às

mulheres. No entanto, essas idéias abriram caminho para que um movimento feminino se formasse e reivindicasse direitos. (MACHADO, 2000).

No Brasil, o final do século XIX foi marcado pela mobilização de mulheres da elite e das camadas trabalhadoras: as primeiras reivindicavam o direito ao voto, dentro dos limites do *status quo*; as segundas, o reconhecimento de sua importância para a economia e de suas necessidades, como creches e melhores condições de trabalho. Os grupos ligados à elite tinham maior visibilidade; porém, movimentavam-se dentro dos estreitos padrões aceitos pela sociedade patriarcal. Entre as trabalhadoras, o discurso era mais radical, bem como suas demandas (JARDIM PINTO, 2003).

1.2 A percepção sociológica da mudança: a família conjugal no Ocidente do final do século XIX

Desde meados do século XIX, a família figurou enquanto espaço privilegiado para a análise sociológica devido a seu caráter de lugar primário de socialização. A modernização das grandes cidades européias aguçava a curiosidade de artistas e poetas, assim como o medo dos mais conservadores. Para os intelectuais da época, foi um período de transformações sem precedentes, pois o pensamento científico se impôs fortemente, questionando tradições e noções religiosas.

As cidades ainda guardavam traços medievais: ruelas estreitas, becos e ausência de um espaço adequado para a circulação de pedestres. As casas abrigavam muitas famílias, e as questões domésticas nem sempre eram resolvidas “em família”. A industrialização não era regulamentada, o trabalho exaustivo envolvia mulheres e crianças, e a intensiva migração para as cidades lançava grande quantidade de mão-de-obra no mercado de trabalho, com salários,

conseqüentemente, baixos para todos. A miserabilidade das condições de vida, associada à percepção de fenômenos como a crescente criminalidade e arranjos familiares não condizentes com o modelo familiar burguês, passou a ser vista como sintoma de uma crise da família e, de modo mais amplo, da sociedade. O momento era de intervenção, fosse para reformar ou pensar novas possibilidades para a manutenção de uma sociedade saudável e organizada. Esse período foi de reforma das grandes cidades européias empreendidas pelo Estado. O desejo era acabar com a desorganização e o caos do modo de vida operário. Os pobres foram espacialmente afastados dos ricos e tudo reorganizado de forma que a vida pública ficasse separada da vida privada e doméstica (PROST, 1992). Subjacente a essa separação está a divisão de tarefas entre homens e mulheres. Enquanto o homem é racional, forte e agressivo para trabalhar pesadamente, a mulher é doce, frágil e despreparada para esse tipo de desafio, cabendo-lhe os cuidados com a casa e os filhos. Para que a separação entre as esferas se consolidasse foi preciso um longo processo histórico de transformações sociais incitado por discursos filosóficos e científicos (GIDDENS, 1993).

Entre os sociólogos do período, destaca-se Émile Durkheim e suas notas escritas sobre a família no final de 1892. O autor foi o primeiro a propor um novo modelo de família condizente com a realidade de sua época. Trata-se da *família conjugal*, resultado da contração da família extensa e patriarcal, fruto do acelerado processo de urbanização e da revolução industrial, que transformou as cidades e as economias européias, dificultando o acúmulo e a manutenção de bens que pudessem ser transmitidos por herança. Assim, a ligação entre os familiares não se baseava na transmissão dos bens, e a família se dividia entre zona central (família nuclear) e zona secundária (família extensa). A tendência seria, portanto, a aproximação no interior do grupo central e a formação de novas formas de relacionamento familiar (DURKHEIM, 1893).

A família conjugal é um modelo em que o casamento é o elo que agrega os indivíduos. A lógica de ligação é o afeto entre indivíduos relativamente independentes entre si. O pai deve prover a esposa e os filhos — estes últimos, até que cheguem à maioridade e se tornem independentes por lei. Essa nova forma de organização familiar traz inscrito o processo de valorização do indivíduo e dos sentimentos (*Idem: Ibidem*). Para o autor, a maior autonomia é condizente com a ampliação das esferas da vida social, que se complexifica e possibilita aos sujeitos o desenvolvimento de uma fisionomia própria (TORRES, 2001:14). Outro aspecto importante deste modelo é que a família conjugal ilustra o movimento de privatização dos sujeitos que abandonam o convívio social na esfera pública, pois esta se tornava perigosa e incontrolável (CARVALHO, 1992). Quanto a essa questão, Durkheim se posiciona negativamente, pois a privatização da vida levaria à desintegração social. O vínculo que une a família conjugal é frágil: a morte de um dos cônjuges (muito comum à época) e o casamento dos filhos acabam com o núcleo de convivência. Para o autor, a esfera do trabalho poderia fornecer um espaço propício ao surgimento e manutenção de solidariedade social, pois os trabalhadores convivem cotidianamente e possuem interesses em comum. Durkheim também trata da intervenção estatal na vida privada, que incide, principalmente, sobre a questão da violência contra as crianças, da regulação do casamento e herança. A intervenção do Estado e o maior controle sobre os indivíduos contrapõem-se ao poder, antes único, do patriarca.¹⁷

Uma das contribuições de Durkheim em suas notas sobre a família é a percepção da regulação do Estado como um contrapeso à esfera privada, pois se a família se tornara o local de preservação da individualidade, o Estado se tornou o regulador das relações e o impositor de

¹⁷ O autor menciona as leis antiviolência do governo francês que impediam castigos físicos a crianças pelos pais e o controle da transmissão de herança como exemplos da regulação imposta pelo Estado à vida privada (DURKHEIM, 1893).

limites à individualidade. Essa ambigüidade da vida privada figura como uma temática muito importante na Sociologia até os dias atuais, quando muitos discutem os limites e interpenetrações entre público e privado, e os limites da ação do indivíduo nos processos de mudança social.

Segundo alguns críticos, é possível apontar limitações no raciocínio durkheimiano. O autor privilegiava as camadas médias urbanas em seu raciocínio: seriam esses setores “mais modernos em progresso e movimento, sem patrimônio, que se tornarão mais tarde as chamadas classes médias” (TORRES, 2001: 14). Nesses grupos se observava, de fato, a escassez de herança e a realidade da busca pessoal pelo êxito profissional, Durkheim percebe essa individualização sob a ótica do mérito. O autor não acha tão terrível que o nascimento deixe de determinar o lugar social do indivíduo, mas despreza o indivíduo que age como se fosse um fim em si próprio (SINGLY, 2007a: 38). Assim, não foi tão estranho quando o autor se pronunciou contrário ao divórcio — afinal, o casamento se tornara a base da nova família e sociedade. Entretanto, ao assumir essa posição, o autor mostra que pensava o casamento enquanto instituição, não símbolo da sociedade conjugal, na qual os laços se estreitaram, baseados no afeto (*Idem, Ibidem*: 39).

Outra crítica comum ao autor afirma a existência de famílias contraídas em outros períodos históricos, contrariando, portanto, a linearidade do progresso da história da família descrito por Durkheim. Neste caso, os críticos utilizam os estudos de Philippe Ariès para afirmar a nuclearidade familiar em outros períodos — afinal, em momentos de paz havia uma contração dos grupos familiares, que se tornavam mais independentes em relação à comunidade, já que não precisavam se agrupar para se defender de inimigos externos (ARIÈS, 1981).

Apesar das críticas, é importante destacar a contemporaneidade de vários aspectos abordados por Durkheim, pois seu modelo construído sobre o elo conjugal tem sido o ponto de partida para muitas das atuais análises das relações familiares. O autor também se posicionava

frente às transformações sem o olhar reformador de Le Play e Comte, que percebiam a família extensa como lugar privilegiado para a manutenção da solidariedade social.¹⁸

As contradições observadas na instituição familiar no final do século XIX se assemelham àquelas em curso no século XX, culminando com um forte ressurgimento do interesse sobre a família na condição de objeto de estudo sociológico. No entanto, essa retomada seria feita com a preocupação de se observar as mudanças no modelo familiar conjugal e em sua dinâmica interna, sem o intuito reformador dos primeiros escritos.

1.3 A Sociologia no Brasil: a busca pela compreensão de nossas particularidades

A sociologia que aborda a temática da família brasileira se inicia com os ensaios de Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Antônio Cândido e Cassiano Ricardo, entre outros. Todos eles, intelectuais das primeiras décadas do século XX, tentavam compreender nossa formação social a partir das relações familiares no contexto escravagista.

No século XIX o Brasil era agrário, e a gestão econômica, voltada à produção de poucos produtos; importávamos muito mais do que exportávamos, não havia diversificação da produção, e a população migrava conforme o ciclo econômico do momento. Preponderava, então, a produção cafeeira do Sudeste. A família deste período tinha um modelo predominante a seguir, o europeu, mas os arranjos observados eram bem diversificados (PRIORE, 1989).

O modelo de Gilberto Freyre apresentado em *Casa Grande e Senzala* figura nos estudos sobre família como a referência fundadora da sociologia da família brasileira. Com base na

¹⁸ As contribuições analíticas desses autores clássicos estão expostas em CICCHELLI - PUGEAULT, Catherine & CICCHELLI, Vincenzo. *Les Théories Sociologiques de la Famille*. Paris: La Découverte, 1998.

descrição de relações familiares e de compadrio, o autor busca mostrar como a violência entre mulheres, escravas e filhos legítimos e ilegítimos fazia parte do cotidiano familiar controlado pelo patriarca. No entanto, com o desenvolvimento da demografia histórica, já é possível discutir os limites do modelo gilbertiano, visto que se refere a um contexto específico: o Nordeste canavieiro e rural, cuja economia sustentava, praticamente, toda a Colônia. Havia um forte entrelaçamento entre poder patriarcal e político-econômico sem tantas semelhanças com as demais regiões brasileiras. Segundo Samara, as famílias do Sul tendiam a ser menores e de estrutura mais simples (SAMARA, 1987: 30). Por outro lado, muitos destacam que o modelo gilbertiano é importante, pois a partir dele é possível analisar as fortes relações de poder que dominavam a economia e a política brasileiras até o final do século XIX (DA MATTA, 1987).

Souza e Botelho (2001) trazem interessantes reflexões sobre o uso do modelo de Freyre para a análise da família brasileira. Segundo os autores, existiam outros ensaístas, como Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo, que escreveram sobre o contexto paulista e mineiro destacando justamente os elementos que diferenciavam essas regiões do Nordeste canavieiro. Assim, há como afirmar que seu modelo suscitou a reflexão sobre as diferenças regionais já no início do século XX.

A presença do bandeirante é o princípio de distinção adotado pelos autores, que o percebem de maneiras distintas. Ellis Jr. explicita uma forte preocupação com a ilegitimidade dos filhos, fator depreciativo da população, e destaca o efeito negativo das bandeiras para o crescimento da população local. Já Cassiano Ricardo destaca a coragem desses homens e de suas mulheres, que ficavam nos povoados movimentando a economia e cuidando das atividades cotidianas. Ambos fazem um elogio à mestiçagem do branco com o índio, semelhante àquela feita por Freyre em relação aos brancos e os negros.

Essa primeira geração de estudiosos do Brasil tentava compreender uma sociedade que tardou a abolir a escravidão e adotava princípios liberais, expressos em sua Constituição de 1891, ao mesmo tempo em que não permitia diversificação econômica, tampouco a autorregulação da “mão invisível do mercado”. O desafio era enorme, e as profundas transformações econômicas e políticas legadas pelas grandes guerras impunham aos nossos estudiosos a questão do subdesenvolvimento do Brasil na metade do século XX. Era preciso reavaliar nosso passado histórico e explorar as bases de nossa formação social. A produção sociológica do período utilizou o marxismo e a economia política para apresentar análises sobre a formação do capitalismo industrial, das classes burguesas e operárias e do Estado brasileiro (BOITO JR., 2007).

Não é possível afirmar que a modernidade e toda a novidade que representavam — mercadorias quebrando com o passado das tradições e estabelecendo um equivalente universal, desmanchando tudo o que fosse sólido, e instaurando um clima de transformações profundas e constantes que embaralhavam os sentidos e possibilitavam o progresso econômico e histórico — tenha acontecido no Brasil à mesma época e trazendo as consequências que trouxe à Europa. A transformação das cidades não se deu no reboiço da industrialização do século XIX, como na Paris descrita por Walter Benjamin (1985), mas por decisão de nossas elites oligárquicas, que acordaram em trazer a modernidade para o Brasil, desde que controladamente (DOMINGUES, 2004).

As novidades não se sobrepuseram ao antigo, as mercadorias não inundaram os desejos individuais em exposições universais. O universo das mercadorias também se constituiu por aqui, mas de outra forma. O consumo e a moda eram muito restritos, dada a grande miserabilidade da população. Nossa modernidade é tardia e periférica, e é justamente essa a constatação que invade

os estudos dos intelectuais que abandonaram o elogio de nossas especificidades e passaram a buscar explicações e caminhos para consolidar nossa modernização.

A preocupação inicial de se compreender a formação social brasileira a partir das relações familiares, de compadrio e de produção foi secundarizada frente a uma nova busca em torno do entendimento das causas do atraso da sociedade brasileira. Intelectuais e políticos se envolveram com o debate e desenvolveram uma agenda cujo objetivo era trazer o desenvolvimento para o Brasil, e a grande questão era até que ponto nossa burguesia tinha interesse em participar de uma frente de classes pelo desenvolvimento nacional autônomo (BOITO JR., 2007). Esse projeto mobilizou lideranças que durante muitos anos pensaram a história de forma universal, como se desenrolando em etapas lineares. Assim sendo, o que faltaria ao Brasil seria o ajuste para seguir o caminho histórico percorrido pelos países ricos e chegar ao desenvolvimento. Apenas em meados da década de 1960 alguns intelectuais questionaram o dualismo a-histórico das teorias funcionalistas. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2004) afirmaram em sua análise a impossibilidade de toda a América Latina seguir essas etapas, revelando nossas particularidades históricas e o modo de funcionamento do sistema capitalista, que compreende países periféricos em sua engrenagem para se expandir e gerar acumulação nos países centrais. Dessa forma, a busca pelo desenvolvimento a partir de uma seqüência histórica mostrava-se inútil para o projeto de trazer a modernidade ao Brasil. A mudança das estruturas sociais implica uma série de fatores, tais como: o processo de relação entre os grupos, forças e classes sociais, através do qual “alguns destes tentam impor ao conjunto da sociedade a forma de dominação que lhes é própria” (*Idem*, *Ibidem*: 29). O olhar puramente economicista de muitos estudiosos desconsidera as relações sociais, não conseguindo, portanto, atingir uma compreensão satisfatória dos processos políticos e sociais. O olhar estrutural desconsidera os processos internos, as forças sociais internas e suas

configurações, as quais estão imbricadas com as estruturas, mantendo o equilíbrio dos grupos no plano interno e externo. Ao considerar os processos sociais, as categorias “tradicional” e “moderno”, que dominavam os debates acerca do subdesenvolvimento de grande parte das nações, mostram-se muito simplificadas, quando não simplistas, dada a relação estabelecida: sociedades desenvolvidas e modernas, e sociedades subdesenvolvidas e tradicionais. Segundo Cardoso e Faletto:

[...] a relação entre desenvolvimento e modernização não se verifica necessariamente, se se supõe que a dominação nas sociedades mais desenvolvidas exclui os “grupos tradicionais”. Por outro lado, também pode dar-se o caso de que a sociedade se moderniza em suas pautas de consumo, educação, etc., sem que correlativamente haja uma menor dependência e um deslocamento do sistema econômico da periferia em relação ao centro (*Ibidem*: 30).¹⁹

O desenvolvimento nacional e nossa formação nacional enquanto nação moderna está repleta de especificidades. A formação de nossa burguesia e a sua relação com o Estado, a espoliação do fundo público e a obstrução à distribuição de renda são alguns aspectos caros à sociologia brasileira (OLIVEIRA, 2004). Segundo Domingues (2004), ao retomar o clássico texto de Barrington Moore Jr., *Social Origins of Dictatorship and Democracy*, a modernidade pode se construir de três diferentes formas: a democrática, a socialista revolucionária e a autoritária. Historicamente, assemelhamo-nos ao processo de modernidade que ocorreu na Alemanha, onde houve a atuação do grupo ruralista, que a estimulou, porém, com todo o controle sobre o campo e as propriedades rurais, oriundas ainda da época feudal. No Brasil, da mesma forma o grupo de proprietários rurais estimulou a modernização sem, contudo, abandonar o controle sobre o campo e a força de trabalho rural. Esse grupo manteve-se no poder da Colônia,

¹⁹ Em relação a essa citação, vale colocar que, no prefácio à nova edição de 2004, Cardoso já afirma o desgaste da noção centro-periferia, à medida que as interconexões se dão por fluxos que saltam as fronteiras nacionais, em uma clara alusão ao processo de globalização. (CARDOSO & FALETTO, 2004: 12).

passando pelo Império e chegando à República. Esse processo de permanência e manutenção de bases tradicionais em convivência com a modernidade é denominado *modernização conservadora* e remete justamente a esse percurso de aceitação do “novo” combinado com o controle total e irrestrito, sem qualquer caráter revolucionário, seja o político da Revolução Francesa, seja o econômico do liberalismo. Os proprietários agrários formavam uma *subjetividade coletiva* cautelosa, transformista e autoritária em suas perspectivas e estratégias. Assim, a modernidade se constrói sem dar espaço à liberdade individual e à cidadania. Os trabalhadores eram controlados pelo Estado através dos sindicatos; porém, o processo da modernidade trazia transformações nem sempre passíveis de serem freadas pelo grupo dominante. A modernidade e suas conseqüências para a transformação do espaço-tempo social são semelhantes, aqui ou na Europa. A individualidade, a privacidade, o cultivo de si, a complexificação da vida social em todas as esferas também se desenrolam no Brasil, mas impregnados de elementos que remetem à nossa herança ibérica. Nessa altura, Domingues traz para discussão elementos analíticos presentes em *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda, e trata da forma de individualismo que se desenvolveu por aqui, de caráter predatório e aventureiro, que remete a nossos colonizadores, cuja ética se diferenciava profundamente da protestante. O trabalho e a acumulação como dever se diferenciavam e muito do espírito de aventura dos ibéricos. Essa forma de individualismo dificultou a constituição de um sentido de pertencimento a uma Nação; com isso, o Estado e suas leis são percebidos como agentes externos que apenas ameaçam, mas podem ser contornados. Não há solidariedade e planos fundamentados para o futuro, a competição entre os agentes é violenta, e Domingues faz remissões à obra machadiana — “Ao vencedor sobram as batatas”. O capitalismo brasileiro traz suas especificidades de raiz colonial; contudo, o processo de *modernidade conservadora* é posto em

xeque com a industrialização desenvolvimentista, a urbanização, a migração para os grandes centros urbanos e a diversificação econômica. Mesmo que se perceba a persistência de algumas famílias dessa aristocracia rural no poder, não se pode desprezar os avanços e a tendência de fortalecimento democrático. A modernidade, portanto, instala-se entre nós; seu ritmo e constituição são próprios, mas também estão vinculados ao sistema capitalista mundial, que tem sua configuração e a necessidade de que os países ocupem diferentes posições mesmo em tempos de globalização.

Como destaca Ortiz (2006), é preciso ser cauteloso ao refletir sobre a globalização, já que as fronteiras e as “velhas” categorias Estado, Modernização e Nação ainda persistem, bem como o caráter local que imprime suas especificidades nos acordos internacionais. Ainda persiste a noção de defesa dos interesses nacionais e os elementos ditos globais, como o inglês, o cinema ou mesmo a internet, são absorvidos e significados de diferentes formas segundo o lugar que os recebe.

1.4 Mudanças de Comportamento e Possibilidades Femininas no Interior da Família do Pós Guerra: a autonomia feminina e a discussão do patriarcalismo

O ressurgimento dos estudos sobre as questões familiares gira em torno de novos fenômenos que apareceram a partir, principalmente, dos anos 1960, quando se observou o chamado “choque demográfico”, isto é, quando as estatísticas demográficas começaram a indicar a primeira importante queda na fecundidade, após o *baby boom* do pós-guerra. Bozon (2004) afirma ser esse o período da Segunda Revolução Contraceptiva, quando as mulheres passaram a ter opções efetivas de contracepção, como a pílula anticoncepcional e o DIU, que ofereceram à

mulher a possibilidade de controle sobre seu corpo, dissociando definitivamente a sexualidade da reprodução. Para o autor, a Primeira Revolução Sexual data do século XIV, na França, quando práticas como o coito interrompido e o casamento tardio — abstinência prolongada — foram utilizadas para controlar o número de filhos. Posto isso, mesmo que o século XIX tenha sido marcado pela repressão da sexualidade feminina, o conhecimento sobre as funções corpóreas possibilitou à população um maior controle sobre a fecundidade. A grande diferença entre as duas revoluções foi a possibilidade do controle feminino com o advento da pílula, já que as práticas mais antigas eram pouco eficazes e baseavam-se na disciplina masculina (*Idem, Ibidem*: 39). Por outro lado, o uso da pílula e as transformações do comportamento sexual colocaram sobre a mulher toda a responsabilidade em relação à contracepção. Para Beck e Beck-Gernsheim também existem outras consequências que tornam ambivalente a situação da mulher, pois a contracepção exige um tipo de comportamento racional, reflexivo e nada romântico — ou seja, uma postura para a qual grande parte das mulheres não estava pronta e que cobrava uma personalidade diferente dos antigos padrões permeados por idéias religiosas e românticas (BECK e BECK-GERNSHEIM, 2002: 69-70).

A década de 1960 foi, portanto, o ponto máximo da ruptura entre a sexualidade e a procriação. Além da queda da natalidade, observou-se o aumento na expectativa de vida da população e também uma maior diversificação dos arranjos familiares. Além das transformações no modelo conjugal que já se esboçavam, suscitavam reflexão as críticas feministas à opressão masculina, esta que tinha como centro de reprodução o casamento que confinava a mulher, oprimindo-a e subordinando-a socialmente. Além da contestação feminista, observa-se a reação conservadora contrária ao aborto e ao divórcio. O Estado francês, por exemplo, atuava no sentido de garantir às mulheres creches e cuidados aos filhos pequenos, para assim tentar elevar as taxas

de natalidade (SINGLY, 2007a). Entretanto, a escolaridade feminina elevada abria possibilidades de competição no mercado de trabalho, assim como a percepção de projetos alternativos de vida que não compreendiam o casamento e a maternidade. Os desafios enfrentados pelas mulheres do período não encontravam respaldo em outros períodos históricos, pois, pela primeira vez, elas tinham condições de fazer escolhas.

O fenômeno da vida feminina *en solo* apareceu com muita expressão no período posterior à Segunda Grande Guerra, quando muitas mulheres ficaram viúvas sós e/ou com filhos, mas não voltaram a viver com os pais. Para Kaufmann (1999), essa experiência teve desdobramentos sobre os filhos destas, que cresceram e foram educados sem a figura paterna presente no lar. A expressividade desse arranjo e a forte atuação do Estado que garantia segurança aos cidadãos fornecendo condições básicas de educação, saúde e assistência, garantiu a possibilidade de escolha às mulheres, voltar ou não para a casa dos pais, deixar ou não os filhos na creche para estudar e trabalhar. Enfim, os anos posteriores à guerra anunciavam mudanças que logo se destacaram como importantes questões sociológicas (KAUFMANN, 1999; SINGLY, 2007a).

Os dados demográficos do período de 1960 expressam mudanças significativas, sugerindo discussões interessantes sobre a transformação da individualidade no interior da família, pois assinalam a consolidação de tendências mais antigas apontadas enquanto ideais no século XIX, quando se percebeu que o amor conjugal era desejável para um casamento bem-sucedido, independentemente de se concretizar ou não. O aumento de coabitações e divórcios e a queda da mortalidade de mães na hora do parto e dos pais por acidentes de trabalho explicitam que, se antes eram as conseqüências naturais — como a morte por doença — que separavam as famílias, agora são os próprios indivíduos que decidem se separar, pois:

O período contemporâneo é caracterizado por um maior domínio do destino individual e familiar e isso por duas razões que se reforçam: um sistema de valores que aprova essa autonomia [...], e as condições objetivas que permitem o controle desse domínio individual, sobretudo a contracepção e as leis a ela relacionadas. As técnicas modernas de controle dos nascimentos não criam em si, um desejo de ter ou não filhos — como demonstram as resistências às políticas populacionais nos países em desenvolvimento —, mas elas aceleram ainda mais a adesão a esse valor de autonomia (SINGLY, 2007a: 128).

A autonomia é exercida de diferentes formas. No tocante à família, é destaque a crítica ao casamento como espaço que aprisiona os indivíduos em uma lógica de divisão do trabalho e forte regulação social. A vida em família é percebida de maneira contraditória: ao mesmo tempo em que os indivíduos se desvinculam das pressões institucionais, ainda percebem a constituição da família conjugal positivamente, como uma forma de realizar afetividades e transformar sua identidade social. Mesmo que o casamento tenha ganhado um peso negativo, a vida *en solo* é vista socialmente como solitária, como se houvesse certa desumanidade, ou uma grande focalização no sucesso social individual. A lógica dos afetos que se constitui ao longo de um progressivo processo histórico traz inscrita uma duplicidade, afinal se as relações da família conjugal passam a se basear no afeto entre os cônjuges, após o período de descobertas e aprendizado com o outro,

[...] é normal que, logo no primeiro conflito de caráter ou de gosto, nos perguntemos: por que me casei? E não é menos natural que, obcecados pela propaganda universal do romance, logo de início admitimos estar apaixonados pelo outro. Assim, é perfeitamente lógico que decidamos divorciar-nos para busca no novo “amor, que conduz a um novo casamento, uma nova promessa de felicidade”; as três palavras são assim sinônimas (ROUGEMENT apud SINGLY: 2007a:131).

A mudança nos anseios individuais marca uma ruptura básica com a família do início do século XX: se antes as identidades sociais eram rígidas e os indivíduos estavam mais focados em satisfazê-las, agora o eixo estruturador das famílias repousa sobre as relações internas e a

felicidade que esta traz aos indivíduos envolvidos. Os indivíduos buscam a satisfação própria, e o conformismo do casamento infeliz cede espaço à percepção de que é possível mudar. É importante ressaltar que o primado do indivíduo não exclui a necessidade de regulação do Estado em questões como a guarda dos filhos de casais divorciados, as leis que garantem o suporte financeiro de pais e mães e a ajuda social a famílias que perdem substantiva parte de seu orçamento quando um dos cônjuges vai embora. Em países em desenvolvimento, observa-se a pauperização feminina como um problema vinculado à permanência de aspectos tradicionais na divisão das tarefas domésticas e à sua inserção no mercado de trabalho, que tende a ser mais precária. Observação semelhante é encontrada quando investigamos os contextos de países como Estados Unidos, Canadá e Alemanha, onde autores levantam questões semelhantes ao tratar da pauperização feminina.

Para Castells (1999), o que se colocava como questão na década de 1960 era a transformação do sistema de poder familiar, que deixava de se reproduzir segundo o modelo patriarcal devido ao processo de mudança nos papéis que os indivíduos desempenham no interior do modelo familiar.²⁰ O autor discute essas transformações na estrutura de poder da família utilizando o modelo institucional/psicanalítico de Nancy Chodorow, que trabalha a questão da reprodução dos papéis atribuídos aos gêneros no interior da família, teorizando sobre as transformações das personalidades masculina e feminina nesse contexto.

²⁰ O conceito de modelo patriarcal tem várias interpretações, sendo amplamente debatido, principalmente, por aqueles que discutem a temática da família e sua transformação, que agrega novas formas de arranjos familiares. Machado (2000) mostra a validade deste modelo que foi, de certa forma, substituído no debate sobre as mudanças familiares devido à construção do conceito de gênero, visto por muitos, como mais interessante para o contexto atual das relações familiares, no qual o poder centralizado na figura masculina do patriarca tende a desaparecer. Para a autora, o modelo patriarcal possui validade, pois muitas permanências nas relações de poder podem ser notadas quando os relacionamentos são estudados qualitativamente. Mais adiante retomaremos essa discussão.

As transformações institucionais provocadas pela posterior crise do Estado de Bem-Estar e a consolidação da inserção da mulher no mercado de trabalho (acompanhada por sua maior qualificação) colocaram a possibilidade do auto-sustento, bem como a importância da contribuição feminina para o orçamento doméstico, e, conseqüentemente, transformou a posição feminina no interior da família patriarcal. Ao trabalhar, a mulher passou a conviver socialmente, ampliando sua rede de amizades e solidariedade. Na esfera do trabalho, os salários se tornaram menores por uma maior oferta de mão-de-obra, e o homem não pôde mais se colocar como detentor do único rendimento, perdendo gradualmente sua função central nas decisões familiares. Nessa confusão de papéis, os relacionamentos tornaram-se mais frágeis.

Para Chodorow, a única forma de equilibrar as tensões no interior dessa nova família seria a renegociação do contrato do casamento, principalmente pela transformação da posição masculina no interior da família, que se tornaria mais flexível na divisão de tarefas domésticas. Essa renegociação do casamento, indicada com clareza pela autora, está presente na análise de vários autores do período como uma crítica ao modelo parsoniano, que indicava que os papéis atribuídos tradicionalmente no casamento eram os responsáveis pelo sucesso da instituição familiar.²¹

Para Castells, a utilização do modelo de Chodorow é interessante, pois a autora teoriza as mudanças na família segundo as identidades e personalidades envolvidas, considerando esse o modo mais interessante para a análise das transformações demográficas ocorridas no modelo familiar. Essas mudanças, se analisadas sob a ótica da personalidade, trazem importantes informações sobre a maneira com que homens e mulheres se relacionam entre si e consigo

²¹ A autora faz uma revisão do modelo parsoniano, indicando transformações na condição feminina que já estavam em curso na década de 1950, quando o autor elaborou seu modelo, segundo o qual o sacrifício feminino era a condição para o funcionamento desse tipo de família (CASTELLS, 1999).

mesmos. O sistema da personalidade é determinado pela vida familiar e pela sexualidade; as mudanças na constituição familiar ainda não são uma ruptura com o modelo patriarcal, pois o casamento faz parte dos anseios individuais, mesmo que os indivíduos o vejam como algo que pode ser rapidamente dissolvido quando não traz felicidade. Castells também utiliza os conceitos de *sexualidade plástica* e *relacionamento puro*, presentes na obra de Giddens para analisar a questão do enfraquecimento dos vínculos maritais e a permanência de comportamento sexual conservador entre os norte-americanos.

A questão da emancipação sexual, que tornaria viável a *sexualidade plástica*, não será possível enquanto os relacionamentos não forem baseados na comunicação irrestrita entre as partes que torna possível a negociação dos propósitos individuais e a percepção de si. Não se trata de ter o companheiro como único amigo e confidente; pelo contrário, a vida social é importante para que os indivíduos não caiam na co-dependência, que impede a realização do indivíduo autônomo reflexivo. A comunicação livre, dos princípios e vontades individuais, quando feitas igualmente, por ambas as partes, possibilita a confiança na integridade do parceiro e torna possível um relacionamento livre de pressões e submissões, além da construção da auto-identidade de forma autônoma, sem aspectos projetivos que impedem a autopercepção de si. Essa é a definição de intimidade para Giddens (1993: 211). Contudo, o autor reconhece que as relações de poder no interior dos relacionamentos podem se configurar de diversas formas e que o relacionamento puro está distante de ser concretizado pelos casais.

A transformação da identidade e suas conseqüências para o estabelecimento de relacionamentos amorosos estão inseridas na obra de Giddens como parte de um debate mais amplo e complexo que aborda as transformações da sociedade capitalista cujo dinamismo abala as instituições fundadoras da sociedade moderna e quebra com as tradições que garantiam a

coesão e solidariedade social; por outro lado, a organização das instituições sociais permanece e se radicaliza em um contexto globalizado. O indivíduo se vê frente a múltiplas oportunidades e caminhos possíveis de serem seguidos. O futuro se torna um projeto construído com base na avaliação reflexiva do passado e do presente; o importante é a busca da felicidade e da segurança para a tentativa de colonização do futuro, esta impossível com a radicalização do princípio da dúvida inscrito no próprio princípio moderno de contínua procura pelo conhecimento. Assim, o objetivo do relacionamento não é mais construir uma família e atender às pressões institucionais, a busca está centrada na identidade do “eu” que se forma no processo reflexivo, este, que por sua vez, também se desenvolve no processo de interação entre os sujeitos e sofre influências dos sistemas de conhecimento desenvolvidos na modernidade, tais como a psicanálise e a sexologia, por exemplo. Assim, Giddens consegue conciliar as esferas macro e microssociais, elaborando conceitos e análises ligados ao processo histórico de transformação social e o papel ativo dos indivíduos neste.

Contudo, percebe-se a permanência de muitos padrões nas relações interpessoais no interior da família que nos remete à sobrevivência do poder patriarcal, este que pode estar em crise em diversos países, mas que sempre parece se reinventar para sobreviver (THERBORN, 2006).

Therborn e Castells, citados nesse breve percurso intelectual da sociologia no século XX, utilizam o termo “patriarcal” para se referir à família nos dias atuais. Machado (2000) debate a validade da utilização desse termo e o seu abandono pelos estudiosos das relações de gênero que, ao adotarem o conceito relacional e desconstrutivo do gênero, confrontam-no com o conceito um tanto estático do patriarcado. Para a autora, os conceitos não são confrontantes, pois abordam dimensões diversas: enquanto o patriarcado é um modelo de sistema fechado e rígido de

características definidas, as relações de gênero abordam a construção social e cultural das diferenças na posição e no relacionamento entre homens e mulheres, e cada um deles nas várias esferas da vida social. A autora não descarta totalmente o modelo patriarcal, pois este se refere a um modo de organização social ou de dominação social; dessa maneira, é um conceito típico-ideal que deve permitir ao estudioso:

Referir-se a diversas formas históricas de organização social onde e sempre que a autoridade esteja centrada no patriarca de uma comunidade doméstica (*Ibidem*: 3).

Ao utilizar o conceito de dominação weberiano, a autora permite que a história seja utilizada para manter o emprego desse modelo sempre que se encontre tal sentido de ação típico-ideal (*Idem: Ibidem*). Essa breve discussão se faz necessária pela relevância do debate em torno dessas denominações utilizadas por muitos autores e criticadas por outros tantos. Com isso, a percepção de Therborn pode também ser colocada em outros termos, pois a sociologia da família se posiciona cada vez mais no sentido de perceber como se desenrolam as relações no interior da família; ainda que vários autores destaquem a predominância do poder masculino nas relações conjugais, estes também reconhecem o igualitarismo como ideal almejado pelas mulheres e de certa forma aceito pelos companheiros que compreendem a importância do trabalho feminino e uma maior participação masculina na esfera doméstica. Essa percepção de Machado é assumida neste trabalho, de forma que seja possível analisar as relações familiares percebendo a convivência entre ideais mais conservadores, que remetem ao primado do poder patriarcal, com outros que remetem a um maior igualitarismo entre as partes em um relacionamento. Como afirma a autora, são duas dimensões distintas e não exclusivas entre si (Machado, 2000).

1.5 A questão da família brasileira nos estudos atuais.

A questão do subdesenvolvimento mobilizou a agenda das Ciências Sociais brasileiras. No entanto, em meio a esses estudos, foram realizados alguns abordando a comunidade para compreender a sobrevivência das camadas populares e a reprodução e valores mais tradicionais dos trabalhadores.²² Estes, segundo Carvalho Filho (2000), também trouxeram contribuições aos estudos sobre família, pois percebiam a reprodução da mão-de-obra operária como um assunto que passava pela compreensão da instituição familiar. A partir da década de 1980, intensificaram-se os estudos acerca das relações no interior da família.

O antropólogo Gilberto Velho trouxe para a esfera de discussão a absorção do discurso psicanalítico por parte da classe média carioca, colocando novas questões para aqueles que estudavam a família, tais como a individualidade, a escolha e a construção de uma rede de solidariedade que não passava necessariamente pela parentela próxima (VELHO, 2001). Outros autores que também analisaram as famílias de classe média perceberam a forte disseminação da individualidade enquanto valor. Trata-se de uma tendência que se dissemina entre todos os grupos sociais, mas com maior força entre as camadas médias e altas. Sarti (1994) desenvolveu um estudo sobre a moral dos grupos pobres e concluiu a persistência de representações tradicionais de divisão das tarefas domésticas e valores mais familistas, além de uma percepção negativa de famílias que não se mantêm unidas. Uma possível explicação seria a falta de recursos que une os indivíduos em uma rede de sociabilidade e de apoio mútuo, reforçando os laços de interdependência entre o núcleo familiar e a parentela extensa.

A individualidade como o valor que permeia as relações familiares possui importantes desdobramentos. A família nuclear burguesa, que se consolidou nacionalmente como modelo

²² Ver nesta linha de pesquisa alguns trabalhos como: Durham, 1980, 1983, e Bilac, 1978.

ideal predominante na primeira metade do século XX, vem se transformando. Divórcios, queda na nupcialidade e na fecundidade estão cada vez mais acentuados, principalmente entre as camadas urbanas médias e altas, conforme destacam as pesquisas anuais do IBGE. A chefia feminina também se consolidou como fenômeno expressivo e — eis o ponto interessante — não totalmente relacionado à monoparentalidade, isto é, muitas famílias que possuem eixo conjugal declaram-se dirigidas por mulheres. A disparidade de renda entre os sexos vem decrescendo, porém ainda não foi atingida a total equidade, mesmo com a escolaridade feminina crescendo e ultrapassando em algumas regiões a masculina em número de anos estudados (BERQUÓ, 1998; *Idem*: 2002; MACÊDO, 2007).

A influência do marxismo sobre os estudos de gênero e da família marcou grande parte da produção acadêmica durante a década de 1970. As questões do trabalho e da inserção periférica do Brasil na economia internacional dominavam as discussões sociológicas. No tocante aos estudos sobre família, o viés marxista privilegiava a perspectiva segundo a qual a família é o lugar da reprodução da força de trabalho e tomava o alto índice de fecundidade como base para a formação de um exército de reserva.

A partir dos anos 1980, inicia-se a percepção da pluralidade das condições de vida como espaço privilegiado para os estudos sobre a família, bem como a necessidade de voltar o olhar para os fenômenos que despontavam: a inserção feminina no mercado de trabalho em todas as camadas sociais, a expansão de sua escolarização e a aprovação da lei do divórcio, que permitiu a legalização da situação de muitos casais, tirando da invisibilidade a relevância numérica de uniões desfeitas. A abertura da possibilidade do divórcio, em conjunto com outros fatores, foi tornando possível para as mulheres a quebra com relacionamentos insatisfatórios, quando não violentos.

Atualmente os estudos sobre a família trabalham em várias perspectivas. As possibilidades de composição familiar são múltiplas, e os pesquisadores tendem a definir grupos de estudo —classe média, operária, mães solteiras e casais homossexuais, entre outros. Ehlers Peixoto e Bozon (2001) destacam que temos focado muito as representações, ou seja, a análise da família como valor; por outro lado, a questão das relações familiares e geracionais a partir de práticas e comportamentos continua sendo um campo pouco explorado pela sociologia brasileira. Uma possível explicação para esse foco em nossos estudos, segundo os autores, são as fortes desigualdades sociais que tornam impossíveis os estudos sobre a família que não circunscrevam o grupo socioeconômico estudado.²³ Assim, temos muitos estudos sobre famílias pobres e praticamente a inexistência de estudos sobre as classes média e alta. Por outro lado, Singly questiona o significado verdadeiro das representações desses grupos para a formação de conclusões sobre as práticas sociais dos grupos sociais médios e altos através de estudos que distinguem as famílias nucleares segundo critérios de renda. A base para essa observação são os estudos sobre as representações acerca da organização familiar — tempo compartilhado, lazer, viagens conjuntas em férias — que sempre concluem que os membros da classe operária concebem suas famílias como um grupo coeso, enquanto os grupos da classe média afirmam preferir guardar mais tempo para si, em uma relação negociada com a família. Singly questiona se há, de fato, essa distinção ou se esta é uma representação, presente no discurso destes indivíduos e que faz parte de mecanismos de distinção social empregados pelos grupos detentores de maior capital social (SINGLY, 2007a: 140).

²³ Os autores destacam a diferença entre os estudos sobre a família realizados na França e no Brasil. No primeiro contexto, a questão de classe não é posta como decisiva, já que o Estado oferece uma consolidada rede de apoio social que possibilita a todos acesso aos serviços básicos de educação e seguridade social. Os estudos brasileiros se defrontam com a profunda desigualdade e a clara separação entre os grupos sociais, o que impede a análise da família sem a concepção de grupo social delimitado por fatores socioeconômicos (EHLERS PEIXOTO e BOZON, 2001).

A família enquanto valor e representação varia, mas nossa sociedade ainda é marcada por um forte conservadorismo que torna extremamente interessante a percepção da mudança das leis, como a aprovação da guarda-compartilhada, proveniente da mobilização de grupos de pais e também causadora de um debate acerca dos significados da maternidade e da paternidade — afinal de quem são os filhos? Com quem devem ficar? Existem várias associações de pais envolvidas com essas questões; apesar de este ainda ser um fenômeno mais restrito às classes médias e altas, percebe-se uma mudança substancial na mentalidade desses grupos que, historicamente, foram os primeiros a absorver os valores e aceitar as normas de disciplina médico-higienista, que pregavam o casamento e a consolidação de uma divisão sexual do trabalho que redefinia as funções femininas (VAITSMAN, 1994).²⁴

Bila Sorj (2005) utiliza algumas variáveis produzidas em uma pesquisa realizada nacionalmente por um grupo de pesquisadores cariocas para compreender as percepções de homens e mulheres, de todos os grupos sociais, sobre as atribuições domésticas de cada um e com isso apresentar as percepções da sociedade em geral, acerca das divisões de gênero.²⁵ Frente à clássica, e até meados do século indiscutível, divisão de tarefas no interior de lar, concordam que “O homem tem obrigação de ganhar dinheiro e a mulher cuidar da casa e da família” 52,4% de homens e 45,1% das mulheres, indicando a legitimidade que ainda tem a clássica divisão sexual do trabalho. Por outro lado, quando a afirmação é “Ambos, homens e mulheres, devem contribuir para a renda familiar”, 92,4% dos homens concordam e 93,6% das mulheres (*Idem*,

²⁴ Em 2008 foi aprovada a lei da guarda compartilhada, segundo a qual em processos de separação a guarda não fica automaticamente para as mães. Essa foi uma vitória das associações de pais que tratam da importância da presença paterna na criação das crianças. A lei não foi bem recebida por vários grupos de mulheres que afirmam que as mães é que devem ficar com os filhos. Algumas feministas estão de acordo com essas mães se posicionando paradoxalmente ao que os grupos feministas sempre afirmaram em relação à maternidade como um construto social. (MENEZES, CYNARA. O lugar do pai. Carta Capital, São Paulo, julho de 2008, pp. 10-17).

²⁵ Apesar do *survey* produzido para a realização do livro trazer dados sobre renda, Sorj (2005) não utiliza essa dimensão em seu artigo.

Ibidem: 81-82). Para a autora, esta última afirmação revela a legitimidade do trabalho feminino; porém, a divisão tradicional de tarefas se recoloca quando a afirmação “Os homens devem assumir mais trabalhos domésticos do que fazem atualmente.” tem o assentimento de 66,9% dos homens e 79,7% das mulheres (*Idem, Ibidem*: 83). Para a autora, isso demonstra que a associação entre trabalhos domésticos e o gênero feminino ainda é muito forte e resistente a mudanças. Uma possível explicação seria a precariedade da inserção feminina no mercado de trabalho, pois seus horários são mais flexíveis e suas carreiras menos atraentes.²⁶ A percepção “de afinidade entre o feminino e o espaço doméstico encontra boas justificativas para persistir” (*Idem: Ibidem*).

Os estudos sobre família no Brasil e no mundo destacam a pluralidade: de arranjos familiares, de percepções sobre o trabalho, a relação com a família, a conjugalidade e a maternidade, entre outros. Essa pluralidade dificulta a produção de teorias gerais e exige que os estudiosos explicitem sobre quais grupos estão tecendo suas análises. Dessa forma, os modelos se mostram limitantes e impedem a percepção dessa pluralidade ao descartar a relevância da história local para os indivíduos. Sorj (2005) indica tendências gerais através dos dados obtidos, mas a autora destaca a pluralidade e reconhece que existem variações entre as representações de diferentes grupos sociais.

A ambigüidade e a pluralidade parecem ser duas percepções recorrentes nos estudos sobre a família e as condições femininas brasileiras. Quando introduzimos a questão da individualização e sua capacidade explicativa acerca do fenômeno da monoparentalidade feminina, também nos deparamos com a impossibilidade de fazer afirmações gerais. Nossa constituição social, permeada por particularidades que remetem ao nosso passado colonial e se

²⁶ Bruschini, ao analisar a inserção feminina no mercado de trabalho a partir da década de 1970, menciona a formação de nichos ocupacionais. Tratam-se de ocupações classicamente associadas às mulheres, tais como as de professora, de trabalhadoras do setor de serviços e serviço público, áreas com remuneração menor e pouca possibilidade de ascensão profissional (BRUSCHINI, 1994).

perpetuam ao longo de nossa história, torna clara a clivagem socioeconômica. Assim, circunscrevemos a classe média como espaço privilegiado para a abordagem do estudo da transformação da família com base na individualização. Esses setores são os que se mostram mais abertos à recepção de valores psicanalíticos, conforme afirma Velho, e que se formaram ao longo do século XX em diferentes fases de nossa política e economia (VELHO, 2001; RAGO, 2003 ; VAISTMAN, 1994).

CAPÍTULO 2. A individualização e a intimidade

A noção de indivíduo é histórica, e sua consolidação está ligada às transformações do processo da modernidade, empregada em um “sentido muito geral” por Giddens como:

Instituições e modos de comportamento estabelecidos pela primeira vez na Europa depois do feudalismo, mas que no século XX se tornaram mundiais em seu impacto (GIDDENS, 2002: 21).

Existem outros sentidos para a modernidade, mas o de Giddens nos interessa, pois a partir dele o autor constrói sua análise acerca do processo de interligação entre as transformações sociais do século XX e os indivíduos, conciliando as ordens – indivíduo e mudanças sociais – sem que uma se sobreponha à outra.

Sua teorização da transformação da intimidade e dos relacionamentos no período contemporâneo irá nos auxiliar na compreensão da individualização feminina no interior da família, que ganha contornos mais definidos a partir do século XIX. Segundo sua teoria, as transformações sociais não são o pano de fundo para as decisões cotidianas dos indivíduos, mas fazem parte de suas decisões, que ativamente ajudam a reconstituir o universo de atividades sociais ao seu redor. Dessa forma, as transformações nas relações familiares não estão vinculadas apenas ao fortalecimento do Estado e seu maior domínio sobre os indivíduos, mas também à maneira com que os indivíduos reagem frente a essas mudanças, por vezes criando estratégias alternativas de ação (*Idem*: 18). As decisões cotidianas também fazem parte do processo de construção das trajetórias individuais, bem como contribuem para confirmar e conformar as transformações sociais.

Uma afirmação corrente sobre a modernidade é a ruptura que esta promove em relação à ordem tradicional e suas crenças, que traçavam os destinos das pessoas e as hierarquias sociais segundo características naturais, como o nascimento. A quebra com o passado das idéias pré-concebidas e indutivas é contraposta, segundo Giddens, ao racionalismo científico e técnico, que mostra continuamente os limites de teorizações do passado e impõe a dúvida como constante que amplia os limites das organizações sociais e individuais. Por outro lado, os indivíduos se vêm frente a inúmeros caminhos possíveis, e a transformação das instituições sociais e seus sistemas abstratos (o sistema monetário e bancário, por exemplo) tomam um vulto globalizante que interconecta as partes causando o que o autor denomina *desencaixe entre o tempo e o espaço*. A expressão “desencaixe” serve para destacar que não houve apenas uma diferenciação histórica e progressiva na forma de se contar o tempo e se situar no espaço, mas antes uma ruptura com o passado tradicional, o que compõe a característica maior da modernidade. Se antes o tempo era mensurado segundo critérios locais — como estações de colheita e plantio —, a modernidade o generaliza, e o seu primeiro símbolo é o relógio de pulso e suas horas padronizadas, que possibilitam a comunicação entre diferentes partes do mundo através de telégrafos. A generalização do tempo o desvinculou do espaço também padronizado pela cartografia e outros mecanismos de racionalização. Tanto o tempo quanto o espaço continuam a existir e a estruturar a experiência humana, sem, contudo, a determinação de um lugar comum.²⁷

As organizações e a organização, tão características da modernidade, são inconcebíveis sem a reintegração do tempo e do espaço separados. A organização social moderna que supõe a coordenação precisa das ações de seres humanos fisicamente distantes: o “quando” dessas ações está conectado ao “onde”, mas não, como em épocas pré-modernas, pela mediação do lugar (*Idem*, *Ibidem*: 23).

²⁷ Uma interessante discussão sobre a relevância dos lugares é proposta por Augé (1994). O autor discute a importância do lugar enquanto espaço relacional e constituidor de identidades na fase atual da modernidade, a qual denomina Supermodernidade.

Essas conseqüências — que dinamizam as mudanças sociais e tornam capazes de afetar um número cada maior de pessoas pertencentes aos mais diversos lugares — compõem as ligações e formas de organização que caracterizam a alta modernidade do século XX e início do XXI.

Em termos gerais a alta modernidade é:

A presente fase de desenvolvimento das instituições modernas, marcada pela radicalização e globalização de traços básicos da modernidade (*Ibidem*: 221).

Antes dessa radicalização, entretanto, é preciso considerar suas origens: as idéias fundantes da modernidade e o seu caráter histórico. Giddens afirma que, apesar da descrição fragmentada que alguns teóricos atribuem à modernidade, esta é extremamente organizada, com práticas institucionalizadas, vigiadas e interconectadas. Os sistemas institucionais utilizam as informações sobre os indivíduos para coordenar a vida social; neste ponto, Giddens remete ao pensamento de Foucault e sua concepção de poder disciplinador, que introjeta nos sujeitos uma autodisciplina também importante para a vigilância do outro. Em outras palavras, o poder não é centralizado, mas microfísico (GIDDENS, 1993: 33). Para o autor, entretanto, essa concepção de poder deixa o indivíduo sem saída; partindo dela seria impossível compreender as transformações históricas nos discursos institucionalizados e na prática dos indivíduos, principalmente naquelas referentes ao discurso sobre a sexualidade. Segundo Giddens:

Na análise do desenvolvimento sexual, Foucault certamente está correto ao declarar que o discurso torna-se essencial à realidade social que ele retrata. Desde que há uma nova terminologia para se compreender a sexualidade, as idéias, os conceitos e as teorias expressos nestes termos penetram a própria vida social e ajudam a reordená-la. Para Foucault, no entanto, este processo surge como uma intrusão determinada e direta do “poder conhecimento” na organização social. Sem negar a sua conexão com o poder, devemos considerá-lo mais como um fenômeno de reflexividade institucional em constante movimento (*Ibidem*: 39).

A mudança social acontece a partir da expansão da reflexividade institucional, principalmente, em um contexto de maior mobilidade geográfica e de transmissão de informações. A incorporação contínua do conhecimento reflexivo possibilita a mudança dos discursos e práticas. A incorporação do amor romântico no discurso sobre os relacionamentos faz parte dessa expansão da reflexividade, da mesma maneira que estudos sobre a vida sexual – como os Relatórios Kinsey – deram visibilidade e legitimidade a comportamentos sexuais que seriam totalmente negados se não houvesse a busca pela constante expansão do conhecimento – esta uma das bases da modernidade.

A questão do processo de individualização tem se inscrito como um viés analítico necessário para a discussão de fenômenos contemporâneos e tem sido muito debatido no campo sociológico desde o século XIX, quando Simmel apontou dois tipos de indivíduos formados com a modernidade. O primeiro está ligado ao homem universal, livre e pleno em suas potencialidades: uma vez libertos das coerções sócio-históricas, os homens se mostrariam essencialmente iguais. No século XIX, em pleno desenvolvimento da sociedade industrial, encontra-se outro tipo de indivíduo em formação. Este segundo tipo assumiu significado associado à singularidade, ligado ao romantismo e à nova divisão do trabalho, que diferenciava os indivíduos atribuindo-lhes diferentes lugares sociais. A busca era por uma posição que ninguém mais tivesse, e sua procura fundamentava o sentido da vida (VAITSMAN, 1994:33).

Assim, negam-se ontologicamente os valores hierárquicos que caracterizam as sociedades tradicionais, substituindo-os pelos valores igualitários que vieram caracterizar as sociedades burguesas modernas (*Ibidem*: 28).

Da coexistência entre essas duas concepções de indivíduo, temos a formação das tensões que marcam a atuação de movimentos identitários e a denúncia dos limites do pressuposto da igualdade entre os homens. Esta pressuposta pelo liberalismo lockeano, tem seus limites

discutidos quando se conclui que, mesmo com o fim da ligação natural entre o nascimento e a posição, a hierarquia social se reafirma na propriedade. Para Locke (1973), a igualdade era um pressuposto ontológico, e empiricamente a hierarquia social se constituiria pelo esforço de cada homem em se apropriar da natureza através do trabalho. Assim, utilizando a racionalidade inerente ao homem, seria possível acumular propriedades e se distanciar socialmente dos demais. Muitas contradições são discutidas em relação à associação afirmada por Locke entre trabalho e apropriação como fonte de acumulação; porém, o foco é que o lugar e o prestígio social se tornaram um projeto individual (VAITSMAN, 1994). Durkheim destaca essa forma de individualismo quando observa que a nova ordem que se constitui com a industrialização desmancha os grandes patrimônios e cria um grupo social intermediário, sem heranças a transmitir. Nesse contexto, a educação emerge como a fonte de diferenciação social e a forma de garantir que o indivíduo tenha desenvolvido suas capacidades racionais para ascender socialmente ou manter o lugar social já conquistado pela família. Essa individualização é avaliada positivamente por Durkheim, que vê no mérito individual um estímulo ao trabalho e à integração social (SINGLY, 2007a).

A segunda concepção de indivíduo, fundamentada sobre a singularidade de cada homem, diz respeito à maior liberdade de escolha e à possibilidade, conferida a cada indivíduo, de desenvolver suas capacidades com contornos próprios. Esta representação se alinha ao pensamento democrático e ao dissenso como base para discussão constante dos limites racionais que devem ser repensados e ultrapassados em nome do progresso humano (VAITSMAN, 1994).

Para Oliva-Augusto, apesar de contrapostas, essas representações coexistiram, contaminando-se mutuamente e resultando em uma noção de indivíduo que exige autocontrole e auto-regulação, assim como um senso de liberdade e unicidade que não se prende a tradições do

passado ou ao grupo de pertencimento. A convergência entre ambas produz a dupla significação que a sociedade moderna tem de si: o domínio sobre a natureza através da razão tornaria os homens mais livres, plenos e felizes. (OLIVA-AUGUSTO, 1994: 92-94). O contato entre as duas representações compartilhadas pela sociedade ocidental teve desdobramentos sobre a maneira com que os indivíduos concebiam suas vidas compartilhando um sentido comum, pois se houve no processo histórico,

[...] uma recíproca contaminação entre significações que melhor caracterizavam a sociedade moderna, o mesmo poderá ser suposto no que se refere ao duplo conteúdo da noção de indivíduo: influenciam-se e alteram-se reciprocamente (*Idem, Ibidem*: 94).

Da vinculação entre essas concepções de liberdade, autonomia, igualdade, razão e produção consolida-se a idéia de que são os indivíduos isolados, sem ligação estreita com a família ou comunidade, que constroem o mundo. Nesse contexto, a família se torna um ponto de apoio sem grande significado na constituição do eu, pois a identidade do indivíduo se faz na vida pública. Uma grande responsabilidade para cada homem que deveria realizar algum grande feito, algo que desse sentido à sua existência, uma vez que a morte era o imperativo maior e contra o qual não há o que fazer. A liberdade em relação à comunidade e à família garantia a cada um a possibilidade de escolha e de conceber sua vida conforme lhe fosse mais conveniente. A liberdade e a necessidade de realização tornaram o tempo o grande estruturador da vida, sua concepção mudou, tornando-se: divisível, linear, progressivo e acumulatório. O passado deve ser visto como parte do caminho para o presente, o qual deve ser bem aproveitado para que o futuro possa continuar esse progresso individual e social. Essa percepção linear de passado, presente e futuro envolve a forma com que a humanidade passou a encarar o destino: “Este não é algo derivado da vontade dos deuses, não lhe é impingido de fora, mas um resultado da própria ação

humana” (*Idem, Ibidem*: 95).²⁸ Vale ressaltar o caráter masculino desta humanidade universal que se constrói publicamente: às mulheres coube o lar, e sua inferioridade residia em sua incapacidade de autocontrole do corpo, que a tornava frágil e impossibilitada de realizar formas de trabalho consideradas produtivas (VAITSMAN, 1994: 31).

A linearidade do progresso percebido pela rápida transformação da vida cotidiana no século XIX parece ter sido contradita pelos acontecimentos do início do século XX. As duas grandes guerras do século XX e a persistência da miséria e da desigualdade social impediram que a racionalidade, de tradição iluminista, se desvinculasse totalmente do passado, e as tensões provenientes da percepção dos limites da igualdade entre os homens universais afluíram sob a forma de movimentos de gênero, sexualidade e raça. A percepção do progresso linear esbarrou na alta capacidade destrutiva da humanidade, racionalmente desenvolvida, demonstrando a limitação de uma das representações da sociedade moderna: a que remetia à tradição romântica, segundo a qual o indivíduo conseguiria realizar-se contribuindo, ao mesmo tempo, para um bem comum (OLIVA-AUGUSTO, 1994). Esse choque coloca para o indivíduo a possibilidade única da razão pela razão, pois ao se perder o sentido de progresso para o bem comum, prevaleceu a busca com contornos desesperados pela domesticação da natureza, o que esbarra na incapacidade do homem em perceber os efeitos destrutivos para a própria natureza de um estilo de vida cada vez mais pautado no consumo e no conforto próprio, além do distanciamento social também pautado pelo acesso a esse consumo.

²⁸ A autora parte das contradições fundantes da concepção do indivíduo, no século XIX, para analisar as percepções de vida, morte, tempo e suas transformações ao longo do século XX, este marcado pelo questionamento dos princípios da modernidade. Ressalta-se que a autora não afirma que o tempo atual seja o da pós-modernidade, pois mesmo que sejam indivíduos que construam seus laços sociais, sem a forte pressão das instituições, o que confere sentido a vida é a coexistência em sociedade.

O apego à racionalidade também não é capaz de conferir plena segurança ao indivíduo, que vivendo em um mundo de organizações que lhe escapam à compreensão, precisa confiar em suas intuições e no discurso de especialistas. O ato de fé implicado na confiança está presente em muitas decisões cotidianas e nem sempre é consciente. Para Giddens, a confiança só é possível através da reflexividade que permeia as instituições e o cotidiano modernos; assim, os indivíduos podem confiar que, atrás de cada aspecto do cotidiano, está o cálculo racional. Os indivíduos estão envolvidos nessa constante revisão racional dos mecanismos institucionais, mas a reflexividade vai além do pensamento racional mobilizado antes de cada tomada de decisão individual. Ela se

refere à suscetibilidade da maioria dos aspectos da atividade social, e das relações materiais com a natureza à revisão intensa à luz de novo conhecimento ou informação. Tal informação ou conhecimento não é circunstancial, mas constitutivo das instituições modernas [...] Em relação ao conhecimento científico tanto social quanto natural a reflexividade da modernidade acaba por confundir as expectativas do pensamento iluminista — embora seja produto desse pensamento [...] as afirmações da razão deveriam superar os dogmas da tradição, oferecendo uma sensação de certeza em lugar do caráter arbitrário do hábito e costume. Mas a reflexividade solapa a certeza do conhecimento. [...] Por mais estimada e aparentemente estabelecida que uma doutrina científica seja, ela está aberta à revisão — ou poderá ser descartada — à luz de novas idéias ou descobertas. A relação integral entre a modernidade e a dúvida não é inquietante apenas para os filósofos, mas é existencialmente perturbadora para os indivíduos comuns (GIDDENS, 2002: 26).

Essa revisão constante do conhecimento atinge o indivíduo, que tem seu cotidiano permeado por doutrinas que se chocam entre si e, dessa maneira, impossibilitam uma decisão definitiva. Nesse contexto, o risco passa a ser considerado a cada escolha cotidiana; não que ele não existisse em tempos passados, mas com a reflexividade institucionalizada, o cotidiano é pensado em termos probabilísticos, cada escolha pode implicar uma série de consequências. Levada para o lado da vida pessoal, a premissa da dúvida — que expande a reflexividade — traz a inquietação constante dos indivíduos acerca do acerto em suas escolhas e relações. Os

relacionamentos amorosos exigem uma grande doação de afeto e a constante negociação dos limites pessoais de ambas as partes. Apenas com a comunicação irrestrita a relação será construtiva para ambos; caso contrário, há o perigo da co-dependência e a identificação projetiva, que anulam a autopercepção e tornam as rupturas dos relacionamentos devastadoras para os indivíduos. Muitas mulheres enfrentam o sentimento de vazio e a angústia de não saberem se definir, pois doaram suas trajetórias ao casamento e aos filhos. Quando os filhos crescem e saem de casa, a mulher tende a passar por um período de depressão e constatação de que sua vida deve ser reformulada, o que pressupõe todo um processo de retomada do passado, reavaliação de expectativas e valores (GIDDENS, 2002). Singly (1987) destaca o trecho do romance *Une vie pour deux*, quando o narrador descreve a identidade da mulher casada que se vincula à maternidade e ao casamento formando um *self* projetivo que passa por crises ao longo de sua vida com o crescimento dos filhos e a transformação do cotidiano com mais tempo livre para si.

Au réveil, elle se regarde, effarée, et elle observe les autres femmes qui ‘vivent par procurations’. Elles sont les femmes de X..., La mère de Y... et de Z... Mais qui sont-elles en vérité? [...] Qui le sait? Elles ne le sauront jamais... Elles attendent. Elles attendent quoi? Le mari, les enfants, les petits-enfants, la mort. Elles ne savent même pas qu’elles s’attendent elles-mêmes (CARDINAL apud SINGLY, 1987: 11).²⁹

O divórcio figura entre as rupturas que mais abalam os indivíduos, pois mesmo que tenham saído do relacionamento conscientes de seu esgotamento, sua identidade estava vinculada, de alguma forma, a do outro. O período subsequente será de tristeza e sentimento de perda de referencial — a casa vazia, o novo cotidiano, o enfrentamento de novos desafios. Por outro lado, esse também pode ser um período de autodescoberta — certamente o será —, mas o

²⁹ “De repente, ela se olha, aterrorizada observa as outras mulheres que vivem ‘por procuração’. Elas são as esposas de X..., a mãe de Y.. e Z. Mas quem elas são de verdade? Quem sabe? Elas nunca saberão. Elas esperam. Esperam o quê? O marido, os filhos, os netos, a morte. Elas nem mesmo sabem que esperam por si próprias.” (CARDINAL apud SINGLY, 1997:11). CARDINAL, M. *Une vie pour deux*. Paris, Grasset, 1978.

período de ajuste à nova vida depende da avaliação do passado, de se repensar e compreender que não havia como manter o antigo relacionamento. Para Giddens, o êxito da superação do “luto” está vinculado à forma com que o antigo relacionamento funcionava, se ambos tinham suas rotinas próprias e encaravam sua identidade em relação ao outro e não como extensão do outro (GIDDENS, 2002). Essas transformações nos relacionamentos fazem parte dos mecanismos modernos, a começar pela dissociação entre a sexualidade e a reprodução, que possibilitou às mulheres a vivência de sua sexualidade sem que esta resultasse em gravidez e perigos à saúde. As técnicas anticoncepcionais tornam a sexualidade uma questão individual, visto que a mulher pode tomar o contraceptivo e ter relações sexuais sem conseqüências visíveis. Entretanto, a liberdade sexual feminina ainda enfrenta resistências: para muitos homens, o passado sexual de suas companheiras é um incômodo, uma demonstração de que ela teve um passado além dele, uma história pessoal da qual ele não fez parte (*Idem*, 1993). Nessa nova configuração das relações, os homens se mostram mais confusos que as mulheres na aceitação de sua igualdade sexual e pública.

Para o autor, a origem da diferença na forma com que homens e mulheres encaram o amor, a amizade e os sentimentos têm origem na concepção de amor romântico, que começou a marcar presença no final do século XVIII utilizando a noção de amor ligada aos valores morais da cristandade (devotar-se a Deus para conhecê-lo, e através desse processo conhecer a si próprio), assim como alguns elementos do *amour passion* que legitimavam a sexualidade dentro do casamento.

O amor romântico trouxe a reflexividade para o relacionamento mundano, a narrativa para uma vida individual sem ligação com os processos sociais mais amplos. Sua emergência coincide com a da novela: a conexão era essa nova forma de narrativa. Suas idéias trouxeram a liberdade

para o âmbito do amor, diferentemente do amor apaixonado, que liberta negativamente o indivíduo da rotina e do dever, sendo visto como fonte de perdição (GIDDENS, 1993: 50). Esta forma de amor abarca a sexualidade, mas não a tem como ponto central; o que interessa é a virtude dos indivíduos ligada a qualidades que os tornam especiais, únicos aos olhos do outro. A idéia de romance expressou e contribuiu para as mudanças sociais. Apesar de a modernidade pressupor uma razão que exclui as emoções, a vida emocional existia, principalmente para as mulheres, e foi reordenada convertendo-se em uma via para o controle do futuro, assim como uma fonte de segurança (em princípio) para aqueles que foram afetados pelo amor (*Idem, Ibidem*: 51).

O surgimento da idéia concepção do amor romântico encontra um espaço propício ao seu desenvolvimento entre as mulheres, pois está relacionado a uma série de mudanças pelas quais elas passavam desde o final do século XVIII. A construção da noção de lar, a modificação da relação entre pais e filhos e o que se denomina a “invenção da maternidade” — todos interligados à vida cotidiana e à situação social das mulheres. Essa reorganização da vida familiar é considerada a base da dominação masculina moderna; porém, ao mesmo tempo parece ter fornecido à mulher condições para o exercício de um poder velado, que minava a autoridade patriarcal.

O domínio direto do homem sobre a família, que na realidade era abrangente quando ele ainda era o centro da produção, ficou enfraquecido com a separação entre o lar e o local de trabalho (*Idem, Ibidem*: 53).

É certo que, mesmo tendo passado por um processo de enfraquecimento nos séculos subseqüentes, o poder patriarcal se manteve; porém, teve de se adaptar às mudanças nas relações familiares. Ao longo do século XIX, o controle sobre as mulheres foi reforçado, pois com a diminuição do tamanho das famílias e a idéia de que as crianças precisavam passar por um longo

processo de formação, tornou-se possível a abertura de brechas para o exercício do poder feminino. Para os homens, mais uma vez se reafirmava o caráter perigoso das mulheres, dessa vez sob novas bases: a da sexualidade e do afeto, dois desconhecidos entre os homens racionais. No entanto, o amor enquanto característica natural feminina tinha seu duplo caráter: a sujeição a um mundo racional e, ao mesmo tempo, o controle do lar.

As idéias sobre o amor romântico estavam claramente associadas à subordinação da mulher ao lar e ao seu relativo isolamento do mundo exterior. Mas o desenvolvimento de tais idéias foi também uma expressão do poder das mulheres, uma asserção contraditória da autonomia diante da privação (*Idem*: 54).

O amor romântico era feminino, e os homens o encaravam com cinismo — o encantamento em relação a uma mulher só era válido para a conquista. Depois de alcançado o objetivo, o homem retomava a classificação dicotômica: esposa, impregnada de virtude, ou prostituta, libertina, com quem mantinha relações sexuais plenas de erotismo. No entanto, o desenvolvimento dos sentimentos imbuídos da reflexividade da autodescoberta foi bem aproveitado pelas mulheres, que construíram novos domínios de intimidade. A amizade entre as mulheres servia como um verdadeiro confessionário, no qual podiam estabelecer relações de igualdade pessoal e social, dentro das divisões de classe. A narrativa do amor romântico também funciona como uma fonte de autoquestionamento; com ela, a mulher excluída do mundo público da razão também a desenvolveu, ainda que de uma forma diversa, ligada à reflexão sobre si mesma — era o tempo dos diários e cartas. Enquanto o casamento fosse para sempre, e a sexualidade feminina, vinculada à reprodução; a reflexividade subversiva do amor romântico estaria mantida sob controle; porém, as rupturas do século XX possibilitaram a expressão dessa reflexividade em novos contornos.

A autodescoberta através dos sentimentos possibilitou que as mulheres construíssem a intimidade. A comunicação ampla com as amigas e o forte afeto em relação aos filhos tornou as mulheres mais aptas à compreensão e ao desejo de transformação dos relacionamentos. As relações íntimas sempre foram evitadas pelos homens, que ridicularizavam o amor romântico vendo-o como uma fuga da racionalidade. É necessário destacar que essa rejeição está relacionada ao seu caráter místico, ao encontro de almas como condição para o “despertar do amor”. Aqueles que sucumbiam ao amor se relacionavam com as suas escolhidas em termos de submissão, pois a única mulher digna era a escolhida e, para conquistá-la, era preciso anular-se. O homem romântico, tal como o descrevem poemas e romances, não participa da relação de intimidade que pressupõe comunicação e igualdade entre as partes; ele se submete a sua amada sem procurar a compreensão de si na relação com o outro. Do outro lado, os homens que resistiam ao amor não participavam da vida doméstica, e suas relações de amizade estavam relacionadas a atividades secundárias, como o lazer. Sua fuga da intimidade pode ser vista como a responsável pela manutenção de valores e práticas conservadoras que se confrontam com as expectativas femininas. Ao considerarem que o campo da intimidade e dos sentimentos era exclusivo às mulheres, os homens focaram suas expectativas de construção identitária no trabalho e não compreenderam que o processo reflexivo do eu envolve uma avaliação constante da vida pessoal — este que faz parte do mesmo princípio da dúvida inscrito na modernidade. Aqui cabe destacar a interligação entre os aspectos da reflexividade institucional e seus desdobramentos sobre os indivíduos, pois para o homem do século XIX a razão se encaixava nos moldes da universalidade e da linearidade. A dúvida que se intensificou ao longo do século XX seria percebida à medida que o passado fosse reelaborado, fosse pela auto-avaliação do passado biográfico ou pela avaliação do passado humano. Porém, em seu início a modernidade queria

romper com o passado, relacionava-o com a tradição, o superado — não à toa, os acontecimentos do século XX trouxeram a decepção com a humanidade universal, pois se percebeu que a razão civilizada poderia suprimir um igual.

As transformações do século XX mudaram a relação entre homens e mulheres. O processo de individualização feminino se deu sobre outras bases, sendo mais tardia e tendo passado por todo o processo de autodescoberta possibilitado pela vivência do amor romântico. Desse processo resultaram rupturas, pois este amor se fundamenta na idéia de igualdade — esta ligada à noção de que um relacionamento pode derivar muito mais do envolvimento entre duas pessoas do que de critérios sociais externos. Na realidade, esses critérios faziam parte do ideal de escolha do parceiro, que não passava pela decisão final feminina. O amor em relação ao homem era mais um ideal, e as tensões entre as expectativas e a realidade demoraram a vir à tona; quando eclodiram, porém, mostraram que a intimidade vivida pelas mulheres as tornara desejosas de relacionamentos diferentes, em que suas qualidades individuais também deveriam ser notadas. Mais do que dona-de-casa, a mulher desejava ser um indivíduo, cuja identidade não se constrói na projeção do outro, mas pela sua própria identidade, anterior ao relacionamento. Nesse impasse, os homens lutam para manter as divisões do passado, e as mulheres se mostram abertas a vislumbrar um relacionamento em que ambos se doem, na mesma medida, sem que haja sacrifício das vontades. A sexualidade feminina tem um papel importante nesse processo, pois desvinculada da reprodução passa a servir como fonte de autodescoberta e prazer. A nova posição feminina implica uma nova forma de amor, que Giddens denomina *amor confluyente*, este fundamentado na livre escolha do parceiro e na satisfação de ambas as partes. Como afirmam Beck e Beck-Gernsheim, o amor atual se dá entre dois estranhos (BECK, BECK-GERNSHEIM,

2002).³⁰ O relacionamento em si é o foco, não a pessoa especial e escolhida para o “felizes para sempre”; além disso, existe o anseio de uma realização sexual mútua. Esse amor proporciona uma nova forma de relacionamento, no qual a intimidade compartilhada igualmente é a condição para sua manutenção. O que mantém os indivíduos juntos são as afinidades e alguns projetos comuns, mas cada um tem seu espaço e sua vida. O outro auxilia no projeto identitário, como uma referência positiva e não como aquele que dará sentido e aprovação a essa busca e construção constante do eu.

Em sua proposta teórica, Giddens procura ir além do que denomina história superficial e encara os processos de mudança dentro da sua concepção de racionalidade reflexiva. Para Beck e Beck-Gernsheim (2002), as transformações históricas são determinantes para a narrativa do processo de transformação dos relacionamentos nos quais a reflexividade institucionalizada está inserida. Segundo os autores, não são as mudanças macrossociais que devem ser privilegiadas na compreensão da individualização feminina, mas os pequenos e progressivos avanços na expansão da educação, do ingresso feminino no mercado de trabalho nos períodos de guerra e crises econômicas que inviabilizavam a manutenção da divisão do trabalho entre o casal e a mudança na sexualidade proporcionada pelos avanços da sexologia e a descoberta da pílula anticoncepcional (*Ibidem*: 57).

Durante os períodos de guerra, a mão-de-obra feminina foi necessária para abastecer os lares e as máquinas de guerra. A atividade fora de casa possibilitou à mulher uma vida pública e a percepção da sua capacidade para um trabalho não doméstico, igual ao dos homens. O salário recebido significava uma retribuição mensurável e palpável pelo tempo trabalhado, além do reconhecimento de que se estava fazendo algo importante para a nação. Pela primeira vez, a

³⁰ Quando fazem essa afirmação, os autores não se referem apenas à possibilidade de casamentos multiculturais, étnicos ou de classe, mas à questão de que os relacionamentos se dão sem identificação projetiva.

mulher obteve reconhecimento na esfera pública da racionalidade. Mesmo com o apoio do Estado para o regresso ao lar, depois do término da guerra, muitas mulheres tentaram permanecer no mercado de trabalho ou tiveram suas crenças acerca de si mesmas totalmente transformadas (*Idem: Ibidem*).

Os autores destacam a rapidez das transformações nas possibilidades da vida feminina, mas afirmam que se trata de um processo que está em um estágio intermediário. Pensando segundo a perspectiva eliasiana, quando esta aborda o *processo civilizador*, é como se as mudanças tivessem ocorrido conforme as necessidades do período. No entanto, nesse caso específico podemos até considerar que a divisão de tarefas estava tão consolidada que a necessidade do trabalho feminino durante a guerra não foi percebida como perigosa para a manutenção da ordem social.³¹ Com o final da guerra e a explosão demográfica (*baby boom*), os limites da transformação da posição feminina na sociedade estavam estabelecidos e a ordem assegurada; porém, as transformações já estavam em curso e lentamente construiriam o caminho para a mudança nas relações entre os gêneros. Percebe-se, contudo, que as mulheres ainda enfrentam o sobrepeso das tarefas domésticas e desigualdades no mercado de trabalho, mesmo em contextos de elevada escolarização feminina, nos quais qualquer argumento contra a sua contratação e promoção no trabalho deixa de ser objetivo. A questão da maternidade também se impõe como um fator tende a sobrecarregar a mulher, principalmente com os elevados índices de divórcio. Assim, a situação feminina é definida pela expressão *no longer and not yet*, afirmando a persistência de contradições e ambivalência nas condições de vida femininas. Por outro lado, mesmo assumindo mais responsabilidades em relação à vida doméstica, atualmente é possível às

³¹ Processo semelhante ao que Elias percebe quando aborda o relaxamento de alguns costumes, como a mudança das roupas femininas no período da guerra devido à escassez de tecidos. Isso não significa que um costume tenha sido superado, mas, pelo contrário, que sua introjeção profunda, de tal maneira que não seguiu-lo, durante um período de exceção, como a guerra, não afeta a ordem estabelecida (ELIAS, 1994 a)

mulheres pensar em si inserindo-se em outras esferas sociais e, assim, criando expectativas de realização para além da vida doméstica, realizações para si mesmas. O auto-sacrifício como condição aceita não faz mais parte do horizonte feminino.

Os autores fundamentam o processo de individualização em esferas da vida que se abriram à inclusão feminina, principalmente na década de 1960. A educação, o trabalho, mudanças na legislação e o acesso à vida pública formam o conjunto de elementos que se voltaram para as mulheres, aproximando-as dos homens naquilo que tange as possibilidades de construção biográfica. No entanto, a rapidez dessas mudanças e o peso de antigos valores sem que novos se estabelecessem prontamente tornaram a experiência de inclusão feminina perturbadora. A falta de modelos de comportamento compartilhados trouxe inúmeros desafios às mulheres. A escolarização mista, isto é, sem a divisão entre classes masculinas e femininas, aproximou homens e mulheres, expondo-as à competitividade pelo bom desempenho escolar e ao preconceito em relação a suas capacidades intelectuais. O mais assustador para as mulheres desse período era a falta de referenciais, pois suas mães não enfrentaram esses desafios e não podiam ajudá-las. Outro aspecto dessa questão é que, por vezes, as próprias mães censuravam suas filhas por não compreenderem sua conduta. O controle da família sobre a mulher foi sendo minado pelo seu ingresso no mercado de trabalho, o salário mensal possibilitava um planejamento de gastos em cuidados pessoais e a participação em eventos culturais e socializantes. Com a maior escolarização, também se tornou menos complicado reivindicar a igualdade de oportunidades e de salário, visto que a qualificação profissional se dava nas mesmas instituições freqüentadas pelos homens. O casamento perdeu o sentido enquanto a única saída para a vida adulta, e o trabalho feminino trouxe a possibilidade de uma nova relação com o tempo, pois enquanto a mulher “mãe e dona-de-casa” não tem jornada de trabalho regulamentada, a mulher trabalhadora

tem seu tempo mais bem dividido, com a possibilidade de planejar o tempo e destinar parte dele para o aprimoramento pessoal. Cuidar de sua própria vida e expandir os sentidos abriu inúmeras possibilidades às mulheres, entre elas a de não ter filhos, não se casar oficialmente e se divorciar quando a união oficial não a satisfaz. A reflexividade acerca das possibilidades de vida foi a única opção que restou às mulheres, conforme enfrentavam os desafios de uma vida pública, dada a falta de modelos predominantes. Sua individualização expôs a permanência de alguns padrões; afirmou, contudo, a diferença entre homens e mulheres, esta que não deve passar pela desigualdade de oportunidades.

Atualmente, a individualização feminina continua avançando e possibilitando escolhas que atingem diretamente a instituição familiar. Não se trata de um movimento consolidado. Se, antes, as mulheres sofriam os efeitos da exclusão dos processos decisórios, agora elas têm a possibilidade de decidir sobre o desejo de ter filhos, o casamento, o divórcio. Obviamente esse processo não é linear e sem traumas, pois, como afirmado acima, aspectos tradicionais persistem: nem todas as mulheres passaram pelo processo de individualização da mesma forma. Para cada escolha outras opções são deixadas para trás; em momentos de ruptura, seja quando os filhos crescem e se mudam, quando se conhece uma nova pessoa, quando se percebe que o amor acabou, entre outras inúmeras possibilidades, o indivíduo reconsidera seu passado, reavalia suas escolhas e percebe que precisa seguir um caminho diferente. Singly (1996) observa essas constantes crises do “eu” e tenta refletir sobre a construção de laços sociais entre indivíduos autocentrados. Em sua análise, utiliza romances e filmes para tratar dos aspectos do individualismo contemporâneo; em algumas das obras que apresenta, estão personagens que tentam se reencontrar de diferentes formas, e o que instiga este processo é sempre uma ruptura cotidiana — seja do senhor que conhece sua nova vizinha “jovem e alegre”, seja da mulher de

meia-idade dedicada ao lar, cuja crise se desencadeia quando seus filhos saem de casa, ou que conhece um novo homem quando sua família viaja. Essas personagens apresentam as angústias dessa busca que começa pelo referencial do outro, mas que deve ser pautada pelo autoreferencial do “eu” na forma com que este molda as contribuições causadas pela convivência ou pela ausência do outro. As personagens se enfrentam, se desafiam e, mesmo quando não conquistam o que desejam, terminam se redescobrimdo e se transformando. Para o autor, a família tem um importante papel nesses processos, pois é na vida íntima e privada que os indivíduos se revelam, se expõem e se questionam um em relação ao outro. O autor destaca, porém, que a família não é o único local em que os indivíduos se encontram em situações de intimidade, já que os laços de afeto se tornam eletivos (SINGLY, 1996: 340).

Para Giddens, a constante crise do “eu” estaria ligada à permanência da dúvida que assola os indivíduos ou, segundo Beck e Beck-Gernsheim (2002), ao inerente cálculo racional das possibilidades e seus riscos. A modernidade acaba com a organização tradicional do mundo e a racionalidade humana encontra seus limites na tentativa ininterrupta de dominar os riscos da vida cotidiana (GIDDENS, 2002: 11).

Em meio a esse processo e suas conseqüências, como ficou a família? Segundo Beck e Beck Gernsheim, de repente não há mais clareza acerca do que ou de quem constitui a família. Quais os tipos de relacionamento que devem ser descritos como familiares? O que é normal? O que deve ser estimulado pelo Estado? Quem deve receber suporte financeiro? Em meio a tantas questões, alguns teóricos afirmam o fim da família, outros criticam o que chamam de constante percepção de crise e outros preferem a afirmação de um pluralismo. Para os autores, o debate entre esses teóricos é interessante, pois todos usam dados empíricos, por vezes os mesmos, especialmente os demográficos, para provar suas afirmações. Assim, tanto aqueles que pregam o

fim da família quanto àqueles que a vêem como futuro estariam equivocados, pois, mais do que as formas, o que mudou na família foram os conteúdos das relações, que passaram a se basear em escolhas (BECK e BECK-GERNSHEIM, 2002: 85). As mudanças nas relações transformam a família, não a tornando inviável, mas conferindo a ela uma nova forma histórica denominada *post-familial family* (*Ibidem*: 86). Os autores utilizam como exemplo para a sua proposta de estudo do processo de individualização um artigo de jornal de meados da década de 1990, que afirmava que 85% das crianças e jovens alemãs tinham crescido com seus pais biológicos casados entre si. Para muitos, essa estatística comprovaria que a família tem resistido aos movimentos de emancipação feminina, estes que criticam a família como lugar de opressão; porém, para Beck e Beck-Gernsheim, esse dado em si não tem significação, se for visto sem relação com o cotidiano das famílias. Muitos relacionamentos são abertos, outros extremamente tensos, por conta às desigualdades na divisão do trabalho doméstico, isso para não mencionar a crescente insatisfação feminina com o acúmulo de tarefas. O cerne da questão não está na predominância da forma, mas nas escolhas individuais que tornam o casamento finito, a decisão de ter filhos postergada ou mesmo a preferência em viver só. Se os questionamentos não abordarem aspectos da individualidade e da trajetória pessoal, prevalecerá a percepção de que as representações sobre a família continuam remetendo a um modelo tradicional — e, assim, muitos estudiosos poderão alegar que pouco mudou.

Para os autores, a solidariedade no interior da família permaneceu de diferentes formas na transição para a ordem moderna, pois o trabalho se especializou. O período que promoveu grandes rupturas foi aquele de consolidação do Estado de Bem-Estar, que promoveu políticas que reforçaram a independência individual gradualmente, garantindo a sobrevivência para além do grupo familiar. Com essas mudanças, cada vez mais a coordenação das tarefas se faz necessária

para dar sentido à vida em família, pois cada membro tem uma vida à parte: homens e mulheres passam o dia no trabalho, as crianças desde pequenas freqüentam a escola. A questão parece ser o tempo, as agendas de cada um no interior da família, que devem ser coordenadas de forma a satisfazer todos os membros. A vida privada passa a ser determinada pelo cálculo do tempo disponível de cada um, a vida em família passa a depender de um esforço coletivo, o que gera tensões, pois cada uma das partes pode sentir-se prejudicada nesse ajuste (*Ibidem*: 90-92). Em meio a tantas negociações e tensões, muitos relacionamentos acabam em separação. A família se tornou uma associação entre indivíduos, cada qual com seus planos e interesses submetidos a diferentes cálculos de riscos e constrangimentos. Para formar uma família e mantê-la, é necessário um esforço diverso daquele empreendido no passado, é preciso segurar o grupo unido e permitir, ao mesmo tempo, que cada um tenha o seu espaço. Nessa batalha, o indivíduo reluta para se proteger da proximidade extrema do mundo íntimo e acaba buscando formas alternativas à família tradicional para manter seu espaço. Mesmo morando com os pais ou se casando, os indivíduos portam-se de formas diversas em relação ao que vêem como obrigação para com aqueles que escolheu para ter próximo de si. Para muitos, isso significa o fim da família, para Beck e Beck-Gernsheim representa a *post-familial family* e a predominância de laços afetivos baseados na escolha (*Ibidem*: 98). Essa eletividade dos laços transforma as estruturas familiares e apresenta aos indivíduos a possibilidade de escolha desde o princípio da vida, caso das crianças que decidem com qual dos pais desejam permanecer quando há divórcio, ou mesmo como cada um define quem faz parte da sua família. O casal divorciado não irá considerar que pertence à mesma família, enquanto que seu filho pode considerar ambos e mais os seus novos companheiros enquanto parte de seu grupo familiar. Em meio a tantas possibilidades, manter-se

preso a estatísticas pode ser muito pouco proveitoso para a teorização das transformações familiares; o foco deve ser a individualização e seus mecanismos de racionalização da vida.

A retomada das análises destes autores traz importantes subsídios para a análise da transformação da família no Brasil e o foco sobre as decisões individuais, que trazem uma série de consequências, que impedem modelos e generalizações acerca do comportamento social, conforme é apontado por todos que estudam as organizações familiares. É possível, com base nessas análises, apontar tendências, perceber se estamos vivenciando um período de democratização da vida íntima e em que medida constatamos essas mudanças no Brasil. Como destacamos ao longo da Introdução e de seções do Capítulo 1, a pluralidade de arranjos familiares e condições de vida sempre se colocou como uma forte questão para os estudiosos da família brasileira. As famílias de classe média dos grandes centros urbanos figuram como as mais abertas à recepção de novidades e do discurso psicanalítico, também tendem a ser consumidoras de livros de auto-ajuda que disseminam valores psicologizantes, tornando reflexiva a experiência de individualização, no sentido de que estas pessoas podem oferecer narrativas de auto-análise permeadas por conceitos presentes em livros e manuais de conduta atuais. No próximo capítulo, iremos apresentar as entrevistas realizadas com as chefes monoparentais e perceber a reflexividade na fala dessas mulheres que vivenciaram a ruptura do relacionamento e o posterior rearranjo familiar, sentimental, cotidiano e orçamentário. Através de suas falas, poderemos refletir sobre os conceitos de Giddens e a individualização feminina enquanto um processo não uniforme e indetectável se nos prendêssemos, apenas, às estatísticas demográficas.

As famílias monoparentais de classe média tornam-se interessantes para analisarmos as rupturas e tendências rumo a uma maior individualização feminina e a concretização de ideais de igualdade já celebrados na década de 1970, quando movimentos feministas se mobilizaram na

classe média e transformações socioeconômicas expandiram-na, assim como o acesso ao ensino superior, possibilitando novos horizontes profissionais e ideológicos às mulheres (PRIORE, 2006; VAITSMAN, 1994).

CAPÍTULO 3. Famílias Monoparentais: expressão do individualismo?

Após a apresentação dos conceitos e análises acima, nos voltamos para a análise da ligação entre a expansão da monoparentalidade e a individualização feminina nas camadas médias urbanas paulistanas. Essa formação familiar pode ter uma série de origens, desde o divórcio à viuvez, ou mesmo a ausência da constituição prévia de vínculo conjugal, a cada uma delas correspondem diferentes dimensões da individualização, tal como a entendem Beck e Beck-Gernsheim (2002). Também não podemos desconsiderar que para cada geração, a monoparentalidade, no que diz respeito aos desafios biográficos enfrentados, adquire um significado único.

No Brasil, o divórcio foi aprovado em 1977 e desde lá se observa o crescimento em sua proporção – mesmo que o número de casamentos continue elevado – no entanto, devemos considerar que muitos casais regularizaram a sua situação neste período, pois anteriormente não havia como romper completamente o vínculo marital sendo o desquite a única opção. Desde a sua aprovação, o divórcio tem passado por um processo de mudança em seu significado. Se a princípio era sentido como a concretização do “pior medo das mulheres”, entre aquelas que ainda eram educadas segundo princípios mais rígidos;³² atualmente se observa entre os mais jovens, principalmente pertencentes à classe média dos grandes centros urbanos, uma ampla aceitação da coabitação sem o vínculo legal (PRIORE, 2006). Como afirma Berquó, essa forma de união, mais

³² Segundo dados da Pesquisa com Base no Registro Civil do IBGE 2007, em 30 anos a taxa de divórcio cresceu 200%. É preciso destacar que a maioria é consensual, 75,9%, e em caso de separações não consensuais, o pedido feminino perfaz 17, 9%, enquanto o masculino fica com a proporção de 6,6%. Outro importante destaque é a alta proporção de divórcios e separações no Estado de São Paulo (28,1%), a maior do Brasil, e a relevância da cidade de São Paulo dentro do conjunto do Estado — 23.1% dos divórcios ocorrem na Cidade de São Paulo e 43% na Região Metropolitana de São Paulo. Em www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2007/comentarios.pdf.

comum entre os jovens, atesta o caráter experimental que os relacionamentos adquiriram nos últimos anos (BERQUÓ, 2002). Indo mais além, poderíamos afirmar a percepção de finitude dos relacionamentos como um aspecto presumido por ambas as partes, remetendo a uma transformação profunda na maneira como estes se constroem (GIDDENS, 1993). Além deste aspecto, outros demonstram a pluralidade das formas de relacionamento na sociedade brasileira. É importante destacar que as famílias formadas por casais com filhos ainda são maioria, mas ao mesmo tempo o divórcio entre estas tem acontecido mais precocemente, entre cônjuges mais jovens, sinalizando que os indivíduos despendem menos tempo tentando evitar a separação, estando mais abertos a um novo relacionamento.³³

Todas estas transformações demográficas indicam processos mais profundos no campo dos relacionamentos, no sentido de uma postura mais aberta dos indivíduos a projetos alternativos ao casamento com a mesma pessoa para “o resto da vida”, estas mudanças são recentes e impõem desafios àqueles que desejam estudar a família brasileira. A monoparentalidade adquire conseqüências totalmente diversas para a biografia individual dependendo do grupo social de pertencimento. Enquanto as famílias mais pobres se tornam mais vulneráveis; aquelas pertencentes às camadas médias e altas, mesmo quando percebem queda no padrão de vida, não a enfrentam da mesma maneira, pois entre os grupos mais ricos as mulheres tendem a possuir maior escolaridade, trabalho remunerado estável, possibilidade de utilizar serviços particulares de cuidados com a casa e os filhos, assim como acesso à esfera jurídica para a regulamentação do processo de separação, a qual determinará a partilha de bens e uma pensão alimentícia para os filhos, quando não, também, para a esposa.

³³ As mudanças na lei do divórcio também contribuíram para torná-lo mais acessível, a Lei nº 11441 sancionada pelo Presidente Lula em janeiro de 2007 torna possível a dissolução do casamento no tabelionato quando for consensual e não envolver filhos menores de idade ou incapazes. A intenção é desburocratizar a separação consensual (IBGE, 2007).

Os diferentes contextos e significados sociais da monoparentalidade tornam impossível afirmarmos um processo de individualização de dimensões idênticas entre os diversos grupos sociais. Percebe-se, entretanto, que entre as camadas médias urbanas há uma tendência a aceitação de valores mais igualitários e a absorção do discurso psicanalítico que auxilia os indivíduos em sua autodescoberta, tornando-os mais sincronizados com o processo de experimentação e construção de vínculos emocionais eletivos, conforme observam Giddens (1993) e Beck e Beck-Gernsheim (2002). No Brasil, a origem desta predisposição remete à formação da classe média, extremamente imbricada ao processo de modernização do país que transformou as cidades e costumes.

3.1. A transformação dos nossos costumes, a racionalização do cotidiano.

No contexto histórico brasileiro, o final do século XIX e início do XX são identificados como a primeira fase de grandes mudanças vinculadas às idéias da modernidade. A família patriarcal era o modelo predominante ideologicamente, mas não necessariamente encontrado na realidade de um extenso território, cuja economia há pouco deixara de se basear, exclusivamente, no trabalho escravo dos negros e nas relações de compadrio. Como destaca Corrêa (1982), a patriarcalidade tida como modelo de partida para a análise das relações sociais e familiares exclui o que se observava na realidade social brasileira desde o período colonial: um extenso território, no interior do qual circulavam migrantes, escravos e riquezas. As resistências destes grupos frente à dura moral da Igreja e das autoridades coloniais tornam as narrativas de nossa história nada lineares, e utilizar a rígida estrutura do modelo de poder patriarcal significa assumir a narrativa de um único grupo: dos grandes proprietários e dos membros destas famílias que migraram para as cidades, no período de industrialização, empreendendo novos negócios,

adquirindo escolaridade e compondo um novo grupo mais aberto aos novos elementos econômicos.³⁴ O que essa linearidade deixa escapar são os grupos, a maior parte da população, que lutavam pela sobrevivência contrariando as autoridades e buscando formas de burlar os duros dogmas católicos. Nos primeiros escritos sobre a família brasileira, os grupos que não se ajustavam à patriarcalidade aparecem como uma massa anônima entregue ao reino da natureza e sem normas culturais. A essa visão está subjacente uma percepção de que nossa sociedade era primitiva, sem Estado e a família seria o grupo sobre o qual se estruturavam as atividades sociais, inclusive as econômicas. A desintegração destes grupos viria da emergência do Estado colonizador (*Ibidem*: 24). Para a autora, aceitar que a família patriarcal era a única forma de organização social exclui todas as outras formas de organização social; assim como negar a presença do Estado ao longo do período colonial também seria desconsiderar que quase sempre os senhores agiam representando a Metrópole. A demografia histórica tem trazido dados referentes ao escasso número de casamentos legalizados pela Igreja no Brasil colonial, o grande número de famílias estruturadas sem o vínculo legal, assim como o alto índice de monoparentalidade feminina. A pluralidade atestada por documentos demonstra a impossibilidade de se estruturar uma história única da família brasileira.

Colocadas estas limitações, a tentativa de Priore (2006) de reconstruir uma história do amor no Brasil, desde o período Colonial, parece complicada, quando não impossível, no entanto, o raciocínio da autora demonstra que ela se apóia sobre os grupos da elite urbana e da crescente classe média do século XX. Grupos que posteriormente figuraram em grande parte das análises sobre os avanços do individualismo no Brasil, por partilharem valores mais igualitários advindos

³⁴ Em relação a esse grupo, Bianco (1982) demonstra, em um estudo sobre uma cidade paulista, que nem sempre as famílias ricas migraram para a cidade grande. Analisando a trajetória de duas famílias influentes naquela cidade (de nome não revelado), a autora relata as estratégias de sobrevivência em uma economia instável e a permanência de membros dessas famílias, empobrecidas pela industrialização, que preferiram diversificar seus negócios a migrar para a cidade grande.

de sua construção sintonizada com processos de mobilidade social. Segundo a autora, na transição do século XIX para o XX, o país aderiu ao dinamismo da economia internacional. As mudanças econômicas e políticas afetaram os fundamentos da hierarquia social, as noções de tempo e espaço e a maneira de se organizar as afeições e de sentir os outros. O transporte ferroviário diminuía as distâncias, a industrialização exigia reformas urbanas e a criação de centros comerciais, nos quais se encontravam homens e mulheres. Os hábitos foram progressivamente transformados pela expansão do capitalismo, o desenvolvimento de conhecimentos técnicos e científicos afetou o cotidiano, organizando-o segundo novos padrões de higiene e profilaxia que alteraram a vida íntima. Para as mulheres significava o abandono das pesadas roupas e dos espartilhos que sacrificavam sua saúde; para os rapazes era época de criar músculos, purificar o corpo e abandonar os camisolões de dormir. Entre as elites havia uma obsessão em se trazer tudo aquilo que era moda na Europa, portanto, além das roupas, implantaram-se as idéias científicas e liberais. Os cuidados com o corpo, sua domesticação e purificação higiênica exigiam rotinas que logo transformaram os padrões estéticos. Os esportes se tornaram moda, deixava-se de valorizar aqueles que não exigiam grande esforço físico, os músculos deveriam ser trabalhados. Os esportes da elite européia, como o tênis, a natação e o remo se tornavam moda por aqui, moças e rapazes investiam tempo em suas práticas. Escamoteado neste novo padrão de beleza estava a lógica médica que percebia o esporte como uma forma de ocupação do tempo dos jovens, eliminando os pensamentos impuros dos rapazes e atenuando a melancolia das jovens. Aos ataques mais conservadores, segundo os quais as atividades distanciariam a mulher do lar, respondiam os médicos que este também servia para evitar os adultérios, pois,

Encerradas ou aprisionadas, só restava às mulheres sonhar com amores impossíveis ou tentar seduzir o melhor amigo do marido (PRIORE, 2006: 244).

A construção de espaços de lazer era recebida com desconfiança pelos mais conservadores, pois as moças que freqüentavam os clubes se expunham aos olhares dos rapazes. A resistência dos mais conservadores era contrariada pelo pensamento científico que justificava a sujeição feminina sob novas bases. Qualquer discussão pública acerca das liberdades femininas era coibida por argumentos que atestavam sua incapacidade biológica e social para a tomada de decisões autônomas (*Ibidem*). Para os liberais brasileiros cuja meta era controlar a influência católica, as mulheres não poderiam votar enquanto recaísse sobre elas a grande influência da Igreja, pois o seu voto seria o “voto do padre”. Os liberais também apontavam que o pensamento católico contribuía para a desagregação familiar, pois envolvia a mulher em práticas e crenças místicas que a afastavam dos afazeres domésticos e do aconchego do lar; assim como, criava para a ela uma perspectiva de vida sobrenatural, distanciando o seu afeto de seu marido e filhos. A educação católica tornaria as crianças apáticas e mortificaria os corpos femininos, impossibilitando a realização do afeto, razão última da formação familiar. Os liberais brasileiros tinham que incentivar a educação feminina para minimizar a influência católica, mas segundo certos limites.

Houve também algumas mulheres que já em fins do século passado passaram a conscientizar-se desses ideais de promoção da mulher. Algumas delas chegaram mesmo a publicar alguns periódicos, onde propugnavam pelos direitos femininos. Orientados por mulheres de classe média, a insistência básica desses jornais era o melhor nível de educação feminina (AZZI, 1987: 107).

A vinda de imigrantes italianos e alemães para as regiões sul e sudeste também trouxe novos costumes e influências, entre elas o protestantismo, o socialismo e o anarquismo, este último que apesar do pouco rigor teórico, colocou em pauta a necessidade da discussão dos

direitos trabalhistas. As idéias trazidas pelos imigrantes também influenciaram os trabalhadores brasileiros. Entre as mulheres se observava articulações episódicas em torno de jornadas de trabalho regulamentadas, entre outros direitos que possibilitassem sua inserção na esfera produtiva nos mesmos termos que a masculina (*Idem:Ibidem*).

Esse período inicial da modernização também trouxe transformações para a família. A Abolição da escravidão e a expansão econômica de algumas cidades do sul e sudeste estimularam a migração dos filhos homens da elite agrária para a cidade provocando uma desestruturação da tradicional família de elite brasileira. Em seu lugar, passa a se valorizar uma família pautada por valores típicos da sociedade burguesa, porém permeada por traços conservadores inscritos em nosso processo de *modernização conservadora* (DOMINGUES, 2004). Algumas mudanças se destacam, pois mesmo que tenha se mantido o poder masculino e a tradicional divisão de tarefas, se observava que os casamentos deixam de ser estritamente uma aliança política estruturada pelos pais tornando-se lentamente uma escolha pautada por critérios pessoais de preferência. A idade dos cônjuges tornava-se menos díspare e o casamento passou a ser retardado, por um longo período de namoro e noivado. Conseqüentemente para as mulheres, a preparação cultural se tornou mais valorizada em uma sociedade, na qual a mulher representava o marido entre outras mulheres, ajudando-o a entrar em contato com outros homens, expandindo, assim, sua possibilidade de ascensão social. O longo tempo de namoro possibilitava o desenvolvimento de uma afeição anterior ao casamento e tornava a transição do matrimônio menos traumática para a mulher (PRIORE, 2006).

A família urbana burguesa, com suas tarefas estritamente divididas e racionalizadas também transformou a arquitetura das casas divididas em espaços apropriados para a higiene, o recato do sono e a recepção de visitas. A sexualidade também passava por mudanças, devia ser

ainda mais controlada, pois a família urbana valoriza a educação e o cuidado com as crianças, que se tornam mais difíceis quanto maior o número de filhos. Apesar de não haver na época métodos precisos de controle da fecundidade, os médicos prescreviam práticas sexuais para diminuir o número de filhos por família, até mesmo porque com o deslocamento do eixo produtivo para a esfera pública do capitalismo, não havia como um pai sustentar uma prole tão grande, assim as necessidades masculinas deveriam ser satisfeitas por uma prostituta (*Idem: Ibidem*).

Em meio a tantas transformações, análogas àquelas descritas por Norbert Elias ao longo do século XIX, persistem idéias conservadoras, principalmente acerca do papel da mulher na nova sociedade que se consolidava por aqui. O autor destaca o caráter lento das mudanças, principalmente aquelas do campo da subjetividade (ELIAS, 1994a). Em nosso contexto, esse processo parece ter se iniciado mais tardiamente e de forma mais controlada e conservadora. Como destaca Azzi, foi um período de tensões entre grupos católicos, positivistas, liberais e socialistas; cada qual com sua ideologia, todos tratavam da questão da legitimação das tarefas femininas nessa nova sociedade que se estabelecia (AZZI, 1987).³⁵

É importante destacar que as transformações advindas da industrialização atingiam cada grupo social de diferentes formas. Se para a burguesia industrial – ainda em formação – as idéias européias se impunham, para os mais pobres era impossível adaptar-se à divisão de tarefas entre os sexos, principalmente no tocante à inserção feminina na esfera pública produtiva. Nesse contexto, fortaleceu-se o estereótipo dos pobres como marginais que não partilhavam dos bons costumes.

³⁵ Mesmo entre os socialistas não se observava uma postura mais igualitária em relação às mulheres (AZZI, 1987).

O trabalho era visto como uma ameaça para a pureza feminina, pois nas fábricas conviveriam com outros homens e estariam expostas a olhares e atitudes desrespeitosas, era natural que um homem perdesse a cabeça convivendo com muitas mulheres. Nessa afirmativa percebe-se o duplo caráter feminino, pois ao mesmo tempo em que é “santa e rainha do lar”, pode se transformar rapidamente em uma prostituta ou uma “perdida” que atiçava os desejos masculinos ou não resistia às suas investidas. Para as mulheres pobres, uma série de fatores somava-se: a ausência de propriedades, os entraves burocráticos e a dificuldade dos homens pobres se fazerem os únicos mantenedores da família – pontos que indicam outra moral e outro tipo de afeto a reger a vida em família.

Segundo Priore, a produção cultural é um viés privilegiado de análise das relações entre homens e mulheres. O samba que se desenvolve à mesma época em que a sociedade urbano-industrial traz constantemente a temática do dinheiro e da mulher — ambos apresentam as preocupações do malandro, figura símbolo de uma cultura alegre e descontraída contraposta à visão do “negro perigoso” do final do século XIX (PRIORE, 2006: 268). Nas letras dos sambas, a mulher era representada em dois papéis: aquele da ordem, pois cobrava o trabalho do homem para o sustento da casa, tratava da harmonia do lar e representava a monotonia cotidiana. Por outro lado a mulher era também fonte de desejo, potencialmente perigosa, que podia transformar o “malandro em otário”. As letras de samba também indicam a mudança da posição feminina, que antes identificava-se com o lar, porto seguro para o marido, e que deixava saudades, pois já não mais existia. Além do rádio que tocava sambas e novelas, somava-se o cinema, em todos esses meios prevalecia a dicotomização entre a mulher boa e doce, feita para casar, e a má, sedutora, de olhar penetrante, que servia para os desejos masculinos, esta última sempre punida com a infelicidade e a solidão.

A expansão da classe média, nos anos 1930 e 1950, ampliou o consumo, o acesso à informação e ao lazer. Além do aumento do público dos cinemas, foi um período de expansão das publicações femininas, cheias de conselhos sobre as boas maneiras prescritas às boas moças e esposas. Através das revistas, a historiadora nos apresenta mais uma vez a rígida moral aplicada às mulheres, pois à época do namoro esta devia se preservar, declinar aos beijos e abraços, evitar conversas íntimas, bebidas alcoólicas e cigarro. O namoro também não deveria ser longo para não causar suspeitas sobre as intenções do rapaz. Os elementos externos como o cinema e o *rock'n roll* eram vistos com receio, as revistas voltadas para as jovens destacavam os filmes de bons costumes,

[...] em alta “a juventude saudável que sabe se divertir — sem escandalizar — e a brotolândia que dá exemplo de amor aos estudos e à família”. No mundo adulto, perseguiam-se as transformações juvenis e a rebeldia. A preocupação era com “meninos e meninas que bebiam cuba-libre, freqüentam o Snack Bar em Copacabana, usam blusa vermelha e blue jeans, mentem para os pais, cabulam aulas, não pensam no futuro e não tem base moral para construir um lar” (*Ibidem*: 287).

Enquanto as revistas traziam inscritas idéias que remetiam a um total resguardo feminino, os jovens desejavam mudanças. Para destacar essas tensões, a autora traz a carta de uma jovem desesperada,

[...] quando uma mulher sorri para um homem é porque ela é apresentada. Quando o trata com secura é porque é de gelo. Quando consente que a beije é leviana. Quando não permite carinhos, vai logo procurar outra. Quando lhe fala de amor, pensa que quer “pegá-lo”. Quando evita o assunto, é “paraíba”. Quando sai com vários rapazes é porque não se dá valor. Quando fica em casa é porque ninguém a quer [...]. Qual é o modo, pelo amor de Deus, de satisfazê-lo? (*Ibidem*: 287).

Em meio a tantas tensões, o modelo a se seguir, o “esse não tem erro”, era o do recato, ser “moça de família” que busca um bom casamento sabendo que seu comportamento será decisivo

nessa jornada. Aquelas que se identificavam com a busca pelo prazer frente a uma vida desgostosa, que liam Sartre e Simone de Beauvoir, terminavam identificadas como “doidivanas” e, mesmo que despertassem alguma admiração masculina, não iriam encontrar alguém para se casar, pois o casamento era para o resto da vida, e nenhum homem iria ter filhos com uma mulher que fugisse aos padrões. Para os rapazes, a moral burguesa impunha os ideais de correção moral. Se, por acaso, o rapaz ultrapassasse os limites da decência com uma moça, estaria perdoado, pois fazia parte de sua natureza perder o controle sobre os seus desejos. Para ajudá-lo a conter seus impulsos, havia a prostituta, com quem deveria se iniciar para não chegar ao casamento virgem, o que não era de forma alguma desejado. Sua virilidade era medida pelo número e desempenho nessas experiências. Para as moças, a escolha do casamento era supostamente mais livre, mas a família e os amigos influenciavam nesse passo — casar-se com alguém incapaz de sustentar um lar indicava a futura infelicidade. Embora se acreditasse que as mulheres fossem naturalmente aptas ao amor, este deveria ter alguma medida e razão. O amor verdadeiro era feito de juízo. A paixão era sinal de loucura e as mulheres deveriam seguir as normas; aquelas que fugissem delas seriam excluídas da sociedade, podendo mesmo ser devolvidas em caso de o marido alegar que não fora ele a lhe tirar a virgindade. Todas estas idéias eram reforçadas pelas revistas femininas. Para as mulheres já casadas, o conselho era o esmero nas prendas domésticas, nos cuidados com a aparência e nunca se queixar do marido — se ele parecesse ausente, era porque o trabalho o consumia e era natural que vivesse mais para este que para o lar. Quanto ao sexo, as revistas e jornais nem o citavam, apenas “O Cruzeiro” afirmou, certa vez, que a independência feminina e seu maior acesso à informação poderia favorecer o interesse pelas “satisfações físicas”. Em outras alusões, afirmava-se que o “ajustamento sexual da união feliz” aconteceria à medida que o casamento se firmasse, pois o sexo era um dever marital. O divórcio não era previsto em lei, a

única possibilidade de separação não dissolvia os vínculos maritais, tampouco admitia novos casamentos. As mulheres desquitadas eram vistas como má companhia e vigiadas de perto por toda a comunidade que a entregaria ao juiz, ao mínimo desvio de conduta, para que este lhe tirasse a guarda das crianças.

As décadas de 1960 e 1970 assistem a uma transformação mais aguda dos costumes afetivos e sexuais. A exemplo do anticoncepcional, chegava ao Brasil músicas e notícias de grupos que se mobilizavam em torno de ideais de liberdade, amor e paz. Contudo, aqui o processo foi mais lento. Nas capitais e meios estudantis, os jovens escapam gradualmente ao controle dos pais. Culturalmente, era a época dos festivais de música, dos bailes.

Saber dançar tornou-se o passaporte para o amor. “Banho de Lua” e “Estúpido Cupido”, na voz de Celly Campello, representam tentativas de adaptação deste mundo, um mundo novo que se esforçava para ser rebelde (*Ibidem*: 301).

Para os jovens se anunciam mudanças: o sexo com o noivo se tornara possível, indicando uma flexibilização da moral sexual, os católicos eram maioria na população e, nessa época, o Concílio do Vaticano II os convidava a olhar o mundo com simpatia e compreensão, segundo Priore:

Falava-se em paternidade responsável, em planificação familiar por meio de métodos naturais e, muito importante, em amor conjugal: o amor físico e espiritual e a renovação contínua do amor. Uma agenda, sem dúvida, revolucionária e generosa para o seu tempo (*Idem: Ibidem*).

A televisão, que já se instalava em quase 5% dos lares, influenciava o vocabulário dos afetos, utilizava-se a palavra “amor”. O vocábulo “sexo” ainda não era pronunciado, mas entre os casais os beijos se tornaram mais comuns, assim como novas práticas sexuais; porém, os avanços esbarravam na criação extremamente rígida que os adultos dos anos 1960 tiveram. Entre os

burgueses, a separação passou a ser mais aceita, ainda que muitos casais se mantivessem juntos para não partilhar seus bens ou perder seu *status*, visto que o divórcio ainda manchava a reputação dos indivíduos. As revistas voltadas ao casal moderno de classe média alta traziam artigos sobre as mudanças em curso, entre estas o (res)surgimento do movimento feminista na década de 1970. Os movimentos reivindicatórios atingiam o discurso de igualdade do homem branco; desse modo, a crise da masculinidade e sua vaidade também viraram pauta dessas revistas. A homossexualidade continuava sendo vista como um desvio e doença, mas entrava para a pauta das publicações, que mostravam aos casais altamente escolarizados limites que deveriam ser impostos aos avanços do movimento gay.

A televisão também se expandia entre a classe média e trazia novelas construídas em torno do romance. As demonstrações de afeto ainda eram contidas, e os casais que formavam o núcleo das tramas eram formados segundo modelos de recato e divisão de tarefas; sempre felizes, encarnavam as idéias predominantes. Na década de 1970, as novelas já trazem imagens dos aposentos íntimos, das camas e quartos, além de gestos que sugerem o sexo e o prazer, como o foco sobre a mão aberta à meia luz. O sexo antes do casamento passa a ser sugerido, mas apenas para os casais em vias do matrimônio; aqueles que viviam em pecado – não eram casados – eram punidos.

Em *Malu Mulher*, série produzida pela Rede Globo de Televisão, entre 1979 e 1981, a personagem principal, socióloga, se separa do marido e enfrenta todas as dificuldades do recomeço. A série foi severamente censurada por trazer discussões sobre violência, sexualidade e virgindade. O alto índice de escolaridade da personagem a colocava em uma posição mais sintonizada com as idéias de igualdade, bem como tornava mais fácil seu ingresso no mercado de trabalho, que aconteceu no segundo ano da série, quando Malu consegue um emprego e se abre

para um novo relacionamento, sugerindo uma ligação entre a independência financeira e a construção da autonomia pessoal – argumento fortemente colocado pelas feministas. Frente a essas tentativas de tornar visíveis as mudanças, o conservadorismo se impunha e mesmo que a televisão, a essa época mais expressiva nos lares brasileiros, mostrasse algumas transformações, estas sempre surgiam dentro do modelo aceito.

Ainda na década de 1970 prevalece a divisão entre as esferas, ligadas a critérios de gênero. As revistas femininas do período já mostravam o desabamento da figura da “rainha do lar”: as mulheres aparecem descontentes com os rumos que a vida familiar tomava: os filhos não a respeitavam, sua felicidade não se concretizara, e o marido ainda poderia trocá-la por outra mais nova, conforme já mostravam as novelas. Essas publicações traziam colunas com títulos que remetem à resolução dos problemas no casamento como a única saída. Para aquelas que abraçaram a revolução sexual, o conselho das revistas era que fossem desejáveis e sedutoras — apenas desta forma poderiam entrar no seleto grupo que toma decisões na sociedade. O homem ainda é o juiz das mulheres, elas devem se cuidar para alcançar sua aprovação.

Segundo Priore,

O movimento de idas e vindas das conquistas feministas é evidente nas páginas de revistas, que muitas vezes retomam pensamentos que pareciam já superados (*Ibidem*: 308).

Ainda segundo a autora,

Apesar do movimento hippie, dos Beatles, da revolução de costumes, dos Rolling Stones, de todas as mudanças, enfim, a maneira de ver o homem, de perceber seu pendor para o descompromisso de reagir diante de seu “medo de se amarrar”, permanecia tal qual viam, percebiam e reagiam suas avós (*Ibidem*: 310).

As tensões entre as mudanças que se enunciavam e as reações conservadoras que suscitavam se inserem em um contexto maior de autoritarismo político. A década de 1950 e o início dos anos 1960 foram de mobilização em torno de questões temidas pelas elites agrárias e urbanas que desejaram a modernização, cada qual de sua maneira, dentro de certos limites. A invasão da esfera pública pela massa de pobres desejosos de justiça social fora vista como um grande perigo à ordem social. A burguesia urbana estava empenhada em mudanças; contudo, segundo Schwarz (1992), esta compatibilidade de setores médios e altos urbanos com ideais “indulgentes” de esquerda era uma espécie de anomalia, que ilustrava um esvaziamento das idéias transformadas em material de consumo. As tensões entre os grupos desejosos da modernização e daqueles que percebiam o perigo de suas reivindicações em torno da reforma agrária e da justiça social levaram ao Golpe de 1964. Este se ancorou no temor da luta de classes por parte da mobilização de esquerda, que recuou diante de uma guerra civil. A população desmobilizada sofreu com o terror e a intervenção nos sindicatos, rebaixamento de salários no exército, investigação nas universidades, censura, suspensões de *habeas corpus*. Entretanto, a produção cultural da esquerda não foi desarticulada, e desde o Golpe não parava de crescer. Inicialmente grande parte dos intelectuais de esquerda não foi presa e torturada, a mão dura do regime tratava de cortar os laços entre os pensadores militantes e as massas, e aqueles que mantinham contato com esses grupos — camponeses, soldados, marinheiros e operários — foram torturados, quando não mortos. Cortado o vínculo com esses grupos, os generais se contentaram em deixar que a burguesia continuasse consumindo a produção cultural de esquerda, que era inofensiva, pois não passava de ideologia consumida. No entanto, entre 1964 e 1968, percebe-se que o que era apenas consumido e esvaziado em seu conteúdo havia sido apropriado por estudantes secundaristas e universitários que se comprometeram com uma luta anticapitalista e

armada. Frente a esse panorama de extremo perigo, o governo endureceu sua repressão para pegar aqueles que estavam articulando a resistência. Segundo o autor:

Se em 64 fora possível à direita “preservar” a produção cultural, pois bastara liquidar o seu contato com a massa operária e camponesa, em 68, quando o estudante e o público dos melhores filmes, do melhor teatro, da melhor música e dos melhores livros já constitui massa politicamente perigosa, será necessário trocar ou censurar os professores, os encenadores, os escritores, os músicos, os livros e editores — noutras palavras, será necessário liquidar a própria cultura viva do momento. O governo já deu vários passos neste sentido e não se sabe quantos mais quantos mais dará. Em matéria de destroçar universidades, o seu acervo já é considerável: Brasília, S. Paulo e Rio, as três maiores do país (SCHWARZ, 1992: 63).

A origem das ambigüidades percebidas pelo autor estaria na aliança entre o Partido Comunista e a burguesia nacional; em consequência, teria se formado um “marxismo desdentado, parlamentar e patriótico”, um complexo combativo e conciliatório que mantinha as reivindicações dos trabalhadores dentro da esfera econômica, sem atacar o nacionalismo dominante e aspectos ideológicos que poderiam suscitar a luta de classes. A atuação da esquerda servia às necessidades da burguesia, que não desejava o conflito aberto com a direita latifundiária, mas apenas intimidá-la. Essa aliança consolidada mesclou elementos de esquerda e o conservadorismo da burguesia, processo que fica evidente no expressivo consumo da produção cultural de esquerda por estes grupos. Com o golpe, bibliotecas e centro culturais foram fechados e transformados em centros de assistência social.

Para Schwarz:

A fase mais interessante e alegre da história brasileira recente havia se transformado em matéria para reflexão (*Ibidem*: 70).

No período anterior ao golpe, a propaganda da esquerda havia atizado “os sentimentos arcaicos da pequena burguesia” e em meio às tensões e ao iminente golpe, mulheres saíram em

“Marcha pela Família, com Deus Pela Liberdade”, movimentaram petições contra o divórcio, reforma agrária e comunização do clero. Esse levante conservador levou sua ira para o ingresso das mulheres na universidade, que nessa época se expandia graças a reformas no ensino da década de 1950, e especialmente no ano de 1961, quando se tornou possível a equiparação dos cursos de ensino secundário, expandindo as chances das mulheres chegarem ao ensino superior (VAITSMAN, 1994: 62). As questões colocadas pelos grupos conservadores colocavam em dúvida a moral das moças que freqüentavam a faculdade, pois em seu contato mais próximo com os rapazes poderiam se perder, “cair na prática do amor-livre”. Para conter os avanços da rebeldia entre os jovens, as universidades passaram por processos de desmonte, conforme observa Schwarz. Em um caso no Estado do Paraná, o reitor chegou a mandar que se queimassem páginas imorais de romances de Eça de Queiróz. Para o autor, esses acontecimentos demonstram um retrocesso em relação ao panorama político e social anterior ao golpe, quando se debatia publicamente o analfabetismo, a experiência dos sindicatos, das organizações patronais ou estudantis, da pequena burguesia mobilizada. Depois de 1964 ressurgiu o conservadorismo de grupos da pequena burguesia que viam na família o valor moral máximo de uma sociedade. Por outro lado, esse mesmo grupo enfrentou o que não previa: a política tecnocrática do governo, que buscava desenvolver o capitalismo. Para manter o apoio desses grupos de valores extremamente conservadores, os militares não defenderam suas propriedades agrícolas, mas lhes ofereceu a possibilidade do consumo. A vida cultural estava dominada pela intelectualidade de esquerda, que, em fins de 1968, começava a sofrer os efeitos da perseguição e da tortura; tais grupos passaram a conter seus ímpetos em suas publicações, já que não possuíam os meios de produção. O governo tentava resgatar o patriotismo instituindo novos conteúdos curriculares, cursos de

ginástica e civismo. A propaganda era para conter a subversão, não havia um claro objetivo em forjar uma ideologia nacional.

Preferia dispensá-la, pois é no essencial um governo associado ao imperialismo, de desmobilização popular e soluções técnicas, ao qual todo compromisso ideológico verificável parecerá sempre um entrave. Há também a penetração instituída e maciça da cultura dos EUA, que não casa bem com Deus, Pátria e família, ao menos em sua acepção latino-americana (SCHWARZ, 1992: 73).

A contradição notada nas formas utilizadas para controlar a população e os desejos de consumo dos grupos que estavam no poder reforça a coexistência entre aspectos modernos e antigos. A ideologia tradicionalista da pequena burguesia que compunha os quadros do governo promoveu retrocessos no processo de transformações dos costumes sexuais e afetivos. O terror do período posterior a 1968 colocou limites à mudança. A modernização capitalista aconteceria dentro dos limites que evitassem o contato da juventude com elementos políticos subversivos, como o socialismo, que promovia a liberdade sexual e o fim do casamento; assim, a propaganda estimulava o valor da família, da esposa, do trabalho e da retidão moral dos jovens. Ao mesmo tempo, a burguesia também não desejava perder o conforto de seu consumo e de suas *toilettes* importadas; do mesmo modo, os militares desejavam viajar e entrar em contato com o que havia de mais novo na América do Norte (*Idem: Ibidem*).

A modernização promovida durante a primeira década do regime militar alterou profundamente a demografia brasileira. Percebeu-se a intensificação da migração do campo em direção às cidades, que se deve mais à transformação das relações de trabalho no campo que à expansão da atividade industrial, dado que nesse período houve uma intensa importação das tecnologias de automação. Além da migração, houve uma significativa expansão da mão-de-obra feminina, que duplicou entre 1970 e 1976, ápice do milagre. Já em resposta ao crescimento do

mercado foram promovidas reformas pela expansão da educação, que aumentou o acesso feminino às universidades: seu número quintuplicou entre 1960 e 1975. A inserção feminina no mercado de trabalho e sua escolarização, aliada à possibilidade efetiva de controle da natalidade, diminuíram o tamanho das famílias; no entanto, a média do salário feminino no conjunto da população era a metade do masculino, as ocupações das mulheres também eram consideradas de menor prestígio social, concentrando-se no setor de serviços e no funcionalismo público, este último sempre apontado como espaço privilegiado de trabalho para as mulheres, pois depende da realização de concursos baseados unicamente no grau de conhecimento dos participantes, sem espaço para ideologias de gênero (VAITSMAN, 1994).

A modernização empreendida pelos militares expandiu as telecomunicações em todo o país, essa época também foi marcada pela expansão do consumo de bens como televisores, promovendo a difusão de novas idéias. A expansão do capitalismo no Brasil e a instalação de empresas multinacionais intensificaram a formação daquilo que Cunha (1988) denomina *classe média moderna*, formada por profissionais liberais de renda elevada, executivos e administradores, mais aberta às mudanças comportamentais e às influências exteriores (CUNHA, 1988: 15). Como afirma a autora, os desdobramentos do desenvolvimento capitalista se confrontaram com o discurso conservador de cunho patriarcal defendido pelas elites e pelo governo.

Os novos tipos de família que surgiram com a modernização eram, ao contrário, mais permissivos (inclusive e, sobretudo, em termos sexuais), menos hierarquizados, com menor polarização dos papéis masculinos e femininos e menor distanciamento entre pais e filhos. Outro aspecto a destacar é que, do ponto de vista econômico, os novos tipos de famílias não estavam mais ligados ao modo de produção predominante, mas passavam a constituir o foco do consumo (*Idem*, 16).

As contradições apontadas por Schwarz (1992) entre a burguesia urbana e as elites agrárias que levaram ao Golpe de 1964 se refletem em tensões no campo da sexualidade entre aqueles que se acreditam progressistas ou mais conservadores. Para Cunha, os grupos mais conservadores que estavam no poder tentavam utilizavam a censura para estabelecer limites à transformação dos costumes. Segundo a autora,

Essa tentativa bastante insistente de convencimento era um reconhecimento implícito de que mudanças de atitudes sexuais também podem desembocar em outros campos, que era exatamente o que não se desejava. Foi o tom adotado, por exemplo, em revistas femininas mais modernas e na propaganda comercial (nunca a imagem de “mulher liberada” serviu para vender tanta coisa) (CUNHA: 1988, 20).

Do outro lado, alguns grupos influenciados pelas idéias dos movimentos *beatniks* e *hippies* de maneira um tanto esvaziada, segundo a autora, posicionavam-se contra o autoritarismo. Porém, foi no final da década de 1970, quando retornaram militantes políticos exilados na Europa que o campo político estava mais propício para mudanças, pouco a pouco se liberava a exibição de filmes e programas televisivos mais avançados. Os movimentos sociais também se posicionam publicamente, conferindo visibilidade para questões específicas ligadas à vida cotidiana. Estes militantes também trouxeram ao debate a questão do corpo, a denúncia da tortura como forma de exercício de poder. A problematização do corpo no contexto político se refletiu socialmente no interesse por seu cuidado, segundo as novas tendências que não prezavam pela repressão e, sim, pela pedagogia, enquanto na televisão assistia-se ao TV Mulher e aos conselhos de sexólogos. Para Cunha, novamente, o sistema conservador esvaziou a discussão sobre o corpo, perigosa em tempos de anistia política; assim, ele foi transfigurado em material de consumo, dando início a uma nova forma de culto, extremamente ligada às idéias da sexologia americana, que se apropriou da categoria do *orgasmo* de Reich tornando este uma obrigação.

Porém, o discurso dos sexólogos brasileiros se deparava com a dura realidade do fim do milagre econômico, do empobrecimento da classe média e das duras condições de vida da população mais pobre. O discurso da sexologia centrada no orgasmo democratiza o prazer até certo limite, pois mesmo que afirme o direito de todos a ele, independentemente de orientação sexual, gênero ou idade, ele se torna um objeto de consumo racionalizado em torno de objetos, livros, guias e até mesmo técnicos especializados que vendem seus serviços ajudando casais ou indivíduos que afirmam não sentir prazer. O orgasmo se tornou conceito parte de um modelo limitado, mas que, apropriado pela mídia, possibilitou a discussão de aspectos da vida íntima nunca antes publicizados no Brasil. Frente à obrigação feminina em servir seu esposo, esse modelo significou algum avanço.

Esse caráter de avanço é particularmente sensível no Brasil, onde, graças ao modelo de desenvolvimento adotado, o modernismo convive tranquilamente com o arcaísmo. Temos, assim, o privilégio meio paradoxal de vermos situados na mesma época a expansão da sexologia e a “legítima defesa da honra” como argumento para justificar crimes (*Idem*, 25-26).

Para a autora é preciso ainda repensar a transformação dos costumes sexuais no Brasil, pois não se desenrolou da mesma maneira para todos. O foco das mudanças também deve ser destacado, pois as maiores mudanças ocorreram para as mulheres que conquistaram a possibilidade do prazer e de um maior conhecimento sobre o corpo; seu comportamento sexual mudou acompanhando as rápidas transformações de suas possibilidades dentro da sociedade brasileira. Para os homens, tudo permaneceu mais ou menos estático, pois as possibilidades da vida pública sempre lhes estiveram abertas (*Ibidem*, 27-28).

A rápida modernização empreendida na época do regime militar se fez às custas da desmobilização da esfera pública. A recepção das novas idéias de comportamento foi balizada pelo autoritarismo; por outro lado, ao longo do período, as reformas educacionais e a expansão do

mercado de trabalho, necessárias à política de desenvolvimento dos militares, tornaram possível a contínua formação da classe média nos grandes centros urbanos. Mesmo que as condições de inserção no mercado de trabalho criassem nichos ocupacionais femininos e profundas desigualdades de classe, a mulher da classe média teve melhores condições para se inserir nesse conturbado processo de modernização. A mobilização de algumas delas em torno da igualdade era ignorada pelo regime, pois a preocupação era com a atuação da esquerda, e mesmo esta não contemplava a questão feminina. Tratava-se de promover uma revolução para desestruturar a sociedade de classes — o foco não era a igualdade de gênero. Enfrentando uma série de dificuldades de legitimação de suas demandas na esfera pública, as grandes mudanças no cotidiano feminino se mantiveram na esfera privada:

Procedia-se a uma politização do cotidiano, que demorou muito a ser percebida como algo de alcance geral e não só individual (*Idem*: 30).

Ou como afirma Vaitsman,

Até o final da década de 70, embora com alguns refluxos, a economia — sobretudo a industrial — continuou crescendo [...] Um crescimento que nas palavras de Faria “ocorrendo a um ritmo tão acelerado na periferia da economia capitalista mundial, não poderia dar-se sem que tivessem lugar, por um lado, profundas modificações quantitativas e qualitativas na estrutura espacial, demográfica e social do país e, por outro, o agravamento de antigos e o surgimento de novos desequilíbrios setoriais, regionais e sociais” [...] O novo round da compreensão espaço/tempo acelerando o fluxo, o movimento e sobretudo a fragmentação que sempre caracterizaram a sociedade moderna, mas que também acompanham o ritmo e a velocidade do desenvolvimento, também atingiu o Brasil. Uma aceleração que afetou decisivamente as práticas da vida cotidiana e o modo de articulação das relações de gênero (FARIA apud VAITSMAN, 1994: 64).

Para a autora, as transformações do capitalismo mundial exigiram a expansão da oferta de ensino universitário e especializado; as ocupações técnicas, científicas e administrativas triplicaram, oferecendo oportunidades para pessoas de distintas origens sociais que vieram a

formar uma nova classe média portadora de valores modernos e individualistas. A inserção de mulheres qualificadas no mundo do trabalho contradizia as possíveis crenças remanescentes em torno das suas capacidades intelectuais, e sua atuação em campos técnicos e científicos colocava em xeque a exclusividade masculina em torno de funções estritamente técnicas: se antes o magistério e a enfermagem eram identificadas como caminhos naturais a serem seguidos pelas mulheres que chegavam à universidade, a “invasão” feminina em áreas tipicamente masculinas forçava a revisão de certas concepções. A mulher transformava progressivamente sua atuação no processo de modernização (*Idem: Ibidem*).

O alargamento das possibilidades educacionais e sociais femininas esbarrava na falta de problematização de questões cotidianas acerca da divisão sexual do trabalho. Em um contexto de expansão da participação feminina na esfera produtiva pública, observava-se a permanência de muitos aspectos conservadores acerca da divisão de tarefas no interior do relacionamento. O cotidiano das mulheres trabalhadoras, obviamente variável dependendo da camada social de pertencimento, exigia mudanças. Em meio a essas tensões, distinguem-se as mulheres da classe média, que detinham menores possibilidades econômicas que as pertencentes às elites (que não sofriam os efeitos da dupla jornada de trabalho), porém maiores em relação às mulheres de camadas populares, que, em meio à opressão de suas difíceis condições de vida, teriam dificuldades para discernir todas as dimensões da exploração a que estavam expostas. Assim, de forma parecida com outros países, foi entre as mulheres das camadas médias, com maior acesso à informação que se iniciou a mobilização feminista, sem que se desenvolvesse como modismo ou imitação, mas como uma tentativa de responder a novas necessidades e situações cobertas por especificidades de nosso contexto. Para Cunha:

Embora aqui não tivesse alcançado a mesma amplitude numérica, em termos de mulheres organizadas, o feminismo, mesmo com suas limitações e contradições, exerceu entre nós um importante papel de contaminação no sentido de mudanças (CUNHA, 1988: 28).

A mobilização feminina na classe média trouxe para a discussão questões ligadas à importância do trabalho feminino para a composição do orçamento familiar, à retração dos salários e aos reflexos do “milagre econômico” em meados da década de 1970, que a colocavam como importante contribuinte do orçamento doméstico, fosse para manter o *status* ou possibilitar a ascensão social familiar. Sua luta era pela denúncia da permanência de idéias tradicionais na esfera familiar, que as sobrecarregavam em duplas jornadas de trabalho. Outra percepção dessas mulheres era a do não reconhecimento de seu trabalho doméstico — pois sua participação na produção social não se define apenas pelas condições de mercado, pela estrutura de emprego ou, mais genericamente, pelo nível de desenvolvimento da sociedade —, mas também de sua posição na família e pela classe social à qual pertence o grupo doméstico. Em cada fase de suas vidas, enquanto filha, mãe e esposa, corresponderão determinadas necessidades e possibilidades de trabalho que, dadas as oportunidades oferecidas pelo mercado, definirão a situação da mulher em relação às atividades produtivas. É somente na ótica desse duplo movimento que é possível entender como se dá a participação feminina no mercado de trabalho. Com esta percepção, o problema da dupla jornada de trabalho pôde ser mais bem enfrentado, e a importância da mulher para o conjunto do grupo familiar, reelaborada. O trabalho visto como caminho de libertação feminina encontrava seus limites, pois apenas a inserção feminina no mundo do trabalho não resultava na igualdade esperada. A desigualdade entre homens e mulheres mostra seu caráter relacional envolvendo dimensões múltiplas (BRUSCHINI, 1990). O movimento feminista, mesmo em condições autoritárias, foi se articulando, e os estudos sobre a família voltavam seu

foco para essas questões. Em 1975, a ONU declarou o Ano Internacional da Mulher; com este aval foi possível levar com mais ênfase a discussão sobre as desigualdades de gênero para dentro das universidades e em debates públicos. O medo da repressão e a identificação do viés marxista no movimento tornavam perigosa a mobilização das mulheres, que a esta altura já se consolidavam mesmo entre os grupos mais pobres — para estes, seu trabalho era mais do que necessário e aceito; porém, sua sobrevivência era extremamente dificultada pela ausência de infraestrutura do Estado em campos como educação infantil, saúde, condições de trabalho e disparidade salarial.

A mobilização desses grupos mostrava ao feminismo acadêmico a necessidade de continuamente discutir as limitações de suas análises. Segundo Bruschini, passava-se a discutir mais intensamente a questão da contribuição feminina para a organização familiar em tarefas domésticas e não-domésticas nas áreas urbanas e rurais, em diferentes idades e classes sociais. Ainda segundo a autora, essas contribuições dos acadêmicos feministas e do movimento feminista mais amplo conferiam visibilidade a aspectos cotidianos da vida privada, em um período no qual todas as questões sociais eram analisadas sob a perspectiva das relações produtivas no capitalismo. A observação da vida privada possibilita a constatação das representações dos membros acerca de sua posição no interior da família e como estas mascaram aspectos discriminatórios em relação a mulheres, crianças e idosos (BRUSCHINI, 1990). Do ponto de vista macrosocial, destaca-se a construção da categoria relacional *gênero*, que possibilita a articulação de diferentes dimensões interconectadas da vida social. Partindo deste ponto de vista, a história das pessoas consiste em como se estruturam suas relações sociais, estas variáveis dependendo de dimensões como gênero, classe, etnia/raça, geração (MACÊDO, 2007). Tendo em vista este conjunto de relações, o projeto feminista universal de libertação feminina

através do trabalho e da denúncia da submissão e opressão no interior da família encontrou limites, pois projetou para todas as mulheres, de diferentes culturas, etnias/raças, idades e classes um caminho homogêneo de libertação que desconsiderava a família, que pode ser para umas a melhor estratégia, tanto em termos estruturais quanto ideológicos, e para outras, não só um espaço de conflito, como um espaço de relações afetuosas e construtivas da identidade (BRUSCHINI, 1990). Assim, conclui a autora, tratar-se-ia mais de reivindicar a transformação de um modelo patriarcal e opressivo de família que decretar seu fim. Neste ponto, percebe-se uma espécie de homogeneização de um modelo predominante de família por parte da autora, que pode ser contrastado com a heterogeneidade das composições familiares, que sugere que o caminho mais concreto seja aquele proposto por Chodorow, no sentido de uma renegociação das relações — este que parece estar em curso, principalmente entre as classes médias, quando observamos as transformações da família no Ocidente rumo a relações que tendem a se estabelecer cada vez com pressupostos igualitários (CHODOROW *apud* CASTELLS, 1999).

3.2 Os limites das teorizações em um contexto de dimensões interconectadas

Nas últimas três décadas, os pesquisadores brasileiros têm voltado sua atenção para o crescimento da monoparentalidade e da chefia feminina em todas as camadas sociais. Mesmo que este fenômeno sempre tenha estado presente em nossa história, conforme atesta Samara (1986) e Piore (1989), é importante destacarmos que, atualmente, este se insere dentro de um novo contexto histórico, no qual as mulheres tiveram sua condição profundamente transformada pela modernização do século XX. É importante ressaltar que a chefia feminina está ligada à monoparentalidade, porém não exclusivamente a ela. Segundo Berquó (2002), há uma grande

proporção de domicílios chefiados por mulheres que coabitam com seus companheiros e maridos. A variável que mensura esse fenômeno é autodeclarada; assim, trata-se de uma resposta subjetiva que possibilita alguns apontamentos — afinal, uma mulher que se declara a pessoa de referência no domicílio, mesmo residindo com o companheiro, pode fazê-lo por perceber que seu trabalho é de fundamental importância para a organização do domicílio, em seus aspectos domésticos e mesmo administrativos, ou porque considera seus rendimentos tão importantes quanto os do companheiro, independentemente de serem maiores ou menores do que os dele. Neste sentido, é possível questionar até que ponto a chefia do domicílio (que segundo dados do IBGE de 2007 compõe 30% dos lares brasileiros) significa de fato uma chefia familiar, dadas as múltiplas realidades inseridas nesse fenômeno. Desse questionamento desdobra-se um segundo: não seriam as famílias monoparentais chefiadas por mulheres um espaço privilegiado para a percepção dos limites das conquistas femininas, naquilo que tange sua liderança no interior do lar e das decisões familiares, já que grande parte dessas famílias é composta pela mulher e seus filhos?

É interessante que estudos que tratam da monoparentalidade praticamente não abordem estes aspectos. Percebe-se uma preferência pelo estudo das famílias oriundas das classes operárias urbanas, e o foco se torna as estratégias de sobrevivência em um contexto de empobrecimento devido à saída de um dos cônjuges e a conseqüente perda de sua contribuição orçamentária. Quanto a isso, a família — espaço de afeto e reciprocidade que permite a formação de indivíduos mais autônomos — parece sucumbir a preocupações ligadas ao entendimento de seu empobrecimento, que sempre conclui a manutenção das desigualdades no mercado de trabalho e as representações negativas acerca do trabalho feminino que tornaram a inserção da mulher no mercado de trabalho menos estável. Percebendo tendência semelhante nos estudos sobre famílias operárias estruturadas sobre eixo conjugal, Machado (1983) questiona até que

ponto o olhar dos pesquisadores não estaria voltado apenas para aspectos estruturais desconsiderando que, mesmo entre os mais pobres, a família é um espaço de troca e reciprocidade, ainda que marcada pela predominância de códigos hierarquizantes. Há uma tendência a contrapor as famílias pobres às de classe média, no interior das quais o código predominante seria o da igualdade. Para a autora, esta contraposição acaba cristalizando tipos de família associados à classe social. Em suas atuais pesquisas sobre violência doméstica (MACHADO, 2001), a autora afirma que o “amor é uma das grandes armadilhas” para a concretização da individualidade feminina e que, mesmo se percebidas as transformações rumo a uma maior igualdade, ainda persistem ambivalências — praticamente como o *no longer and not yet* afirmado por Beck e Beck-Gernsheim (2002) — que não podem ser descartadas por teorizações mais generalizantes. Para Machado, as relações entre os gêneros mudaram, mas não é correto essencializá-las pelo viés socioeconômico, pois fazê-lo implicaria afirmar que entre os mais pobres há apenas a união estratégica da família com vistas à sobrevivência, negando outros aspectos da vida familiar, como o afeto (MACHADO, 1983, *Idem*: 2001). Nesse sentido, Gomes (2003) afirma que a psicologia tem observado as transformações da família e detectado que, apesar das dificuldades de se encaixar no modelo burguês moderno, a classe operária também o absorveu enquanto ideal — isto é, a família como espaço de uma rígida divisão de tarefas, bem como também de afeto e reciprocidade. Assim, os códigos hierárquicos e igualitários se misturam aos conteúdos das relações familiares, mistura de elementos semelhantes ao observado em nosso processo de modernização.

A teorização de Giddens acerca da transformação da intimidade é válida para o nosso contexto, desde que a encaremos como permeada por conceitos típico-ideais que não serão encontrados perfeitamente quando observada a realidade social. Giddens observa que há uma

tendência rumo à intensificação das condições estruturais e cotidianas que permite uma maior igualdade entre os homens e mulheres, pois estaríamos em um momento da modernidade – alta modernidade – no qual a integração promovida pela globalização — que interliga as pessoas promovendo uma co-responsabilidade por vários aspectos da vida social — tende a uniformizar a vida cotidiana através da absorção de elementos tecnológicos, assim como a organização das instituições e dos sistemas abstratos que tendem a se uniformizar segundo padrões globais. Estaríamos vivendo em uma sociedade pós-tradicional, no interior da qual as tradições foram dissolvidas pelo primado do conhecimento calcado no princípio da dúvida, cujo conteúdo pode ser partilhado por todos de igual forma, diferentemente das tradições mantidas por guardiões, que tem posições sociais privilegiadas por guardarem a verdade moral das tradições (GIDDENS, 1997). Trazido para o cotidiano e para as relações sociais, percebe-se uma destradicionalização que torna os indivíduos mais livres para construir sua biografia. Esta liberdade em relação às instituições e à vida social comum pode trazer o sentimento de crise e vazio, conforme destaca Oliva-Augusto (1994). Este seria o lado negativo da maior expressão do indivíduo, pois sua vida pode parecer sem conexão com o resto da sociedade. Dessa forma, a família poderia se tornar um refúgio, mas as mudanças da posição feminina e a expansão de suas possibilidades trouxeram tensões que tendem a tornar os relacionamentos mais frágeis do ponto de vista temporal, porém fortalecidos do ponto de vista pessoal, pois possibilitam que as relações se dêem entre dois indivíduos autônomos em busca de afeto e enriquecimento pessoal. Conforme afirma Singly (2006), o individualismo pode ser avaliado positivamente quando promove uma relação na qual cada indivíduo envolvido no relacionamento molda os conteúdos presentes na relação à sua própria maneira; esta seria a única forma do indivíduo conseguir contemplar a busca de si construindo laços sociais.

Segundo Costa (2004), Giddens em sua proposta da modernização reflexiva acaba criando uma tipologia das sociedades modernas ao afirmar a alta modernidade como um estágio de radicalização dos princípios da modernidade (capitalismo, desencaixe entre espaço e tempo e reflexividade). Esta tipologia pode levar a certo evolucionismo das sociedades, pois o autor está no contexto da sociedade britânica, cuja história das conquistas femininas é mais consolidada, bem como a reflexividade dos sistemas abstratos que se transformam radicalmente e a todo tempo o cotidiano social. Machado não aponta esta limitação, mas afirma não ser possível afirmar se Giddens e Singly pensavam no contexto da América Latina quando escreveram sobre a tendência à igualdade nos relacionamentos. Nesse sentido, há de se considerar que nosso individualismo tem bases católicas que contrastam com o protestantismo anglo-saxão e com o paradigma laico e jacobino do mundo francês, ainda que soframos a influência do romantismo e de culturas mediterrâneas sulistas (MACHADO, 2001: 13). Estas ressalvas não inviabilizam, todavia, a utilização de tais contribuições teóricas no contexto brasileiro; porém, é preciso compreender que Giddens propõe sua teoria em um contexto histórico geral, mas que tem impactos diversos sobre o cotidiano dos indivíduos, mesmo em um mundo globalizado. O autor tende a homogeneizar sua concepção de modernidade, principalmente com o impacto da globalização, que envolve os indivíduos cotidianamente em escolhas interligadas a um contexto mais amplo que a sua própria vida. Não obstante, o autor faz ressalvas em relação aos constrangimentos de poder, que podem levar à disparidade no acesso ao conhecimento, ainda que estes conhecimentos possam ser acessados e dominados por qualquer um, diferentemente do conteúdo moral e ritualístico das tradições, que tendem a hierarquizar a sociedade sobre outras bases (GIDDENS, 1997). A esta altura, é possível questionar as diferenças de classe. Para Machado

Possivelmente, a expectativa é a de que as diferenças se minimizem ou se dissolvam no ar. E talvez o façam (MACHADO: 2001: 14).

Para ela, esse tipo de teorização homogeneizante contrasta com a tendência de nosso meio intelectual de se questionar nossas particularidades. Entretanto, nunca se considerou que o Brasil estivesse fora do mundo ocidental: apenas enquanto alguns tendiam a generalizar, outros tentavam mostrar a pluralidade socioeconômica e cultural de nosso país, o que também é feito em estudos comparativos entre os países europeus (*Ibidem*).

A heterogeneidade parece ser a grande questão dos estudos sobre famílias, com especial atenção àquelas chefiadas por mulheres. Segundo Macêdo (2007) três dimensões são fundamentais para não se cair em generalizações: classe, etnia/raça, geração. Estas formam uma interseccionalidade que pluraliza as experiências sociais de homens e mulheres. A situação de uma família monoparental de classe média é diversa daquela de classe alta, assim como a família chefiada por mulheres negras está exposta a diferentes situações se comparada com aquela chefiada por uma mulher branca. Itaboraí (2003) faz um estudo utilizando estas três dimensões interconectadas e analisa a relação entre o trabalho e as mudanças nas relações familiares. A autora não observa especificamente famílias monoparentais, mas fornece dados sobre elas, assim como aponta tendências em outros arranjos (principalmente no “casal com filhos”) que afirmam a consolidação da inserção feminina no mercado de trabalho. A autora está consciente que em seu trabalho que a dimensão do trabalho ampara as demais em sua análise, e toma tal perspectiva como um viés que não explica por si só as transformações da família, pois grande parte das mulheres brasileiras sempre trabalhou para compor o orçamento doméstico. Por outro lado, o argumento do trabalho enquanto forma de empoderamento feminino não pode ser completamente contestado, principalmente no contexto atual, em que assume características mais profissionais,

devido ao aumento da escolarização feminina, sendo, portanto, mais valorizado e competitivo. Nas camadas médias urbanas, o trabalho aceito era o de professora, pois permitia uma jornada flexível, assim como o convívio com crianças e outras mulheres. O magistério foi se tornando um nicho ocupacional feminino à medida que perdeu seu *status* social no passado e deixou de ser um espaço privilegiado para a ascensão social de rapazes pobres, no contexto de diversificação econômica das primeiras décadas do século XX (PEREIRA, 2003). Ao longo do século passado, os avanços educacionais permitiram às mulheres tentar novos caminhos profissionais, através da expansão de vagas na universidade (VAITSMAN, 1994: 63).

Para Itaboraí (2003) e Vaitsman (*Ibidem*) foram essas mulheres que conseguiram publicizar as dificuldades enfrentadas frente aos preconceitos enfrentados no mercado: os salários inferiores e a dificuldade de promoção, bem como perceber a tendência conservadora em seus relacionamentos. Itaboraí parte da questão do trabalho, pois este está ligado à classe, que, segundo a autora, é uma variável que sintetiza aspectos importantes da diversidade nas formas de organização familiar. Um segundo aspecto do trabalho é seu efeito sobre a vida familiar: redução no número de filhos e possibilidade de maior autonomia em relação ao marido. O uso de anticoncepcionais é mensurado pela autora, que comprova que seu maior uso se relaciona à maior escolarização; entre as mulheres chefes monoparentais, os métodos contraceptivos estão consolidados, mas persistem diferenças socioeconômicas, pois as monoparentais tendem a ser mais empobrecidas. Ao término de sua explanação, afirma a autora, é questionável se o trabalho fora da esfera doméstica não causaria uma sobrecarga para as mulheres trabalhadoras que ainda assumem grande parte das tarefas domésticas; esta também variável segundo as possibilidades econômicas da mulher que passam por questões como a persistência das desigualdades raciais,

assim como das representações sociais em torno de seu ciclo de vida – o questionamento de sua aptidão ao trabalho à medida que envelhece, por exemplo (*Idem: Ibidem*).

3.3 De donas-de-casa a donas-da-casa? Representações sobre o protagonismo feminino.

Neste estudo são discutidos os limites da individualização feminina. Parte-se do pressuposto de que a família monoparental é um espaço privilegiado para tal observação, pois seu significado mudou ao longo da modernização de nosso país. Ao longo desse percurso foi realizado trabalho empírico, baseado em cinco entrevistas com mulheres: brancas, escolarizadas, pertencentes à classe média, que passaram pelo divórcio, têm entre 50 e 60 anos de idade e são naturais da cidade de São Paulo. A preocupação era avaliar o impacto do divórcio enquanto ruptura biográfica — conforme destacam Giddens (1993, 2002) Beck e Beck-Gernsheim (2002) e Singly (1996) — que apresenta novos desafios e questionamentos trazendo a necessidade da auto-avaliação do passado e do presente para uma auto-revelação do *self* autônoma, sem o conteúdo projetivo dos casamentos tradicionais, conforme coloca Giddens (1993). A faixa etária analisada contempla mulheres que foram criadas em meio às transformações das representações sociais acerca das possibilidades individuais femininas em um contexto político autoritário. Observando essa geração, torna-se possível contemplar a percepção de Giddens acerca das transformações sociais e os indivíduos envolvidos ativamente nelas. Retomando o pressuposto do autor, que traz o indivíduo para o processo de transformação social, afirmando que esta está inserida na vida dos indivíduos, não sendo “pano de fundo” que conforma suas ações, não se exclui a existência de constrangimentos ou *condicionantes estruturais*, que se impõem aos

indivíduos, fazendo com que as transformações sociais não se dêem por sua ação direta (GIDDENS, 2003).³⁶ Dessa forma, pretendeu-se analisar a individualização feminina a partir de uma geração que viveu as contradições de seu papel ativo e dos constrangimentos estruturais no processo de mudança social.

Partindo de um roteiro pré-estruturado para as entrevistas, observaram-se discrepâncias e similitudes nos processos de transformação biográfica dessas mulheres. O foco é avaliar as rupturas identitárias do divórcio e as percepções acerca das mudanças de posição no interior da família rumo a uma posição mais autônoma, em um contexto de profundas mudanças sociais nas representações de gênero.

O roteiro tem tópicos básicos sobre cada etapa da vida: infância, adolescência e idade adulta, nos quais são questionados aspectos da vida cotidiana e sua ligação com processos individualizantes. No período da infância, enfatizamos as condições de vida, a divisão de tarefas na família de origem, a orientação na educação recebida nesse período, os ideais da juventude em torno da vida adulta. A entrada na idade adulta é observada do ponto de vista das motivações e decisões que levaram ao casamento, à maternidade, à manutenção ou abandono do trabalho não-doméstico ao longo do relacionamento e à divisão de tarefas cotidianas com o ex-companheiro, bem como do processo de ruptura do divórcio, sua motivação, o período de separação e reestruturação do cotidiano e a avaliação atual em relação à transformação de sua percepção enquanto mulher chefe-de-família e indivíduo autônomo.

Cada entrevista era permeada pelo roteiro; contudo, para cada entrevistada as fases e dimensões biográficas — maternidade, trabalho, sexualidade — tinham importâncias diversas,

³⁶ Giddens expõe de maneira detalhada sua Teoria da Estruturação em *A Constituição da Sociedade* (2003). O autor propõe que as ações diretas dos indivíduos não explicam, por si só as mudanças sociais. Essa teoria permeia as análises do autor nos dois livros apresentados nesta dissertação, *A transformação da intimidade* (1993) e *Modernidade e Identidade* (2002).

todas se entrecruzando no momento crucial do divórcio, que as atingiu de formas diversas — sendo consensual ou litigioso, envolvendo preconceitos e dificuldades referentes ao cuidado com os filhos, à manutenção ou à reinserção no mercado de trabalho e à retomada da vida amorosa com maior ou menor dificuldade, dependendo da etapa do ciclo de vida em que estavam quando houve a ruptura. Em todos os casos, o rompimento trouxe sofrimento e levou a uma reavaliação reflexiva do passado, pois o período do casamento tende a ser avaliado de forma negativa, principalmente por seu caráter rotineiro e tenso, percebido, em algum momento anterior ou posterior ao divórcio, como uma anulação de si, dos seus desejos e da construção de uma vida para si. Conforme indicam Beck e Beck-Gernsheim (2002) e Singly (2006), de repente se percebe que é preciso construir uma vida para si, na qual a família seja mais um dos espaços nos quais se exerce a individualidade sem constrangimentos. A reavaliação do passado como uma forma de compreensão dos motivos que as levaram a construir um casamento mais ou menos tradicional aparece com frequência, principalmente entre aquelas que fizeram terapia, psicanálise ou cursos de auto-ajuda. Essas experiências fazem parte da vida de três das cinco entrevistadas, que atribuem grande importância ao autoconhecimento promovido por essas técnicas para a percepção de que o momento de ruptura com os antigos padrões estava próximo e não deveria ser postergado. Nesse período, o modelo de relacionamento dos pais tende a ser reavaliado criticamente, principalmente porque, mesmo tendo tido experiências diversas no início da juventude que as faziam rejeitar as concepções tradicionais de gênero, acabaram incorrendo nelas. Todas apontaram que foram criadas em lares com estreita divisão do trabalho: os pais trabalhando e provendo o lar, e as mães em casa cuidando dos filhos e afazeres domésticos. Era a década de 1950, da consolidação da divisão entre os gêneros no Brasil, época em que o trabalho feminino era possível, desde que não atrapalhasse na rotina do lar (PRIORE, 2006). Apenas uma

das entrevistadas passou pela ruptura do núcleo familiar em sua infância. Atualmente com 58 anos, R. (entrevistada 4) tinha nove na época em que sua mãe percebeu que seu pai, que havia ido para Brasília em busca de melhores oportunidades de trabalho, não voltaria para casa. Foi um período difícil, de empobrecimento e sofrimento da mãe, no qual R. começou a trabalhar ajudando seus colegas de vizinhança com os deveres da escola. A vizinhança as acolheu e não culpabilizou sua mãe pelo final do relacionamento. Seu pai não era considerado um bom homem, porque *“era bêbado e abandonou a família e nem avisou”* — isto é, era um homem que não cumpria o papel social esperado. Sua mãe costurava e fazia outras pequenas atividades para compor o orçamento doméstico. Mesmo enfrentando tantas dificuldades, R. conseguiu chegar à faculdade e cursou Economia, pois tinha habilidade com matemática e sabia que teria boas oportunidades de trabalho. Apesar da separação precoce de seus pais, R. afirma que sua mãe nunca mais teve um companheiro e estipulava rígidos padrões de comportamento; por outro lado, a necessidade do trabalho para custear seus estudos e ajudar em casa a afastava do conservadorismo da mãe e abria novos horizontes, levando-a ao questionamento dos limites sociais impostos às mulheres, mas sem envolvimento direto com o ideário feminista. Teve muitos namorados com os quais teve relações sexuais, tudo às escondidas, pois não se comentava isso com as amigas. Quando conheceu o ex-marido, preferiu a coabitação sem vínculo legal:

Não pensava em casar, sempre achei isso besteira. Minha mãe ficou meio chocada quando eu saí de casa sem casar, mas depois de algum tempo casamos no civil para deixar nossa situação legalizada. Na época não havia outra opção, e já tinham as crianças. (R., entrevistada 4)

O mesmo aconteceu com M. (entrevistada 5), criada em uma família extremamente conservadora, católica e de classe média, na qual seu pai, um homem empreendedor que enriquecera na década de 1960, *“apenas pagava as contas sem querer problemas”*, enquanto sua mãe, sabendo das traições do marido, mantinha-se calada e de semblante triste. M. desejava independência em relação ao que via em sua casa e não sabe por que sempre se sentiu tão diferente de sua irmã, que seguia estritamente o que os pais permitiam. Ao longo da adolescência, destacou-se como jogadora de vôlei e nesse ambiente de convívio próximo com outros homens e mulheres sentia-se livre, pois passava o tempo se divertindo e jogando. Ao final do colegial, cursado em um tradicional colégio católico da zona leste de São Paulo, decidiu que não faria faculdade, queria estudar inglês e logo partir para o trabalho, optando por um caminho diferente do de sua irmã, que cursou psicologia contemplando o desejo dos pais. Estudou inglês e italiano, logo conseguiu seu primeiro emprego como secretária bilíngüe, com um bom salário e novos amigos, diferentes daqueles de sua vizinhança conservadora e se distanciou da família levando uma vida alternativa. Continuou morando com os pais, mas ia a festas, nas quais conhecia *“gringos tarados que queriam transar e beber sem compromisso”*. Nessa época, com 22 anos, M. ia a *night clubs*:

Era a época da discoteca, dancing days, aquelas roupas marcando o corpo e todo mundo dançando e se divertindo. Eu usava roupas extravagantes e sempre terminava a noite com alguém, mesmo namorando há muito tempo o mesmo cara (M., entrevistada 5).

O namorado era um rapaz de seu bairro, querido por sua família, que esperava pelo matrimônio. Com ele teve sua primeira relação sexual, aos 17 anos. “*Aquilo era péssimo*”, segundo ela, porque nenhum dos dois sabia direito o que fazia, mas M. começou a ter seus casos e em suas palavras:

Não tomava pílula, não sabia de nada, porque minha mãe nunca discutiu isso comigo ou minha irmã — eu sabia que ela transava com o namorado dela, mas eu não perguntava nada, ela era toda certinha... até que um dia tinha transado com o médico do time de vôlei e fui para casa correndo, dormi sem tomar banho. No dia seguinte, acordei atrasada, coloquei a mesma roupa e saí. Quando estava no ônibus indo para o trabalho, senti um cheiro horrível, achei que era alguém que estava por perto. Quando cheguei, olhei minhas calças e vi que estavam manchadas. Era uma calça de veludo marrom. Quando cheirei a calça, vi que era eu que fedia, e o cheiro era de porra! Daí fui falar com o cara, e ele ficou espantado porque percebeu que, se eu não sabia o que era cheiro de porra, também não ia saber como evitar uma gravidez! Ele se apavorou e me explicou que eu tinha que tomar pílula, mas a esta altura já tinha dado merda e eu fiz meu primeiro aborto. O primeiro de quatro (M., entrevistada 5).

Em seguida, fala sobre o que sente em relação aos abortos que fez:

Olha, para mim não significou nada, nunca achei que fosse uma vida que tivesse aqui dentro. Eu ia e tirava. Quando engravidei do meu filho já ‘tava casada, não sabia se queria, eu até pensei em tirar, mas não sei... me senti diferente. Eu tinha tirado um outro do meu marido antes da gente casar, mas dessa vez eu me senti diferente. Levei a gravidez, mas posso dizer que demorou até cair a ficha e eu me sentir mãe. No começo não sentia muito amor por ele; hoje olho para ele e sinto muito arrependimento, porque queria ter sido uma mãe melhor. Demorei muito tempo para poder dizer que amava ele de verdade (M., entrevistada 5).

Entre o grupo de entrevistadas, M. se destaca por parecer a mais consciente de suas possibilidades de escolha desde a juventude.. Permaneceu casada por oito anos, não era um casamento com a tradicional divisão de tarefas e começou com a experiência da coabitação que depois foi formalizada. Os dois se conheceram em uma “*boate de luxo, ele todo de branco, lindo, e eu bêbada louca para pegar ele*”, a paixão “*era doida*” e rapidamente se tornou um relacionamento sério. Quando foram morar juntos sem casamento formal, ela trabalhava o dia todo, assim como o marido. Quando teve seu filho, os cuidados eram providos por uma babá. Para M., o trabalho era muito importante, — “*mesmo sem precisar, trabalhava*”, porque queria comprar seu apartamento e poder ter liberdade em relação ao marido. Em sua afirmação, fica implícito um ranço conservador em relação ao trabalho, como se fosse complementar ao do marido — “*ele tinha muita grana*”. Segundo ela, foi uma época em que o marido até pediu que ela parasse de trabalhar, mas ela não conseguia. Até tentou, mas logo arrumou outro trabalho — ela queria sair, viver uma vida que não fosse a de esposa. Aos poucos foi se distanciando de seu marido e se sentindo presa ao casamento, à rotina de mãe, ao sexo sem muito desejo, e afirma que, como já fazia análise há muitos anos, conseguiu perceber que estava na hora de terminar a relação. O ex-marido resistiu inicialmente, dizendo que tentaria ser mais atencioso, porém para ela

Ele não ia mudar, sabia que ele tinha os casos dele, e eu tava ficando de saco cheio disso, não queria dormir com outro, mas tava na hora de acabar tudo (M., entrevistada 5).

Depois de algumas semanas, ambos acordaram que se gostavam como amigos, mas que após oito anos juntos estava na hora de cada um seguir seu caminho. Apesar de ter sofrido com o

final da relação, tornou-se amiga do ex-marido e atualmente ela o ajuda financeiramente, pois ele se casou outras vezes e perdeu seus bens nas partilhas. *“Sempre falei pra ele que ele ia se ferrar se casando com todo mundo, mas ele era doido.”* Há alguns anos, ela o ajudou a comprar um apartamento. Ambos sempre conversam ao telefone, e ele sempre frequenta as reuniões da família. Para M. o casamento foi importante, mas ao longo da entrevista ela não prioriza este período. Afirma a boa relação com o ex-companheiro e diz que tudo fez parte de sua vida, da qual ela tem muito orgulho. Há alguns anos mantém um relacionamento com um ex-companheiro de trabalho, este casado e mais velho que ela. M. tem 52 anos e sua atual angústia é com a perda de libido decorrente da menopausa. Ela menciona inúmeras vezes as dificuldades que tem de manter relações sexuais atualmente e o quanto isso a frustra, porque ela sempre se sentiu muito sexual e agora, com a menopausa, começa a sentir que está envelhecendo e que:

Nunca mais vai ser igual. A médica me diz que é uma fase, mas eu estou me sentindo triste, deprimida, menos mulher. Não quero ficar usando pomada para transar, quero minha vida sexual de volta, rezo para ele não querer transar comigo, ainda bem que ele anda meio tenso e tem me deixado um pouco de lado. O cara é velho, mas não é brocha!(M., entrevistada 5).

Atualmente, M. está sem trabalho fixo e sentindo-se frustrada por ficar em casa o dia todo; porém, ela afirma que tem em suas amigas um grande apoio. Todas são divorciadas, algumas ainda sofrem com a perda do marido. *“Eu tenho muitas amigas que não aceitam que o casamento acabou. É uma merda isso, o cara ‘tá em outra, e ela lá, chorando. Eu tento mostrar que dá p’ra sair e arrumar outro, mas elas não entendem.”* Atualmente, M. não faz mais análise

e afirma acreditar que vai envelhecer sem ter outro companheiro. Para ela, é uma opção consciente, pois não deseja mais dividir sua vida com outra pessoa. Prefere ser “a outra” e não agüentar a rotina de um relacionamento. Para ela o trabalho, a maternidade e a sexualidade devem ser vivenciados, cada qual com seu espaço em sua vida. M. afirma ser chamada a todo momento de “louca” pelos seus amigos e familiares, mas diz se sentir feliz assim, fazendo o que quer e sem dar satisfação a qualquer homem, nem ao seu filho, que hoje tem 20 anos.

Hoje tenho o meu filho como meu companheiro, mas não deixo ele encher meu saco, não! Sei que ele vai se casar e ir embora, mas eu estou aproveitando ao máximo o tempo que passamos juntos, quero fazer parte da vida dele. Sei que é porque tenho culpa por causa da época que ele era criança e eu não ‘tava lá o tempo todo, mas eu sempre fiz de tudo para que ele fosse feliz. Escolas, viagens, quando ele começou a engordar ficava em spas para ele perder peso, acho que era uma forma de eu ficar próxima dele. (M., entrevistada 5).

Em sua fala valoriza muito sua carreira, pois ao longo dela conseguiu tudo o que tem atualmente: apartamento próprio, carro e viagens constantes ao exterior, boa educação para o filho e, acima de tudo: viver sua vida sem dar satisfação a ninguém.

Em relação à sexualidade, três entrevistadas foram mais discretas. Duas afirmaram terem tido relações com seus companheiros — E. (entrevistada 2) e C. (entrevistada 3) —, mas porque sabiam que iriam se casar, e a terceira, S., (entrevistada 1), afirma que a rigidez de sua criação tornou “*meu namoro de 10 anos equivalente ao namoro de um ano atual, eu era bobinha*”. S. não afirmou se teve relações sexuais antes do casamento, e a todo tempo voltava sua fala para a questão do respeito aos pais. Para uma das entrevistadas que mantinha relações anteriormente ao casamento, a gravidez acelerou a união, aos 21 anos. C. (entrevistada 3) se casou, sua mãe não a

obrigou, mas ela era apaixonada pelo ex-marido, atualmente falecido. Segundo ela, seus pais eram pessoas de mentalidade simples, tinham tido muitos filhos e eram empobrecidos. Apesar das dificuldades, ela afirma que era tão feliz em casa que temia o casamento e, quando ele aconteceu, percebeu que não tinha muita noção das coisas:

Eu usava minissaia, botinha, cabelão, ouvia Janis Joplin e bordava até o símbolo hippie na minha jaqueta, mas eu não sabia de nada. Eu não era politizada, sabia por alto do que acontecia do burburinho na rua e de algumas coisas na escola, mas não tinha com quem conversar sobre certos assuntos, acabei engravidando, casei e depois tive mais dois. Meu casamento foi muito difícil. Quando fiquei grávida perdi o emprego e parei a faculdade. Quando tentava arrumar algo ele sempre me bloqueava, colocava o carro dele na frente do meu, escondia minhas chaves, cortava o telefone. Passei 12 anos como do lar e daí arrumei um bom trabalho, deixava as crianças com uma empregada de confiança, até que não sei se ele pagou, o que ele fez, mas ela foi embora. Eu morava muito longe do trabalho e acabei largando o trabalho depois de um tempo. Ele ficou feliz, dizia “te amo, mas você tem que fazer o que eu quero”. Eu não sabia o que fazer porque meus filhos eram pequenos e eu não tinha profissão, porque engravidei na faculdade, e muita experiência no mercado, não queria voltar pra casa da minha mãe e fui ficando. [...] Sabe, eu não sou uma pessoa de decisão: tenho medo, demoro muito para decidir, e isso até hoje. Ele nunca me ajudou em nada, chegava tarde todo o dia e não fazia nada para os filhos. Depois de uns anos de casada, uns sete anos, percebi que tava enrolada com um cara que não fazia nada, só aterrorizava. Ele tinha os negócios dele e quando eu fui trabalhar com meu irmão, ele dizia “vai lá empregadinha, assalariada”. Nessa época ele começou a perder tudo, se envolveu com bebida e (faz o gesto de quem cheira cocaína). Enquanto isso, minha vida ia subindo, e a dele descendo. Eu comprei um carro zero e falei para ele “acabou, ‘tá aqui minha liberdade”, mas ele só zombava da minha cara e começou a me bater e me forçar a ter relações, uma vez peguei um sapato de salto alto e dei na cabeça dele, que me deu um murro. Na gritaria a vizinha chamou a polícia e me disse “chega disso, bota ele pra fora”, e quando a polícia veio eu já tinha colocado ele num carro com uma trouxa de roupa. O policial me disse o mesmo que a vizinha e ainda completou: “Minha senhora, toda semana é a mesma coisa. Ele vai te matar, e a

gente não vai mais ficar vindo aqui toda hora” (suspiro). E foi assim que, em 1997, depois de 20 anos eu me liberei dele. De repente senti paz e consegui dormir sem medo. Nessa época até com síndrome do pânico eu ‘tava. Acho que foi Deus que me deu força. Meu pai era muito religioso, e eu me lembrava disso e ia na Igreja sempre que podia. Nunca tomei remédio, também não fiz terapia, saí do buraco sozinha. Foi acreditar em Deus que me ajudou. Não sou crente nem nada, só creio em Deus. (C., entrevistada 3).

Ao ouvir as palavras do policial, C. decidiu que era a hora de acabar com seu casamento. Enfrentou o medo e expulsou o marido de casa. O irmão e os filhos a ajudaram, e ela começou a trabalhar novamente, em outra empresa. Hoje afirma estar bem, pois comprou seu carro e paga todas as suas contas. O ex-marido faleceu de cirrose hepática em 2006, e foi ela quem cuidou dele no final de sua vida. Ela afirma ter pena dele e ser orgulhosa de si, que conseguiu retomar a vida, inclusive sexual e amorosa. Em 2001, conheceu um rapaz mais jovem por quem se apaixonou. :

Eu me apaixonei, mas ele era igual ao meu ex-marido, queria me controlar. Não entendia que eu amava ele e não ia trair. Fiquei cinco anos com ele e terminei. Eu acho que tenho problema porque só aparece doido na minha vida! (risos) Mas eu não vou fazer terapia; se não fui quando era casada, não é agora que vou. Eu ocupo a minha cabeça e estou aberta ao amor. Até poderia me casar de novo, nunca se sabe, mas nada de dormir no mesmo quarto, usar o mesmo banheiro, nada disso. Isso só acaba com o encanto, é muita intimidade que os casais têm hoje em dia. Quero meu espaço, nada de dividir meu quarto. (C., entrevistada 3).

Sobre o seu divórcio, a ruptura foi abrupta, trouxe muito sofrimento, choro, medo, perseguição, necessidade até de impor medida cautelar ao marido e lutar na justiça. A separação foi litigiosa: “Ele não se divorciou de mim, foi a justiça que tirou ele da minha vida. Tive que

brigar por isso”. Por fim, restou o enfrentamento de mágoas profundas em relação aos homens, que hoje estão amenizadas porque C. afirma perceber quando o homem pode ser violento. Seus temores atuais envolvem os filhos, que não foram criados em um ambiente saudável e mostram ter problemas com seus relacionamentos, sua filha mais velha envolveu-se em um relacionamento violento, mas conseguiu terminar a relação,

Acho que ela viu tudo o que eu passei e foi mais esperta, mas eu percebo que ela só atrai esse tipo de namorado, ainda bem que ela estudou e pode se colocar na relação com mais força. Meus outros dois filhos também têm problemas para se relacionar. É muito difícil ver o que meu casamento causou a eles!(C., entrevistada 3).

Essa entrevistada passou por uma situação não compartilhada pelas demais, pelo menos não fisicamente, pois para E. (entrevistada 2) a violência que identifica em seu casamento é emocional, psicológica. Ela conheceu o ex-marido em seu segundo ano universitário, cursou educação física na PUC de São Paulo e lá passou por grandes transformações emocionais, pois ao longo de sua infância e adolescência seu pai trabalhava o dia todo e sua mãe era uma pessoa triste que sempre destacava o lado negativo da vida. Segundo ela:

Minha mãe me disse há alguns anos atrás que eu era a culpada por todos os problemas dela. Na hora não entendi, depois assimilei suas palavras com o fato de ela ter tido depressão pós-parto numa época em que ninguém sabia disso... Ao longo da minha infância e adolescência sempre percebi que meu pai me protegia dela e, mesmo me criando para casar e ter filhos, ele aceitou que fosse fazer faculdade. Eu não queria fazer o normal nem tocar piano, que eram as coisas que

ele queria que eu fizesse, mas acho que, como eu sempre enfrentei meu pai, ele me respeitava e mesmo sendo contra eu fazer faculdade, ficou muito feliz porque eu passei na PUC. Me lembro do dia em que eu passei e ele telefonou dizendo que meu nome estava no jornal. Aquele dia ele largou tudo e chegou em casa cedo, ele nunca chegava cedo, tava sorrindo e feliz... Acho que foi uma das vezes que eu o vi mais feliz, eu tava no quarto da minha mãe com meus irmãos vendo TV e ele veio me abraçar! Quando fui para a faculdade, tive um primeiro ano básico, com sociologia e antropologia. Eu achava aquilo impossível. Lia os textos que não entendia e pensava: puta-que-pariu, depois de jogar bola o dia todo tenho que discutir o texto do boi e a boiada? Um dia perguntei a uma colega mais velha, esse curso misturava um monte de gente de vários cursos — que era esse boi e essa boiada??? Ela me disse para pensar que o boi era uma pessoa, uma metáfora, que puxava a boiada e ninguém pensava para onde ‘tava indo. Daí caiu a ficha. Tudo era uma metáfora! (risos) Eu fui educada numa ditadura, sabe? Tiraram da escola tudo o que eu gostava, artes principalmente, e no lugar colocaram um monte de coisa insuportável! Eu não tinha cultura, lá em casa a gente almoçava, jantava e dormia, ninguém discutia nada... Me lembro do meu pai dizendo pro meu tio que era professor: “Por favor, não quero que você fale disso na minha casa”, e eu tonta pensei que fosse palavrão. Só depois que entrei na faculdade entendi que ele falava de política e da ditadura, nessa época meu irmão tava indo pro exército. Lá na faculdade vi um lado abstrato do mundo que eu demorei muito a entender. Hoje percebo que nem na época eu entendi direito! (risos). (E., entrevistada 2)

Neste processo conheceu seu ex-marido em um “sambão”. Era o final do segundo ano da faculdade, ele fazia engenharia em outra faculdade e parecia aceitar a vontade dela de ser livre.

Nessa época fiquei dividida entre o politicamente correto e o que eu queria. Ele era diferente, meus outros namorados eram ciumentos, ele parecia não ser, mas minava por baixo... dizia (voz murmurante) “fica em casa”, “não precisa fazer isso”, “olha essa roupa” e hoje eu penso: rodei, rodei, e cai no mesmo sistema.(suspira) Casei depois de seis anos de namoro. Minha primeira filha nasceu depois de dois anos, não planejei nenhum dos filhos. Quando minha segunda filha nasceu, tive que parar de trabalhar. Fui massacrada pelo sistema, a família,

dizendo que se ela morresse eu era a culpada. Era tanta pressão para eu não pensar... Eu ganhava bem, mais do que ele, pagava as contas, a prestação do apartamento, era um luxo ser professora e ganhar tão bem. Achava fácil ser mãe, brincava com a minha filha, passava a noite com ela enquanto ele fazia uns cursos, mas quando minha segunda filha, a H., nasceu, eu passei por insegurança, medo de perder, eu tinha uma certeza de que ela ia sobreviver, não me pergunte por quê, coisa de louco... O médico me dizia que nunca tinha visto aquilo! Eu passei mais dificuldade com ela e daí pensei mais nessa coisa de ser mãe, porque ela era difícil, birrenta, mas os psicólogos me ajudaram muito dizendo que ela era uma criança que tinha passado por tanta coisa que era difícil ser diferente, é lógico que ela tinha que ser diferente. Nessa época, a família, mais a dele, se metia em tudo porque precisamos da ajuda deles. Eles se metiam na educação das meninas, nos móveis da casa, era péssimo!(E., entrevistada 2).

Com o nascimento da segunda filha e as dificuldades, ela começou a perceber que o ex-marido a minava emocionalmente, culpando-a por tudo aquilo que não funcionava em sua vida. Quando precisou parar de trabalhar devido ao nascimento de sua segunda filha, que apresentava uma rara doença genética, E. afirma que nessa época realmente conheceu o seu companheiro.

Todo dia ele lavava a louça depois do jantar e me trazia água e licor. No mesmo dia em que parei de trabalhar, ele parou de fazer isso. Entrei em choque, porque achei que aquilo fosse natural, fizesse parte do jeito dele, mas não! Depois disso tudo piorou. Eu corria atrás da minha filha mais nova o dia todo, todo mundo me ajudava com minha outra filha, iam pegar na escola, davam almoço, porque eu sempre tinha psicólogo, fono, terapia ocupacional, tudo para que ela chegasse na escola com alguma chance de ser como as outras crianças. Você acha que eu tinha tempo de lavar louça, roupa e fazer janta? Nessa época, ele começou a dizer que ‘tava estressado e ia fazer natação, futebol — por que será, né? Cada hora era uma coisa, e eu lá sem nem dormir porque a mais nova chorava a noite toda. Eu sabia que tinha algo errado, mas a correria era tanta que eu pensava “deixa pra lá, melhor viver na paz com ele”. Tudo sempre me pareceu tão longe, sabe... (pensativa) Casar e ter filhos... Quando aconteceu eu fui enfrentando,

não pensava em separação, ainda não tinha claro o que acontecia, só queria paz, porque tudo tinha ficado muito difícil. (E., entrevistada 2).

Tudo deveria ser como ele queria — os domingos na casa dos pais, os horários, a rotina, os filmes da televisão, do cinema. Para ela havia algo errado, mas ela não conseguia perceber o que era. Foi quando tinha mais de quarenta anos, com suas filhas adolescentes precisando menos de seu tempo, que decidiu começar a pintar. “*Queria fazer qualquer coisa para ver o que eu gostava de fazer e um dia saindo da psicóloga com a minha filha vi uma faixa de uma escola de pintura, decidi me matricular.*” Nesse processo se sensibilizou com a beleza de suas criações, com seus colegas de aprendizado que sempre a elogiavam, dizendo que ela tinha um talento nato. Na mesma época, começou a frequentar um curso gratuito de autoconhecimento, no qual permaneceu por cinco anos e desenvolveu sua espiritualidade, deixando o marido cada vez mais de lado em sua vida. Nesse mesmo período as brigas se intensificaram, pois ela passava grande parte de seu tempo pintando e estudando, se descobrindo, percebendo seus gostos e as limitações à sua individualidade impostas por seu marido. Durante esse processo, E. afirma que ainda não estava pronta para sair da união. Foram necessários quatro anos, e para tornar a situação mais definitiva, ela descobriu um caso extraconjugal que seu marido mantinha há seis anos. Foi nessa época que afirma ter consolidado sua percepção acerca de seu marido: extremamente controlador e violento emocionalmente, ele havia tirado dela tudo de que ela gostava. Começou a se lembrar do sarcasmo de suas risadas dizendo que seus quadros eram péssimos, que ela nunca ia conseguir ser nada sem ele,

Eu me sentia meio doida porque, de um lado, era o bombardeio dele — “Você é louca, grossa, não faz nada direito, como quer pintar?” e, do outro, meus colegas de aula me elogiando. Com o tempo, percebi que podia fazer mais por mim e viver sem amargura. Eu via meus dois lados com clareza: o da amargura e do pessimismo, e o da alegria e leveza. Eu não queria mais esse primeiro! (E., entrevistada 2).

Mesmo em meio às brigas e a revelação da traição, seu marido não ia embora e a ameaçava com corte de dinheiro para o custeio das aulas de pintura. Quando ele cumpriu as ameaças, ela foi convidada a virar monitora, e o pagamento seriam suas aulas. Para ela,

Isso me fez pensar que era mesmo para eu seguir o caminho da arte, que lá eu iria me realizar. Hoje percebo o quanto posso fazer e tocar as pessoas mostrando que em cada escolha de cor, estilo e imagem, está um sentimento que quer sair. Isso me realiza. Tenho alunos adolescentes que pintam quadros que os pais acham horríveis. Quando eles vêm falar comigo, eu digo: olha para o seu filho, todas as cores que ele usa diz algo a respeito dos sentimentos dele. É essa a minha contribuição: através da arte, ajudar as pessoas e a mim mesma. (E., entrevistada 2).

Sua vida sexual inexistia há anos e o que antes era sentido como mágoa e culpa, porque ele a fazia se sentir assim, transformou-se em uma percepção de que o casamento havia definitivamente acabado. Mesmo tentando ignorar o companheiro, as brigas se tornaram piores até que, em uma dessas brigas, sua filha mais velha pediu ao pai que fosse embora. Foi apenas com esse pedido que a separação inicial se concretizou. A ruptura da separação litigiosa lhe causou muito sofrimento, pois suas filhas eram jovens e também precisavam de apoio emocional, enquanto ela se sentia devastada. Passou meses chorando e tentando entender a razão de tanto ódio de seu ex-marido em relação a ela — afinal, ela percebia algo de errado, mas não imaginava

que ele fosse tão controlador a ponto de não aceitar a separação. Sua motivação não era amor, mas controle.

Não entendo como ele pôde ser tão maldoso. Nós vivemos uma vida juntos, tivemos filhos, dividimos tantas dificuldades, por que isso, meu Deus? Como eu me sentia magoada com essa atitude dele... isso foi o que mais me devastou. E até hoje ele me perturba, quer tirar minha pensão e me ameaça a todo tempo! Não sei porque ele tem tanto ódio, talvez seja porque eu consegui sair do controle dele, mas ele tenta infernizar minha casa e minha relação com as meninas até hoje, principalmente porque eu recebo pensão! (E., entrevistada 2).

Segundo ela, até hoje ele a ameaça pedindo revisão da pensão e da venda de sua metade no apartamento em que ela reside com as filhas. Para ela, o ódio se agravou porque ela contestou o papel que ele impôs a ela, mas a tensão permanece em sua vida, pois ela ainda não conseguiu superar a necessidade da pensão alimentícia.. Desse grande processo de sofrimento e busca de si, E. afirma hoje ser livre, muito mais feliz, saber do que gosta — acordar tarde, ter uma casa colorida, ver filmes europeus, usar as roupas que deseja, comer o que quer. Enfim, sente-se um indivíduo pleno; em suas palavras, o que sente hoje é fruto de pelo menos 17 anos de autodescoberta. Nesse período, E. não experimentou outros relacionamentos. Atualmente tem 55 anos e apenas agora começa a pensar em se relacionar afetivamente com alguém, mas não deseja coabitação, apenas namoro e companheirismo. Segundo ela:

Percebi que posso ser mulher, trabalhar, sair com minhas amigas e quem sabe arrumar um namorado. 'Tô trabalhando para aceitar isso (risos), aproveitei que o médico me mandou fazer atividade para iniciar a dança de salão, lá brinco, piso no pé, dou risada. Não quero ser a

melhor da sala, só me divertir e tentar ter mais vida social. Quem sabe não tem alguém lá, né!? (E., entrevistada 2).

Assim como C.(entrevistada 3), E. (entrevistada 2) sente que suas filhas foram prejudicadas emocionalmente com o comportamento do pai: “*E se elas acharem que casamento é aquilo tudo que eu passei?*”. Atualmente consegue perceber que existe como se relacionar de forma saudável com um homem, mas não quer uma presença masculina cotidiana em sua vida. O mesmo afirmam R. (entrevistada 4), C. (entrevistada 3), M. (entrevistada 5) e S. (entrevistada 1): nenhuma deseja coabitar novamente com outro homem; todas desejam namorar e manter independência em relação a um possível companheiro. A principal justificativa é preservar a vida que construíram após terem se divorciado, um processo difícil, de sofrimento, mas que se mostrou, por fim, compensador. Duas entrevistadas (S., entrevistada 1 e R., entrevistada 4) recebem algum tipo de auxílio somente para os filhos, todos com mais de vinte anos e ainda vivendo com elas; eles auxiliam nas tarefas da casa e no orçamento doméstico. Para todas, a ruptura do vínculo conjugal implicou uma reestruturação do tempo pessoal e, à medida que os filhos envelheceram, foram progressivamente delegando a eles tarefas, de forma que todos participem da rotina doméstica.

A trajetória dessas mulheres no mundo trabalho foi instável.³⁷ Apenas S. (entrevistada 1) sempre trabalhou; é uma empresária bem-sucedida do ramo de estética, mas que afirma sentir os efeitos da instabilidade econômica, pois a cada crise somem suas clientes. Devido a essa instabilidade, atualmente divide com o ex-marido as despesas da educação de sua filha, que hoje tem 27 anos e está estudando para concursos públicos. S. se casou aos 27 anos, com seu namorado da época de adolescência por quem era apaixonada, e teve um namoro de 10 anos. Sua

³⁷ M. afirmou ter parado de trabalhar por um período enquanto seu filho era pequeno.

criação foi católica e rígida, educada em colégio de freira. Seus pais vieram do interior, e sua mãe era “*caipira*”, aceitava tudo o que seu pai, militar, impunha aos três filhos. “*Brincar só com horário e nada de ficar brincando de casinha com outra menina, ele tinha medo que rolasse namoro* (risos)”. Ela poderia ter feito faculdade, mas não queria estudar e preferiu “*aprender uma profissão*”. Fez curso técnico e aos 17 anos já trabalhava e logo abriu seu salão. Seus pais eram contrários ao seu namoro, mas ela queria se casar com ele e ser mãe. Pensava também que teria liberdade para viver sua vida junto com seu marido, já que seu namoro sempre foi controlado de perto pelo pai.

Não era como é hoje em dia — até para viajar, depois de anos de namoro, os pais dele pediam autorização ‘pros meus pais. O namoro de antigamente era diferente, ainda mais porque ele era mulherengo e meus pais sempre diziam isso. Ele era evangélico, então até de domingo tinha desculpa para me deixar cedo em casa. Meu namoro de 10 anos equivale a um ano de namoro dessas meninas de hoje. (S., entrevistada1).

No entanto, assim que casou, percebeu que enfrentaria problemas, pois ele ainda estudava e voltava para casa muito tarde. Ela sabia que era também por conta de seus casos, mas mesmo assim decidiu que queria ter filhos com ele, seu sonho era ter uma menina e amamentar. Com o nascimento da filha, quando tinha 29 anos, a sobrecarga de trabalho piorou, pois

[...] uma criança precisa ter horário para comer, e eu não podia mandar a cliente embora no meio do que eu estava fazendo para amamentar. Mesmo assim, amamentei um ano. Minha vida foi trabalhar e cuidar da minha filha, só trabalho mesmo. Fiquei casada com ele seis anos, mas nem via ele. Um dia decidi e mandei ele embora; minha filha tinha 3 anos e pouco. Quando me desquitei, voltei para a casa dos meus pais, que só me aceitaram porque não gostavam dele —

ele sempre foi mulherengo e meu pai sabia. Comprei minha casa três anos depois e fiz o salão lá mesmo, porque eu queria ficar com a minha filha, criar ela. Comprei à vista e derrubei a casa para fazer um sobrado e, assim, ficar mais tempo com ela. Enquanto faziam a casa, eu trabalhava na casa de uma vizinha que me emprestou um espaço [...] Eu era muito boba porque achava que podia melhorar, mas cansei, ele me desrespeitou em tudo, como mulher, mãe da filha dele e dona-de-casa, também não tinha carinho e diálogo. Eu nunca pensei em divórcio. Sabia que tinha preconceito, minha mãe falava “fica longe da casa daquela mulher porque ela é separada”, mas eu não pensava nisso. Eu sempre fui da razão e menos da emoção e decidi terminar o casamento, fiquei dois anos com depressão sem sair, fui ter um namorado muito tempo depois. Tinha que cuidar da minha filha, trabalhar, dar um jeito de ela ir na escola e voltar para a casa de alguém, minha mãe, irmã ou mãe dele — alguém tinha que ajudar, porque ele não dava pensão. Ele disse que podia dar uma miséria e eu ganhava muito bem. Nunca tive marido pra me bancar e só trabalhava e cuidava da minha filha. Sinto mágoa dele, converso apenas o necessário, não gosto dele, de tanto amor foi isso que ficou. Só entrou na minha casa quando minha filha operou há poucos anos atrás. Eu não gosto dele, mas nunca deixei que falassem mal dele na frente dela. Dizia: “Não faz isso que ele pode ter sido um marido ruim, mas é o pai dela e ela tem que ver o tempo que quer passar com ele”, ele sempre venerou a filha, mas sabe como é? O trabalho mesmo ficava para mim. (S., entrevistada 1).

Ao longo de sua entrevista, S. sempre menciona a independência de seu trabalho e seus bens, como uma proteção em relação aos homens que queiram se aproveitar dela, no sentido de quererem que ela assuma o papel de esposa.

Eu tive um namorado que vivia querendo me dar coisas. Eu não aceitava, porque vai que ele achava que eu poderia me comprar? Eu sempre tive um monte de jóias, linhas de telefone que alugava na época que isso valia dinheiro. Nunca precisei de homem para ter as coisas. (S., entrevistada 1).

As outras entrevistadas também usam argumentos ligados a sua individualidade e independência financeira para não serem esposas nunca mais; é como se, lá atrás, em seu passado biográfico, o casamento significasse, de alguma forma, um porto seguro econômico cuja contrapartida significava uma entrega total de si.

O que mais me assustou foi que cai no mesmo sistema, o marido provedor e a mulher que passa o dia correndo atrás dos filhos, sem poder querer muitas coisas. (E., entrevistada 2).

De repente percebi que tava que ficando que nem a minha mãe, esperando o marido chegar em casa. (M., entrevistada 5).

Eu passava o dia olhando pra cara dele no Café que ele abriu, a gente trabalhava junto, chegava em casa e aquela rotina chata, eu tinha virado a mãe das filhas dele. Nem sexo ele queria, fiquei três anos sem nada, pensava “se ele não me come é porque come outra ou outras”. Se nem sexo eu tinha... o cara só queria ficar em casa, eu comecei a ficar de saco cheio, queria sair daquilo, ser eu de novo, feliz, contente, amo minhas filhas, mas sou mais que mãe! Na época fui fazer terapia para salvar o meu casamento, com o tempo percebi que era eu que tinha que me salvar, sair daquela vida que não me realizava. Chamei meu ex e disse: “Acabou, quero o divórcio”. Ele ficou passado, não aceitou, mas conversamos e ele viu que eu tava decidida. A terapia me ajudou a ver que eu ‘tava perdida e que não me via mais como mulher, virei mãe, fiquei como a minha mãe. (R., entrevistada 4).

Todas afirmam desejar um relacionamento livre da divisão do trabalho, não querem a rotina de um casamento cheio de tensões, em certo sentido parecem não perceber que o casamento possa se dar de forma mais igualitária, enquanto um relacionamento, não uma instituição que lhes tira a individualidade; aliás, não será essa a mesma representação que os

jovens partilham acerca do casamento — jovens que, conforme argumenta Berquó (2002) em sua análise do aumento de uniões civis, preferem a união consensual como uma forma de experimentar a vida a dois sem o peso do matrimônio? É como se o vínculo legal tirasse o caráter experimental e burocratizasse a vida a dois.

As cinco entrevistadas, mesmo aquelas que não se envolveram diretamente com o trabalho doméstico durante o casamento, mencionam a seguinte expressão acompanhada de um largo sorriso: “*Casar pra quê? Pra lavar cueca ?*”. Essa expressão é simbólica, pois significa que, mesmo tendo passado pelo período de autodescoberta e questionamento sobre o relacionamento passado, as entrevistadas parecem desconsiderar que uma atual relação pode se construir sobre novas bases, e que novamente se tornariam donas-de-casa, com uma rotina desigual de trabalhos domésticos e a individualidade ameaçada. Nesse sentido, a revelação de si, dos seus gostos, rotina, trabalho e realizações correriam riscos na coabitação — ou seja, as tensões do passado não foram totalmente superadas, ou se foram, essas mulheres parecem ter tomado para si algumas das formas conservadoras de exercício do poder dentro do lar. Assim, um novo relacionamento implicaria perda do poder conquistado. Os argumentos relacionados ao trabalho e aos rendimentos aparecem envoltos por uma sensação de vitória em relação à dependência financeira do antigo matrimônio, mas essas conquistas não significam que um novo relacionamento pode se desenrolar de forma diferente daquele do passado. Frente a essa perspectiva, podemos observar aspectos conservadores, similares aos que Cunha (1988) e Machado (2001) destacam quando tratam do processo de modernização brasileiro e sua relação com as mudanças dos padrões de comportamento que guardavam (e ainda guardam) fortes elementos hierárquicos.

Quando tratado o sentimento da mudança de posição no interior da família, observa-se: a valorização da administração doméstica e da criação dos filhos que as leva a afirmar que a separação não significou que elas se tornaram chefes da família, pois já exerciam esse papel. Nesse sentido, a chefia do domicílio pode até estar vinculada a critérios econômicos, mas a administração do lar é entendida como uma função já exercida anteriormente em relacionamentos que incorreram em padrões tradicionais de divisão de tarefas. O homem ausente e provedor, e a esposa cuidando do lar, da família, quando não também, do trabalho na esfera pública.

Eu acho que sempre fui chefe da família. Podia não ganhar a grana, mas sempre fui a referência, mesmo pra ele, que depois do divórcio desabou! Sempre tive que lidar com os problemas, meus filhos sempre saíam chamando “mãeeee” e ele nunca estava em casa, nem ajudava com nada. Mesmo vivendo o inferno que vivi, aquela casa era minha e eu cuidava de tudo (C., entrevistada 3).

Eu sempre fui a chefe da família, sempre cuidei de tudo mesmo! Quando ele foi embora não mudou muita coisa na rotina da casa, ele não fazia nada mesmo, eu era dependente dele, mas era uma coisa mais emocional do que qualquer outra coisa. Financeiramente dependia também, mas eu tenho profissão e sabia que podia arrumar emprego. Eu sempre cuidei de tudo e hoje acho que serei chefe de família enquanto minhas filhas morarem aqui, depois serei só eu (E., entrevistada 2).

Eu sou a chefe da família, na minha casa tudo é do jeito que eu quero. Agora meu irmão ‘tá aqui comigo, e eu não deixo ele folgar não — ele que lave a louça dele, a roupa dele, e minha filha também. Eu que coloco o dinheiro aqui, sempre foi, então eu sou a chefe dessa casa e a dona daqui (S., entrevistada 1).

Chefe de família... acho que sempre fui, porque sempre cuidei das coisas, mas meu ex-marido era presente, sim. Hoje que eu percebo que tenho que fazer o dinheiro dar; então delego responsabilidades para as meninas, elas que se virem com a pensão do pai, o que eu ganho não dá conta de tudo, então elas que ajudem também, nos ajudamos e eu tento não ser mandona, mas tenho meus limites (R.,entrevistada 4).

Essas entrevistas fornecem elementos para a discussão dos limites da individualização, o primado das decisões pessoais, escolhas e as conseqüentes rupturas nos relacionamentos quando estes não estão mais funcionando, conforme as tendências contidas em análises e conceitos elaborados por Giddens (1992; 2002), Singly (1996) e Beck e Beck-Gernsheim (2002). Os elementos coletados em campo demonstram a complexidade dos desafios enfrentados desde a época da adolescência, quando as possibilidades sociais abertas às mulheres se alargavam em meio à ditadura militar. Em um contexto de criação conservadora e rígida, era aceita a necessidade do estudo feminino, mesmo que não fosse até a universidade enquanto se estava solteira, tendência encontrada até hoje, quando se avalia a participação feminina no mercado de trabalho.³⁸ Já se considerava importante que a mulher tivesse algum conhecimento para trabalhar, pelo menos até casar. Essa abertura conservadora permitiu às mulheres descobrirem um novo mundo, no qual entravam em contato com ideologias, práticas e pessoas totalmente diferentes daquelas com quem tinham amizade desde a infância, mas que por trazer em si elementos tradicionais, deixou-as confusas na percepção posterior de que estavam vivenciando

³⁸Segundo Bruscchini (1994) as mulheres, ao contrário dos homens, são mais ativas no mercado de trabalho até 24 anos, observando-se uma queda da participação feminina no mercado até os 30 anos, quando aumenta novamente o índice de sua participação. Enquanto os homens mantêm a estabilidade que caracteriza sua participação no mercado de trabalho, as mulheres aumentam sua presença em todas as idades, mas atingem participação mais elevada dos 30 anos 39 anos, quando metade delas trabalha. Essa tendência é mais forte no Nordeste; no Sudeste ainda persiste um alto índice de ocupação entre os 20 e 24 anos, seguido por um refluxo. Para Bruscchini (*Ibidem*, 184), o que poderia explicar essas diferenças regionais seria o setor industrial no Sudeste, que emprega, preferencialmente, jovens e solteiras, enquanto outros setores, como o público e terciário, de grande relevância no Nordeste, possuem outros critérios de contratação.

relacionamentos desiguais. As contradições entre a liberdade conservadora do passado e a dura rotina do casamento só foram sentidas algum tempo depois, quando os filhos já estavam crescidos e a jornada doméstica menos exaustiva.

O processo de individualização feminino e o contato com novas ideologias e estilos de vida são elaborados por Beck e Beck-Gernsheim (2002) quando os autores tratam das transformações das possibilidades biográficas femininas. Os autores chegam até a mencionar a questão da distância geográfica como um fator que possibilitou às mulheres o contato com novos horizontes. Além de percorrerem a cidade, passando a conhecer novos espaços, as mulheres começaram a receber retribuições mensuráveis por seu trabalho fora de casa, o que foi muito importante para a percepção do valor do tempo e a necessidade de racionalizá-lo. Dessa forma, o cálculo do tempo colocaria limites às demandas familiares.

Um novo mundo se abriu quando eu conheci pessoas que com a minha idade já tinham viajado o mundo, lido, trabalhado dando aulas, eu era a filhinha do papai e não sabia de nada, tudo começou a mudar quando vi tanta cultura na faculdade. (E., entrevistada 2).

Quando fui trabalhar no banco achava aquilo um outro mundo, gente de toda parte, gays, lésbicas, tinha de tudo lá e eu sentia que podia me descobrir e me divertir muito ao lado deles e longe da minha família. (M., entrevistada 5).

É uma tendência apontada também por Vaitsman, que destacou a importância dos estudos e do trabalho para o questionamento dos limites impostos pela família. Em seu trabalho empírico, a autora privilegia mulheres da classe média, que cursaram a universidade em um contexto de grande transformação das relações de gênero. Ela circunscreve um grupo etário formado por

mulheres que cursavam a universidade no final década de 1960. Trata-se de uma geração de transição, que levou suas descobertas identitárias promovidas pela escolaridade, assim como a participação em movimentos antiautoritários, para dentro do casamento. Dessa forma, a mulher se inseriu dentro do relacionamento enquanto indivíduo, com posição semelhante à masculina produzindo grandes instabilidades no casamento. Entre esses grupos o ideal do amor moderno, baseado nas particularidades do outro, que o tornam único para se construir a vida, perde o sentido, fragmenta-se (VAITSMAN, 1994). A autora trata, entre outras questões, da ruptura promovida pelo divórcio e seus impactos sobre as mulheres. Em sua pesquisa, realizou o campo em dois períodos distintos e pôde, assim, observar os rumos tomados pelo grupo de mulheres que, na primeira ocasião, afirmavam se perceber enquanto indivíduos autônomos e críticos e que posteriormente indicaram que a ideologia não se concretizou no cotidiano do relacionamento. Em seu campo, a autora trabalha com indivíduos pertencentes à classe média formada nos anos 1970, fruto da expansão econômica e educacional, um grupo com alto grau de escolaridade que formava os quadros técnicos e intelectuais dos grandes centros urbanos. Suas entrevistas, realizadas em 1985 e 1991, revelam alguns aspectos semelhantes àqueles destacados aqui em nossa pesquisa empírica. A autora destacou pontos interessantes e convergentes com os que aqui foram destacados e remetem à questão da transformação da intimidade como um processo vivenciado em maior medida pelas mulheres. A abertura de possibilidade para o estudo feminino ampliou o contato com novas ideologias e desejos entre as mulheres da geração em transição. Como apontado acima, a autora estudou um grupo de mulheres que cursaram a universidade entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, sendo pouco mais velhas que o grupo etário delimitado nesta pesquisa; os conflitos, contudo, parecem ser semelhantes, pois todas tinham tido contato com o mundo do trabalho, assim como tinham traços identitários referidos a um universo

maior que o mundo doméstico. A vida conjugal imaginada era baseada em valores mais igualitários, principalmente no que se refere à divisão de tarefas, à negociação da vida a dois para que ambos pudessem ter as mesmas oportunidades de realização pessoal. Entretanto, ao se casarem, acabaram experimentando um modelo mais tradicional. A autora afirma que, em alguns casos, esse recuo se daria devido à diferença de idade entre os cônjuges, que conferia ao homem uma posição já consolidada no mercado de trabalho e, portanto, mais oportunidades de transferência e promoção, situações aceitas pelas esposas, que acabaram tendo dificuldades de realizar sua vida profissional em novas condições — o que não observamos em nossas entrevistas, nas quais havia equilíbrio etário entre o casal. O que as diferencia do antigo modelo de esposa tradicional é o contato prévio com o mundo público, ainda que em um contexto politicamente conturbado, no qual o público fora esvaziado, e o reconhecimento de que tinham plena capacidade para exercer sua vida pessoal e profissional sem estarem subordinadas ao marido. Dessa percepção surgiram conflitos, similares ao relatado por E. (entrevistada 2), uma das entrevistadas apresentadas acima:

Quando minhas filhas estavam na escola, a menor com boas condições para acompanhar a turma e eu mais tranqüila, decidi voltar a trabalhar, queria ter minha vida. Isso trouxe uma tensão ainda maior no meu relacionamento, porque ele achava que tudo estava bom como era antes, mas eu não. Fui trabalhar em uma escola e as brigas eram homéricas, ele achava que eu estava deixando a família de lado (E., entrevistada 2).

Sua volta ao trabalho servia para que ela voltasse ao seu projeto inicial de independência financeira e pessoal, interrompido pela doença de sua filha mais nova. Porém, depois de passar parte de seu casamento subordinada ao marido, percebeu que poderia retomar seus projetos

peçoais e reconstruir sua individualidade na relação, pois já estava mais madura e com duas filhas já crescidas, mas seu marido não compreendia sua necessidade. As entrevistadas de Vaitsman (1994) relatam processos semelhantes, a maternidade como uma quebra dos projetos pessoais e o período posterior de subordinação emocional e econômica que foi duramente sentido quando a criança já estava um pouco mais crescida e a mãe/mulher percebeu que poderia ter e precisava de “mais espaço para si”, exigindo do marido uma divisão de tarefas mais igualitária. A maternidade, enquanto um evento que tende a ser sentido como uma ruptura biográfica, é destacado pela autora, pois a mulher tende a deixar de lado sua vida profissional e social para permanecer com o filho. Destacou-se também a posição dos parceiros em relação a este período: nenhum deles menciona a paternidade enquanto um evento de ruptura; pelo contrário, ela proporciona alegria para alguns, enquanto outros afirmam que foram deixados de lado pela esposa (*Ibidem*: 132). É interessante refletir sobre o olhar masculino em relação a essas mudanças, pois mesmo partilhando valores mais igualitários em relação às possibilidades femininas, tendem a não participar da vida doméstica, apresentam dificuldades em dialogar sobre essas mudanças, sentem as tensões, a infelicidade da esposa, mas costumam permanecer alheios. Sorj (2005) destaca que as representações sobre os papéis de gênero ainda tendem ao tradicionalismo e, para aqueles que pensariam ser essa uma tendência brasileira associada ao “machismo latino” (Rocha-Coutinho, 2008; Singly, 2007b), apresenta em seu livro *L’Injustice Ménagère* a mesma questão em relação à sociedade francesa — isto é, por que as mulheres tendem a assumir a maior parte das responsabilidades sobre o lar? O autor destaca que muitos tendem a associar essa tendência à criação feminina, suas brincadeiras de casinha, sua mãe assumindo mais responsabilidades que o pai; porém, isso seria uma explicação do tipo causa/consequência. Em um dos capítulos desse livro, coordenado por Singly, Gaviria e Letrait

(2007) apresentam um estudo qualitativo sobre mulheres que estão em sua segunda união e tentam perceber quais as diferenças na divisão de tarefas entre os dois relacionamentos. Em suas entrevistas, as autoras observam uma tendência extremamente crítica em relação à primeira união, mas quando perguntadas sobre a divisão de tarefas no atual relacionamento, afirmam que novamente assumiram mais responsabilidades que o companheiro. Tendem a usar seus horários mais flexíveis de trabalho e colocam o fato de acharem que executam as tarefas melhor que os companheiros e a demora deles em tomar a iniciativa de ajudar, como fatores que as impelem a assumir mais responsabilidades. Outro aspecto observado pelas autoras é que, ao tomar para si os cuidados com a casa, esperam o reconhecimento do companheiro e sentem-se mais importantes na relação, aspectos bem semelhantes àqueles destacados por Sorj e sintetizados na fala de S.(entrevistada 1) e E. (entrevistada 2).

Eu fazia tudo, cuidava da casa dele, da filha dele e nunca tive reconhecimento, queria isso (S., entrevistada 1).

Eu nunca entendi tanta raiva, eu cuidei dele, da casa dele e das filhas dele, eu não era uma estranha... E. (entrevistada 2).

A essas alturas cabe destacar que a mulher tem historicamente afirmado seu poder “por de trás dos panos”, como afirma Rocha Coutinho (1994). Os cuidados com a casa e a educação das crianças representavam possibilidades efetivas de uso de poder e manipulação na vida cotidiana privada (*Ibidem*; GAY, 1988). Nessa perspectiva, assume-se que a mulher também é responsável por sua posição e que elabora estratégias para exercer seu poder e controle. Assim, a persistência

de aspectos mais tradicionais da vida doméstica observada entre casais atualmente deve considerar essa percepção, principalmente em um contexto político de desarticulação da esfera pública, no qual as mulheres tiveram mais possibilidades de trabalho e educação, porém sem uma forma de reconhecimento que proporcionasse profunda transformação em sua identidade pública (*Ibidem*). Dentro dessa perspectiva é possível afirmar que, após a ruptura das uniões com rígida divisão de tarefas, as mulheres conseguiram converter o poder exercido como dona-de-casa em um poder de dona-da-casa que contém elementos tradicionais, já que não é visto como algo divisível com um novo companheiro. Essa observação demonstra que, dentro de um contexto de modernização conservadora e política autoritária, no qual as possibilidades de vida estavam abertas, mas eram controladas, essas mulheres adotaram representações igualitárias sem conseguir efetivá-las plenamente no cotidiano, pois foram esvaziadas na esfera pública política. Talvez essa seja uma percepção que diferencia o contexto brasileiro, conforme Cunha (1988) destacou em sua obra sobre a revolução sexual no Brasil — ela aconteceu dentro dos limites permitidos do autoritarismo político; a prioridade era controlar a população e evitar a rebeldia. A ideologia do amor livre chegou aqui, mas foi prontamente esvaziada de seu maior significado. O corpo converteu-se em mero objeto de desejo, de culto privado, mascarou-se o poder que se exercia sobre ele. O mesmo governo que expandia as universidades controlava o conteúdo lecionado, censurava filmes, músicas e filmes considerados subversivos. A igualdade de gênero, de possibilidades e exercício da sexualidade, era considerada “ideal comunista”, uma ameaça à família; entretanto, nesse período as mulheres conseguiram frequentar a universidade e ingressar no mercado de trabalho (*Idem: Ibidem*).

A expressão usada por Beck e Beck-Gernsheim para definir a ambivalência da posição social feminina *no longer and not yet* se encaixa com exatidão nas tendências encontradas nas

entrevistas realizadas neste estudo. Portanto, teria que se avançar substancialmente para que encontrássemos na realidade dos relacionamentos um padrão de relacionamento puro e de amor confluyente, tal como conceitua Giddens. A retomada da vida afetiva parece ser mais complexa entre essas mulheres pertencentes ao que Vaitsman (1994) denomina geração de transição. A reavaliação do passado, de suas atitudes no relacionamento, os desafios cotidianos sem o referencial do companheiro, a responsabilidade com os filhos, tudo transforma o processo de reavaliação da vida mais demorado que o masculino, mesmo porque o alargamento das possibilidades biográficas atingiu mais as mulheres. Além dos aspectos subjetivos, apresentam-se os objetivos do contexto autoritário no qual essas mulheres passaram sua adolescência e parte da idade adulta. Esses indivíduos cresceram em uma época de transformações culturais, políticas e econômicas extremamente autoritárias e sentiram esse descompasso entre as idéias e as práticas em seus relacionamentos e no seu cotidiano. Giddens fala em consolidação da democracia na esfera pública como o primeiro movimento para a democratização da vida privada; daí ser importante pesar os termos e considerar nossa história política ao utilizarmos esse instrumental teórico. Apesar de nosso capitalismo ser desenvolvido e de estarmos inseridos no movimento de globalização e vivermos em uma democracia, temos nossas idiossincrasias, com destaque para a modernização conservadora (DOMINGUES, 2004). Entretanto, é interessante perceber que, mesmo no contexto europeu e norte-americano, que muitos destacam como privilegiado para a observação das conquistas femininas, temos estudos que afirmam a cautela em relação ao otimismo dos conceitos de Giddens acerca da transformação da intimidade, pois o exercício e a necessidade do afeto prendem os indivíduos em relacionamentos que não terminam quando uma das partes resolve que precisa descobrir novos caminhos. Para chegarmos a esse ponto, seria

necessário o desenvolvimento de uma confiança em si que contrasta com as incertezas da alta modernidade (JAMIESON, 1999).

Como observado nas entrevistas realizadas nesta pesquisa, há uma grande resistência a ingressar em um novo relacionamento, o que sugere que a reavaliação de Berquó (1998) acerca do fenômeno que primeiro denominou “pirâmide da solidão”, ao observar a inferioridade do recasamento feminino, e que atualmente denomina “pirâmide dos não-casados”, é sem dúvida correta, pois a decisão de não ingressar no mercado matrimonial pode partir mais de uma escolha individual do que de uma rejeição masculina em relação a mulheres mais velhas que não estão mais no ciclo reprodutivo (COSTA, 2002). Entre os muitos aspectos destacados pelas cinco entrevistadas, está a redescoberta de gostos, o estabelecimento de uma rotina para si que não comporta mais dividir a vida doméstica com outra pessoa. Nesse sentido, poderíamos observar e afirmar uma forte tendência ao individualismo, assim como observou Vaitsman (1994); por outro lado, esse individualismo tende a ser negativo, pois seu conteúdo não se molda no estabelecimento de novos laços afetivos (SINGLY, 1996).

Ao desenvolver seu estudo sobre a transformação da intimidade, Giddens afirma que as mulheres puderam desenvolver suas habilidades afetivas de maneira mais intensa e rápida que os homens e, dessa forma, estão mais afinadas com as mudanças nos relacionamentos, as quais derivam, em grande medida, da própria transformação do comportamento feminino. Contudo, percebe-se que ainda existem muitos pontos de tensão nos relacionamentos que derivam da ambigüidade das representações de gênero, assim como do conservadorismo do discurso reflexivo da própria modernidade. Em seu início, em relação à mulher, e ao contrário do que afirma o autor, as mulheres, assim como os homens, tendem a manter características identitárias conservadoras.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, abordamos a transformação da condição feminina e sua inserção em um contexto maior de eventos históricos, decisões políticas e econômicas, durante do século XX. Anualmente são divulgados dados acerca da expansão de arranjos familiares alternativos ao “casal com filhos”, com a tendência de aumento dos denominados arranjos alternativos, destacando-se o monoparental feminino. Para alguns, significa que a família está em crise; para outros, indica sua transformação e novos questionamentos.

No âmbito da Sociologia brasileira, nossos estudos iniciais voltaram-se para a família do século XIX e início do XX enquanto espaço de socialização extremamente coeso. A vida familiar se interpenetrava com projetos públicos de poder, e as relações eram baseadas em interesses para além da vida na casa grande. Atualmente, discute-se a validade dessa percepção acerca do que seria um modelo de família brasileiro, pois, em um grande território como o nosso, expandir o modelo econômico e político do Nordeste canavieiro para demais regiões tem se mostrado problemático e conflitante com as atuais pesquisas da historiografia demográfica, conforme demonstramos na Introdução. Por outro lado, ao se considerar a existência significativa do arranjo monoparental em outras regiões, mostra-se que a família burguesa, com estreita divisão de tarefas, era mais um ideal que realidade no século XIX, tendo se consolidado apenas em meados do século XX, quando transformações promovidas pela política desenvolvimentista expandiram a oferta de ensino médio, técnico e superior promovendo a expansão da classe média. Em meio a essa expansão estavam as mulheres, que progressivamente foram avançando na esfera pública, mesmo que controladamente, exercendo funções sociais, alargando sua rede de sociabilidade e percebendo que outras biografias eram possíveis.

Assim, ao longo desta dissertação, tentou-se desnaturalizar a recorrente visão de que a família está se esfacelando em suas relações de reciprocidade — como se ela tivesse partido do modelo coeso da Gilberto Freyre retraindo-se, tornando-se nuclear, burguesa e com estreita divisão de tarefas em meados do século XX; nesse sentido, destacamos também que a percepção da “família em crise” é antiga, remontando ao século XIX. Os recentes estudos da demografia histórica e da historiografia da vida privada revelam aspectos acerca da família brasileira e da posição feminina em seu interior desde o período colonial: casamentos escassos, grande número de uniões não-legalizadas, de famílias monoparentais, pedidos de separação à Igreja, histórias de resistência e de estratégias que manipulavam os fortes dogmas católicos, contornando o controle da Metrópole. Frente a esse panorama tão diverso é difícil generalizar. É preciso cautela quando se fala sobre a família brasileira.

Essa retomada histórica foi necessária para que contestássemos a percepção geral, de que a família monoparental é novidade. Ela pode até sê-lo entre as camadas médias urbanas, como destaca Macêdo (2007), pois o fenômeno adentrou o mundo das pesquisadoras, e aquilo que era observado como a problemática do “outro” passou a ser um problema do “nós”, tocando pontos e questões diversas dos estudos recorrentes sobre grupos pobres e operários. Se antes eram discutidas as estratégias de sobrevivência, a inclusão da classe média nos horizontes de estudo trouxe outras questões, até mesmo sobre a forma com que a família operária tendia a ser estudada. Entre as camadas médias, havia a aceitação de que o primado da sobrevivência se colocava com menos vigor, dando mais espaço a aspectos individualizantes e à busca por respostas psicologizadas acerca da vida conjugal, do divórcio e da descoberta de si ao longo dos processos de ruptura biográficos. Essa observação é ressaltada, entre outros, por Velho (2001) e Vaitsman (1994), que analisam as transformações das relações familiares no Brasil durante o

século XX. Nossa modernização conservadora, as tensões entre aquilo que deveria ser mantido e as mudanças aceitas, tinham reflexo em diversos aspectos da nossa vida social e política. Ao mesmo tempo em que os jovens passavam a ouvir sobre o movimento *hippie* e suas músicas, revistas femininas divulgavam que a moça desejosa por um bom casamento deveria se precaver e evitar intimidades com o namorado. Entretanto, com o advento da pílula, os limites do possível se alargaram, e as mulheres tiveram o controle sobre o exercício de sua sexualidade pela primeira vez; porém, poucas eram as que tinham mais de um parceiro — as relações geralmente aconteciam quando o relacionamento era sério e havia noivado (PRIORE, 2006). Das dificuldades das jovens em saber como se comportar às transformações educacionais que expandiram as oportunidades de ingresso universitário, muitos aspectos contribuíram para a possibilidade legítima do acesso feminino em uma problemática esfera pública. Nessa mesma época, nosso país vivia o período militar, suas políticas modernizantes e o conservadorismo da pequena burguesia que ia às ruas em marchas pela família (CUNHA, 1988). Os obstáculos às mulheres que desejavam caminhos diferentes foram explicitados, mesmo que timidamente, através das reivindicações feministas no ano de 1975, eleito pela Organização das Nações Unidas o “Ano da Mulher”. Nessa época, os estudos feministas adentravam as universidades, sofisticando definições, conceitos e aprimorando noções que traziam para a discussão elementos maiores que a libertação feminina pelo trabalho. Divididas entre casa, família e trabalho, as mulheres enfrentavam reprovações, quando não culpa por ansiarem ser mais que esposas e mães. Passados mais de 30 anos do “Ano da Mulher” promovido pela ONU, percebemos a consolidação de direitos e, no entanto, a persistência de desigualdades no acesso ao mercado de trabalho e sua permanência nele, na divisão de tarefas domésticas, no cuidado com as crianças e na possibilidade de ascensão profissional. Injustiças da vida domésticas tendem a ser justificadas

pelas próprias mulheres como advindas de seus trabalhos mais flexíveis e do maior zelo feminino pelos cuidados com a casa, mesmo no contexto de outros países, como destacam Gaviria e Letrait (2007). Em outras palavras, o projeto feminista de emancipação através do trabalho fora da esfera doméstica desconsiderava aspectos culturais inscritos nas concepções de gênero.

Dividida entre o entusiasmo das pesquisas que apontam o aumento da chefia feminina e o que encontraríamos por de trás dos números, esta pesquisa tenta responder algumas questões, utilizando, principalmente, a teoria da modernidade reflexiva construída por Antony Giddens (1993; 1997; 2002; 2003), que trata das transformações das bases da modernidade, seus efeitos sobre o comportamento íntimo e familiar e, principalmente, a transformação das possibilidades de inserção social feminina, processo que deve ser inserido dentro da radicalização das bases da modernidade, além do importante conceito de individualização apresentado Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim (2002).

A clássica dicotomia indivíduo/sociedade, fundante da Sociologia, tem se imposto como um desafio ainda maior em um período de transformação da vida cotidiana, no qual a técnica invade todos os espaços, processo exemplificado por Giddens (1997) quando retoma o trecho de um romance no qual a personagem começa a refletir sobre as formas de se fazer gelo, o quanto estas se aprimoraram ao longo de sua vida,³⁹ metáfora análoga aos sistemas abstratos e condicionantes estruturais da modernidade que, fundada sobre o princípio da dúvida, teve reflexo sobre a vida cotidiana não só nas técnicas constantemente aprimoradas que facilitam o dia-a-dia, mas também na possibilidade de escolha de caminhos alternativos em uma sociedade que desmancha as tradições formulando hábitos, estes meras repetições que, em seu caráter negativo, podem até mesmo se tornar vícios.

³⁹ BACKER, Nicholson. *The Mezzanine*. Weidenfeld & Nicolson New York:1990.

Do controle da fertilidade oferecido pela pílula até a sofisticação das teorias psicológicas que se transformaram em uma forma de reflexividade institucionalizada, abordando os problemas dos indivíduos nos tempos atuais, tudo tende a eleger o indivíduo como a parte que deve ser privilegiada na análise das relações sociais. Por outro lado, temos a permanência de desigualdades econômicas e de injustiças baseadas em diferenças físicas e comportamentais que mostram a permanência dos limites desse primado do indivíduo, que só faria sentido à medida que todos tivessem acesso a um patamar mínimo de igualdade, ou seja, a concretização da democracia plena. Os conceitos desenvolvidos por Giddens (1993) acerca da transformação dos relacionamentos partem dessa premissa; mesmo que o autor considere as tensões e desigualdades de gênero ainda existentes, seus conceitos se baseiam naquilo que denomina *democratização da vida íntima*.

No tocante à família, o primado do indivíduo é usado para justificar sua crise, sua falência, inviabilidade, ou até mesmo uma forma pós-familiar, em um contexto no qual o tempo passa a ser rigidamente calculado e os vínculos de afeto se tornam eletivos. Entretanto, percebe-se que a família se transformou e que as fronteiras construídas entre os corpos e espaços íntimos não significam o fim do afeto, mas sua transformação. A família passa a ser mais um dos espaços nos quais o indivíduo se socializa e, pelo que se percebe, é ainda o mais importante; a diferença é que, agora, não segue um mesmo modelo de organização. Podem-se encontrar famílias heterossexuais, homossexuais, monoparentais e, porque não dizer, até multiparentais, à medida que os casais se separam e recasam com outros indivíduos, cada qual com sua história prévia, formando novos grupos familiares que podem ser identificados em seu conjunto como uma família pelos filhos desses casais refeitos.

As relações familiares sempre esconderam tensões que se revelaram com o progressivo acesso feminino à esfera pública produtiva e política. Essas tensões mobilizaram dimensões da vida social que remetem a classe, cor e idade. A igualdade feminina enfrenta desafios múltiplos e interconectados. A injustiça doméstica de que tratam Singly, Gaviria e Letrait (2007b) mobiliza a ambigüidade das representações de gênero sentidas pelas mulheres. O serviço doméstico permanece como forma de agradar o companheiro, que acha que algumas tarefas o fazem se sentir menos homem, ou de evitar brigas — a mulher continua acreditando que faz o serviço com mais atenção e que pode fazê-lo, inclusive, porque seu trabalho fora de casa é mais flexível. Ao fundo dessa realidade estão representações identitárias que guardam em si elementos hierarquizantes e igualitários — afinal, por que o trabalho e o tempo feminino continuam sendo mais flexíveis? A esta pergunta, respondem as entrevistadas de Gaviria e Letrait (*Ibidem*), que é uma forma de ficar com os filhos e, ainda assim, exercerem sua profissão, uma forma de combinar aspectos que remetem à mudança e permanências na condição feminina. O cuidado com os filhos vinculado à persistência da noção da mulher enquanto a parte mais apta a cuidar das crianças também legitima desigualdades (*Idem: Ibidem*; SORJ, 2005).

Rocha-Coutinho (2008), em recente trabalho com jovens cariocas de ambos os sexos e universitários de classe média, analisa suas representações sobre relacionamento, casamento, carreira e percebe nelas profundas contradições. Ao mesmo tempo em que já não valorizam a virgindade, ambos afirmam que uma mulher deve evitar ter muitos parceiros, pois isso a tornaria “rodada” e indesejável para um relacionamento sério. Em relação à profissão, homens e mulheres valorizam o trabalho do casal para a composição do orçamento doméstico e concordam que a mulher deve se realizar profissionalmente; porém, enquanto a tendência no discurso feminino é de conciliação entre a família e o trabalho, entre os homens apenas a profissão é privilegiada —

tornar o trabalho mais flexível para ajudar no cuidado dos filhos é impensável, tal como também aponta Giddens: pesquisas mostram que os homens aceitam participar mais da criação dos filhos, mas, ao mesmo tempo, alguém deve arcar com a maior responsabilidade (GIDDENS: 1993). Em suas conclusões, Rocha-Coutinho (2008) afirma que as representações da identidade feminina tendem a conservadorismos entre homens e mulheres. Nesse sentido, as obrigações femininas teriam se alargado, assim como suas possibilidades biográficas, mas certos vestígios do passado permanecem configurando impasses que são cotidianamente enfrentados pela mulher que deseja ter família e trabalho. As mudanças são inegáveis, bem como as permanências.

Os conflitos enfrentados pelas mulheres de classe média pertencentes à “geração de transição”, isto é, educadas para o casamento e o trabalho doméstico, mas que viveram o final de adolescência na faculdade absorvendo ideais de igualdade, conforme denomina Vaitsman (1994), a mesma observada em nosso campo exploratório, parecem ainda se impor entre as mulheres mais jovens, mostrando que Machado (2001) tem razão ao afirmar a cautela em relação à idéia de que o código igualitário se sobrepôs ao hierárquico dentro da organização familiar pertencente às camadas mais altas e escolarizadas da sociedade. Enquanto espaço de reciprocidade, as relações camuflam tensões, desacordos e instabilidades que causam rupturas, as quais abrem questionamentos e a reavaliação dos caminhos escolhidos.

O estudo empírico de famílias monoparentais femininas de classe média nos permitiu observar que as possibilidades de escolhas estão, de fato, mais abertas às mulheres e aos indivíduos que se sentem mais livres em relação aos rígidos padrões que os impeliam a permanecer presos a uma única possibilidade de composição familiar. Por outro lado, essas mulheres relatam os conflitos e certa tendência a assumir um papel de esposa que guardava elementos antigos e que terminou lhes trazendo profundas insatisfações. Em meio a tantos

conflitos, percebe-se a transformação da intimidade construída em cada relação, assim como a necessidade feminina de se colocar de forma autônoma, com diálogo, compreensão e colaboração do companheiro; entretanto, essas mudanças parecem ter criado mais tensões que transformações no casamento dessas mulheres. Depois da ruptura, resta o sofrimento, a tristeza frente à constatação de que a relação não funcionou, de que os projetos do passado não fazem mais sentido, e a conseqüente busca de si, que demanda tempo e o enfrentamento de tantas outras dificuldades, como o reajuste da relação com os filhos, a diminuição do orçamento doméstico e a necessidade de assumir definitivamente a responsabilidade por tudo.

O futuro afetivo tende a se constranger pelo temor de que um relacionamento que envolva a coabitação signifique passar pelos mesmos problemas; assim, algumas preferem permanecer sós, outras aos poucos se preparam para um novo relacionamento ou ainda preferem manter parcerias que não envolvam casamento. Destaca-se, assim, que mesmo após a autodescoberta de si, essas mulheres não conseguem vislumbrar um relacionamento entre iguais: tendem a afirmar que os homens são espaçosos, que irão tomar conta de suas vidas e gostos, contrariando a tendência que Giddens (1993) e Singly (1996) apontam quando afirmam a autodescoberta como o principal passo para a vivência de relacionamentos íntimos sem aspectos desiguais. O *relacionamento puro* e a *intimidade*, que só se constroem com diálogo e clareza dos desejos e gostos pessoais, parecem ainda se chocar com elementos tradicionais (MACHADO, 2001).

A chefia da família é percebida como uma função desde sempre exercida, já que o companheiro tendia a se envolver pouco com o cotidiano e com os filhos; por outro lado, tal percepção não se traduzia em um posicionamento mais igualitário na relação. Essas mulheres indicam que, mesmo quando se ausentaram da esfera do trabalho não-doméstico, sentiam que tinham grande importância para a manutenção familiar. Porém, só a organização familiar e

doméstica tornou-se insatisfatória e o casamento tenso; e mesmo que tenham se submetido ao antigo padrão de organização doméstica, desejavam ter uma vida para si, na qual sua identidade não fosse apenas a de esposa e mãe.

Os apontamentos com base no campo realizado e em leituras de estudos empíricos, de critérios semelhantes aos adotados nesta dissertação, mostram uma tendência de avanço do processo de individualização, que assume proporções e mobiliza dimensões da vida social de diferentes maneiras. Para Jamieson (1999), a transformação da intimidade e a tendência ao relacionamento entre iguais podem ser avaliadas, em certa medida, como um processo mais discursivo, pois para os participantes de uma relação que desejam igualdade, a prática de atitudes amorosas e de cuidado tem sido mais importante que a constante dinâmica da mútua exploração do “self” de cada um.⁴⁰ Nesse sentido, os conceitos de Giddens parecem-lhe otimistas frente às permanências comportamentais mais conservadoras — afinal, o relacionamento envolve tensões que passam por questões financeiras e do cotidiano, desconsideradas por Giddens (*Ibidem*). Por outro lado, destaca-se que Giddens os propõe como conceitos típico-ideais e mostra como a democracia e suas práticas se infiltraram na vida privada, construindo a tendência à consolidação da igualdade, que parece se fortalecer com a presença feminina maciça no mundo do trabalho e nas esferas políticas decisórias. Apesar do ingresso no mundo público, a mulher se confrontou — e ainda se confronta — com assimetrias baseadas em critérios tradicionais que ainda não perderam o sentido neste novo período da modernidade. Empiricamente, percebemos que ainda há dificuldade em perceber a possibilidade de um relacionamento sério que envolva coabitação em um contexto de persistência de desigualdades na esfera pública e relacionamentos passados

⁴⁰ “*In practice, intimacy remains multidimensional and for the contenders for successful heterosexual equality, acts of Love and care have been more important than a constant dynamic of mutual exploration of each other's selves*” (JAMIESON, 1999: 485).

frustrantes. Acredito que o autor proponha conceitos fundamentais para mensurarmos nossas conquistas e entendermos o porquê de tantas persistências conservadoras nos relacionamentos.

Em meio a tantas ambigüidades está a mulher afirmando-se, mesmo que lentamente, como indivíduo e mostrando que a análise apenas numérica não revela a transformação das expectativas em relação a si, aos relacionamentos e ao mundo. Depois de experiências impregnadas de ideais igualitários e desenlaces conservadores, as entrevistadas afirmam a redescoberta de si, confirmando a consolidação de novos contornos na individualização feminina; por outro lado, os relacionamentos futuros são esperados com o temor de que o homem se sobreponha dentro do lar, levando à prisão do antigo padrão de relacionamento, o que suscita a percepção de que a individualização é um processo ainda não consolidado e passível de ameaça.

Os conceitos de Giddens (1993), tais como *intimidade*, *sexualidade plástica*, *amor confluyente* e *relacionamento puro*, são vistos por Jamieson (1999) como *raramente encontrados frente ao que se percebe na realidade da vida social*; contudo, fornecem-nos balizas para a análise da transformação da vida íntima. Assim, é preciso pensar que essa democratização da vida íntima de que fala Giddens (1993) é recente e ainda em construção. Retomando Elias (1994b), a transformação das subjetividades é lenta e está totalmente imbricada no contexto social, mas nem sempre responde a ele imediatamente. Assim, não é possível descartar nenhuma das partes: sociedade e indivíduos, quando buscamos compreender os processos sociais.

Neste estudo analisamos o processo de individualização feminino dentro do contexto brasileiro, que contém em si elementos tradicionais e modernos, amplamente debatidos dentro das Ciências Sociais. Em meio a tantas ambivalências está a vida íntima e uma clara transformação das possibilidades biográficas femininas na vida pública e privada, mesmo que ainda marcadas por elementos mais conservadores. Ao circunscrevermos o grupo social analisado

à classe média, conseguimos mostrar a absorção das idéias psicologizantes que levam a uma constante auto-análise e, conseqüentemente, à insatisfação com os papéis de gênero atribuídos às mulheres; todavia, o processo de transformação das representações sociais é lento e envolve as esferas macro e microsociais em uma complicada teia de interconexões. Dessa forma, podemos apontar com base na bibliografia privilegiada e nas entrevistas realizadas a tendência rumo à construção progressiva de uma maior igualdade entre homens e mulheres em um curto período. Essas conquistas, porém, não estão consolidadas e precisam ser constantemente estudadas e avaliadas no âmbito das Ciências Sociais. O conceito de individualização, proposto por Beck e Beck-Gernsheim (2002), nos oferece uma espécie de “metodologia” de estudo das relações familiares e sociais que se mostra extremamente interessante para não cairmos em generalizações otimistas que desconsideram a manutenção de conservadorismos e injustiças nas atribuições de gênero, as quais impedem a consolidação da igualdade entre mulheres e homens no interior de um relacionamento.

Por fim, destacamos a dificuldade de trabalhar com conceitos que foram construídos em contextos diferentes do nosso e a necessidade de utilizá-los percebendo nossas particularidades. Nosso intuito não foi, de forma alguma, construir uma análise comparativa; contudo, a falta de conceitos construídos dentro de nosso contexto exigiu precaução constante para minimizarmos possíveis uniformizações quando nos deparamos com desafios tão semelhantes ao tratarmos da igualdade de gêneros dentro do relacionamento e o seu desdobramento no período posterior ao divórcio e recomposição da individualidade.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.

- ARIÈS**, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ARDAILLON**, Danielle e **CALDEIRA**, Teresa. “Mulher: indivíduo ou família.” *In: Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2,4, p. 2-10, abril 1984.
- AUGÉ**, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- AZZI**, Riolando. “Família e Valores no Pensamento Brasileiro (1870-1950). Um enfoque histórico.” *In: Sociedade Brasileira Contemporânea. Família e Valores*. Ribeiro, Ivete *et alli*. São Paulo : Edições Loyola, 1987.
- BECK**, Ulrich; **GIDDENS**, Antony; **LASH**, Scott. **Modernização: política, tradição e estética na ordem social moderna**. (Tradução de Magda Lopes.) – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. – (Biblioteca básica)
- BECK**, Ulrich; **BECK-GERNSHEIM**, Elisabeth. **Individualization. Institutionalized Individualism and Its Social and Political Consequences**. Sage Publications Ltd., 2002.
- BENJAMIN**, WALTER. “Paris, Capital do século XIX”. *In: Kothe, Flávio R. (org.). Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985.
- BERQUÓ**, Elza Salvatore. “Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica”. *In: História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. /coordenação e edição de Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. “Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil”. In: **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira** /Cristina Bruschini e Sandra G. Unbehaum, organizadoras — São Paulo: FCC: ED. 34, 2002.

BIANCO, Bela Feldmann. “Capitalismo e Família: os Pequeno-Burgueses”. In: **ALMEIDA**, Maria Suelly Kofes de, *et al.*. **Colcha de retalhos. Estudos Sobre a Família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BILAC, Elisabete Dória. **Famílias trabalhadoras: estratégias de sobrevivência – a organização da vida familiar em uma cidade paulistas**. São Paulo: Símbolo, 1978.

BOITO JUNIOR, Armando. “Estado e Burguesia no Capitalismo Neoliberal.” In: **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, 28, p. 57-73, jun. 2007. Disponível em: www.ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rsp/article/view/11695/8236. Acesso: janeiro, 2009.

BOZON, Michel. **Sociologia da Sexualidade**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004.

BRUSCHINI, Cristina. **Mulher Casa e Família**. São Paulo, Vértice/Fundação Carlos Chagas/Revista dos Tribunais, 1990.

_____. “O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes.” In: **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, n. especial, 2º semestre de 1994; pp. 179-199.

CARDOSO, Fernando Henrique & **FALETTTO**, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, Marília Gomes de. **As vicissitudes da família na sociedade moderna: estudo sobre o casamento e as relações familiares**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), 1992.

CARVALHO FILHO, Benedito José de. **Marcas de família: travessia do tempo**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. (A era da informação: economia, sociedade e cultura); v.2 São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CICCHELLI - PUGEAULT, Catherine & CICCHELLI, Vincenzo. Les Théories Sociologiques de la Famille. Paris: La Découverte, 1998.

CORRÊA, Mariza. “Repensando a Família Patriarcal no Brasil. (Notas para o estudo da organização familiar no Brasil).” In: ALMEIDA, Maria Suelly Kofes de. *et al.*. **Colcha de retalhos. Estudos Sobre a Família no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1982

COSTA, Carolina de Souza. “Pirâmide da Solidão ou Pirâmide dos Não-Casados? Cor e Estado Conjugal na Terceira Idade no Brasil.” In: Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP Ouro Preto, 2002, v.1,. Versão Eletrônica, Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_ENV_ST45_Costa_texto.pdf. Acesso: maio de 2007.

COSTA, Sérgio. “Quase Crítica. Insuficiências da Sociologia da Modernização Reflexiva.” In: **Tempo Social. ; Rev. Sociologia. USP**, v. 16, n. 2. : 73-100, 2004. Versão Eletrônica, disponível em: www.scielo.br/pdf/ts/v16n2/v16n2a04.pdf. Acesso: setembro de 2006.

CUNHA, Maria Carneiro da. Comportamento Sexual. A revolução que ficou no caminho. São Paulo: Nobel, 1988.

DA MATTA, Roberto. “A família como valor. Considerações não familiares sobre a família brasileira”. In: Almeida, A. M. (org.) **Pensando a família no Brasil.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

D’INCAO, Maria Ângela. História do Amor no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006

_____. “Mulher e família burguesa.” In: **História das Mulheres no Brasil.** Mary del Priore (org.)/ Carla Bassanezi (coord.). São Paulo: Contexto, 1997.

_____. “O amor romântico e a família burguesa”. In: **Amor e Família no Brasil**. D’Incao, M. A. *et al.* (org.). São Paulo: Contexto, 1989.

DOMINGUES, José Mauricio. Ensaios de Sociologia. Minas Gerais: Ed. UFMG, 2004.

DURHAM, Eunice. “A família operária: consciência e ideologia.” **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: 1980.

_____. “Família e Reprodução Humana.” **Perspectivas Antropológicas da Mulher 3**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DURKHEIM, Émile. *La famille conjugale*. Disponível em: classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_emile/textes_3/textes_3_2/famille_conjugale.pdf Acesso: junho de 2006.

EHLERS PEIXOTO, Clarice. “As transformações familiares e o olhar do sociólogo.” Prefácio de Singly, François de. **Sociologia da família contemporânea**./François de Singly, tradução Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

EHLERS PEIXOTO, Clarice & BOZON, Michel. “Comportamentos familiares: resultados e perspectivas.” Apresentação do Dossiê Família. In: **Interseções. Revista de Estudos Interdisciplinares**, UERJ, RJ, ano 3, n. 2, p. 45-52, jul./dez. 2001.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a.

_____. **A Sociedade dos Indivíduos.** Rio de Janeiro Jorge Zahar Ed., 1994b.

FIORI, JOSÉ LUIS. “Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises. **Revista de Saúde Coletiva – PHYSIS**, Rio de Janeiro, v. 7, 1998. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/iea/artigos/fioribemestarsocial.pdf> Acesso: fevereiro, 2009.

FUNDAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Pesquisa do Registro Civil. Rio de Janeiro 2006.

_____. Pesquisa do Registro Civil. Rio de Janeiro, 2007.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *A mulher brasileira nos espaços público e privado* /Gustavo Venturi, Marisol Recamán e Suely de Oliveira, organizadores. – 1 ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

GAY, Peter. “O Poderoso Sexo Frágil”. In: **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. O Cultivo do Ódio.** São Paulo: Cia das Letras, 1988.

GIDDENS, Antony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas Sociedades modernas.** Trad. Magda Lopes. — São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993 — (Biblioteca básica).

_____. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. **A Constituição da Sociedade.** (tradução Álvaro Cabral). São Paulo: Martins Fontes, 2003, 2ª ed. – (Biblioteca universal).

GOMES, Monica Aparecida Ramos. **Família Chefiada por Mulheres: Desafio ao modelo familiar tradicional presente no catolicismo oficial.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Filosofia e Teologia da Universidade Católica de Goiás, 2003.

HARMAN, Lesley D. 1999 “The feminization of poverty: An old problem with a new name”. **Canadian Woman Studies: An Introductory Reader** (Nuzhat Amin, Frances Beer, Kathryn McPherson, Andrea Medovarski Angela Miles, & Goli Rezai-Rashti, eds.). Toronto: Inanna Publications and Education.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. “Estudos de Gênero no Brasil.” In: **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995).** Vol. 2, Sérgio Miceli (org). – São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999.

HEINICH, Natalie. A sociologia de Norbert Elias. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

HITA, Maria Gabriela. “A família em Parsons: Pontos, contrapontos e modelos alternativos. In: **ANTHROPOLÓGICAS**, ano 9, vol. 16 (1): 109-148 (2005).

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. “Trabalho Feminino e mudanças na família no Brasil (1984-1996): explorando relações.” In: REBEP v.20, n.2, jul./dez. 2003. Versão Eletrônica, disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_REP_ST44_Itaborai_texto.pdf. Acesso: fevereiro de 2009.

JAMIESON, Lynn. “Intimacy transformed? a critical look at the ‘pure relationship’?”. Disponível em: soc.sagepub.com/cgi/content/abstract/33/3/477 Acesso: dezembro de 2008.

JANINE, Renato Ribeiro. “Apresentação a Norbert Elias”. In: Elias, Norbert. **O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

JARDIM PINTO, Célia Regina. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

KAUFMANN, Jean-Claude. **La femme seule et le prince charmant. Ênquete sur la vie en solo.** Paris: Nathan, 1999.

LANDINI, Tatiana Savóia. “A sociologia processual de Norbert Elias.” In: **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 61, p. 91-108, 2006. Versão Eletrônica Disponível em: www.pg.cefetpr.br/ppgep/Ebook/cd_Simposio/artigos/mesa_debates/art27.pdf. Acesso abril de 2008.

LARANGEIRA, Sonia M. G. “Faz Sentido Falar em Classes Sociais?”.In: **Natureza, História e Cultura: Repensando o Social. Caderno de Sociologia**, número especial. Ed. UFRS, 1993.

GAVIRIA, Sandra e **LETRAIT**, Muriel. “D’un ménage à l’autre.” In: Singly, François de (cordenation). **L’Injustice Ménagère**. Paris : Hachette, 2007.

MACÊDO, Márcia dos Santos. “Gênero, Família e Chefia Feminina: algumas questões para pensar.” In: Borges, Ângela & Castro, Mary Garcia (org.). **Família, gênero e gerações. Desafios para as políticas sociais**. São Paulo: Paulinas, 2007.

MACHADO, Lia Zanotta. “Família, Reciprocidade e Condições de Classe.” In: **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

_____. “Perspectivas em confronto: Relações de gênero ou Patriarcado Contemporâneo?”. **Série Antropologia** **284**, 2000. Versão Eletrônica, disponível em: www.unb.br/ics/dan/Serie284empdf.pdf. Acesso: dezembro de 2008.

_____. “Famílias e Individualismo: tendências contemporâneas no Brasil.” **Série Antropologia** **291**, 2001 Versão Eletrônica, disponível em: www.interface.org.br/revista8/ensaio1.pdf Acesso: fevereiro de 2009.

MASSAINI, M. L., **LEITE**, Miram Moreira. “Representações do Amor e da Família. ” In : **Amor e Família no Brasil**. D’Incao *el al.* (org.). São Paulo: Contexto, 1989.

MILL, Stuart John. **A Sujeição das Mulheres**. Coimbra: Almedina, 2006.

MONTEIRO, Marko. “Sujeito e fragmentação: uma visão do gênero.” **Linhas** (UDESC), Florianópolis, v. 7, n. no prelo, p. 1-11, 2006. Versão eletrônica: www.periodicos.udesc.br/linhas/ojs/include/getdoc.php?id=171&article=138&mode=pdf. Acessado em março de 2009.

MORAES, M. L. Q.. “A questão feminina”. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo - SP, n. 16, 1976.

OLIVA, Maria Helena Oliva. “O moderno e o contemporâneo: reflexões sobre os conceitos de indivíduo, tempo e morte.” In: **Tempo Social; Rev. Sociologia**. USP, S. Paulo, 6 (1-2) : 91-105, 1994 (editado em junho 1995).

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003. .

ORTIZ, Renato. **Mundialização: Saberes e Crenças**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PARSONS, Talcott *et al.* 1956. **Family: Socialization and Interaction Process**. London : Routledge & Kegan Paul.

PERARO, Maria Adenir. “Os processos de divórcio: mulheres e famílias em Cuiabá, século XIX.” In: **Mulheres e Família no Brasil**. Maria Adenir Peraro e Fernando Tadeu de Miranda Borges (orgs.) – Cuiabá, MT: Carlini & Caniato, 2005.

POCHMANN, Márcio *et al.*. **Atlas da Nova Estratificação Social no Brasil. Classe Média. Desenvolvimento e Crise**. Volume 1. São Paulo: Cortez, 2006.

PRIORE, Mary Del. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

PROST, Antoine. “Fronteiras e espaços do Privado. ”. In: **História da Vida Privada, 5: da Primeira Guerra aos nossos dias** / Prost, Antoine & Vincent, Gerard (orgs.)/tradução Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

RAGO, Margareth. “Os feminismos no Brasil: dos Anos de Chumbo à Era Global.” In: **Labrys, Estudos Feministas**, n. 3, janeiro/julho 2003. Disponível em: www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/marga1.htm Acesso: janeiro, 2009.

ROCHA- COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. “Dos contos de fadas aos super-heróis: mulheres e homens brasileiros reconfiguram identidades.” **Psicologia Clínica Pós-Graduação e Pesquisa** (PUC/RJ), Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 65-82, 2001. Versão eletrônica. Disponível em: www.pucio.br/sobrepuc/depto/psicologia/download/pdf/Maria%20Lucia%20Rocha-Coutinho.pdf. Acesso : outubro, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. “Tendências atuais da história da família no Brasil.” In: Almeida, A. M. (org.) **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

SANTOS, Jonabio Barbosa dos e **SANTOS**, Morgana Salles da Costa. “ Família Monoparental Brasileira.” **Revista Jurídica, Brasília**, v. 10, p. 01-30, out/2008 a jan/2009. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/Artigos/PDF/JonabioBarbosa_Rev92.pdf. Acesso: maio de 2009.

SARTI, Cynthia Andersen. **A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 1994.

SCHWARZ, Roberto. “ Cultura e Política, 1964-1969.” In: **SCHWARZ**, Roberto. **O Pai de família de outros estudos**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. *Você acha que a gente vai poder com homem? Práticas conjugais entre mulheres das camadas populares*. Curitiba: [s. n.], 2007. Versão eletrônica, acessada em julho de 2008. www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2007/Taniamariagomesdasilva.pdf. Acesso: junho de 2008.

SINGLY, François de. **La fortune et l'infortune dela femme mariée**. Paris: Quadrige, 1987.

_____. **Le soi, le couple et la famille**. Paris: Nathan, 1996.

_____. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007 a.

_____. **L'Injustice Ménagère**. Paris: Hachette, 2007 b.

SORJ, Bila. “ Percepções sobre esferas separadas de gênero.” In : **ARAÚJO**, Clara e **SCALON**, Celi. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2005.

SOUZA, Candice Vidal & **BOTELHO**, Tarcisio Rodrigues. “Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro.” **Revista de Estudos. Feministas**, 2001, vol.9, no.2, pp.414-432.

TELES, Maria Amélia de Almeida. «Breve História do Feminismo no Brasil. **Coleção Tudo é História**, nº 145. São Paulo : Brasiliense, 1993.

TESTONI, R. J. F. & **TONELLI**, M. J. F.. Permanências e rupturas: o sentido de gênero em mulheres chefes de família. *Psicol. Soc.* vol.18 no.1 Porto Alegre Jan./Apr. 2006. Versão Eletrônica, www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100006&lng=em&nrm=iso&tlng=em Acesso em: junho de 2008.

THERBORN, Göran. *Sexo e poder: a família no mundo, 1990-2000*. Trad. Elisabete Dória Bilac.- São Paulo: Contexto, 2006.

TORRES, Analia Cardoso. *Sociologia do casamento, a família e a questão feminina*. Oeiras: Celta, 2001

VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. “Indivíduo, Casamento e Família em Circunstâncias Pós-Modernas”. In: *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol 38, nº 2, p. 329 – 353, 1995.

VASCONCELOS, Bernardo de. “(Des)Igualdade em The Subjection of Women de John Stuart Mill.” In: Mill, Stuart John. *A Sujeição das Mulheres*. Coimbra: Almedina, 2006.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura – notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

“Família e Parentesco no Brasil contemporâneo: individualismo e projetos no universo de camadas médias”. In: *Interseções. Revista de Estudos Interdisciplinares*, UERJ, RJ, ano 3, n. 2, p. 45-52, jul./dez. 2001.

WOORTMANN, Klaas e **WOORTMANN**, Ellen. Monoparentalidade e chefia feminina. Conceitos, contextos e circunstâncias. *Série Antropologia*, nº 357. Brasília, 2004.

YALOM, Marilyn. A História da Esposa: da Virgem Maria a Madonna: o papel da mulher casada dos Tempos Bíblicos até Hoje./ Marilyn Yalom: tradução Priscilla Coutinho. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

ANEXO I

Tabela I. Perfil das Entrevistadas

Tabela 1. Descrição das entrevistadas, por Idade, Escolaridade, Profissão, Trabalho, Filhos, Recebimento de Pensão e Vínculo Afetivo

Entrevistada	Idade	Escolaridade	Profissão	Duração do Casamento	Filhos	Pensão*	Parou de trabalhar após a maternidade	Possui namorado	Deseja coabitar com alguém
1 (S.)	56 anos	Grau Técnico	Empresária – Estética	6 anos	1	Não	Não	Não	Não
2 (E.)	55 anos	Superior completo	Professora	18 anos	2	Sim	Sim	Não	Não
3 (C.)	53 anos	Superior incompleto	Auxiliar de Administração	20 anos	3	Não	Sim	Não	Sim
4 (R.)	58 anos	Superior completo	Economista	22 anos (coabitação + união oficial)	2	Não	Sim	Sim	Não
5 (M.)	52 anos	Segundo grau completo	Secretária Trilingue	8 anos (coabitação+ união oficial)	1	Não	Sim	Sim	Não

* Consideramos apenas a pensão alimentícia paga à ex-esposa.

Tabela 2. Descritores Econômicos

Entrevistada	Possui casa própria	Mudou de bairro ou casa após a separação.	Possui carro	Filhos estudando em universidade particular	Relata constrangimentos econômicos após o divórcio	Freqüenta teatro, cinema, livrarias e eventos culturais
1 (S.)	Sim	Sim	Sim	Não (já formada)	Não	Sim
2 (E.)	Sim	Não	Sim	Não (filhas já formadas)	Sim	Sim
3 (C.)	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
4 (R.)	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
5 (M.)	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim

ANEXO II

Roteiro das entrevistas.

A infância

- Ano e lugar de nascimento.
- Arranjo familiar: conjugal, monoparental, extensa.
- Profissão (ões) do(s) pai(s)?
- Tem irmãos? Quantos? Quais os sexos?
- Qual era a situação financeira da família? (Como a classificava: classe média, baixa, alta)
- Qual o papel do pai e da mãe? Ambos trabalhavam? Como percebia a divisão de tarefas?
- Sempre viveu no mesmo bairro e como foi sua criação?
- A relação com os pais, em particular com a mãe. Como a percebia: feliz, realizada no casamento?
- Qual o tipo de educação pretendida pelos pais? (Religiosa, Laica, Politizada)
- O que pensava sobre o futuro? Qual a idealização de futuro que fazia (pretendia casar, ter filhos, se profissionalizar)?

A adolescência

- Como foi que se sentiu durante esse período?
- Manteve-se na mesma escola que estudou na infância?
- Era religiosa, politizada?
- Teve algum trabalho?
- Dividia as tarefas domésticas com a mãe?
- E o relacionamento com os pais?
- Qual a mudança que sentiu nas preocupações dos pais em relação às suas atitudes?
- O que pensava do futuro nessa época? O que esperava da família, da escola, do amor?
- Seus planos divergiam daqueles pensados pelos pais?

- Foi durante essa época que conheceu o ex-companheiro?

A entrada na idade adulta

- Depois do término da escola continuou os estudos? Qual a profissão escolhida e a universidade cursada?
- Como foi a experiência universitária: teve que trabalhar para custear os estudos, os pais mantinham o sustento?
- Como estava a relação com os pais nessa época?
- Durante essa fase como se relacionou com as transformações que levariam à idade adulta? (Descoberta de novos horizontes ideológicos, novas possibilidades de se viver, transformação dos valores)
- Foi durante essa época que conheceu o ex-companheiro?

A idade adulta

- Como estava a vida profissional nesse período? Exercia a profissão? Tinha bons rendimentos?
- Aonde conheceu o companheiro (caso não o tenha conhecido durante o período anterior)?
- Com quantos anos se casou?
- Teve filhos? Quantos? Após quanto tempo de casamento?
- Como foi a experiência da maternidade?
- Afastou-se do trabalho para cuidar dos filhos? Por quanto tempo?
- Qual o tipo de educação que escolheu para os filhos?
- Durante essa fase como era a convivência com o companheiro?
- Ele participava da educação das crianças?
- Qual a divisão de tarefas entre o casal?
- Como avaliava o relacionamento?
- O que pensava a respeito do divórcio e de casais separados?

O casamento e o divórcio

- Depois de quanto tempo de casados ocorreu o divórcio?
- Na época estava trabalhando? Tinha independência financeira?
- Qual o papel de sua família nessa decisão, houve apoio?
- Como foi tomada a decisão? Quais os conflitos enfrentados?
- Qual a relação que estabeleceu com o ex-marido?
- Qual a posição que o ex-marido tem em sua vida?
- O marido manteve-se presente na criação dos filhos?
- Depois do divórcio como se sentiu em relação a sua nova posição dentro de casa? Sentiu-se mais chefe da família ou acredita que pouca coisa mudou?
- Como percebe essa ruptura? Sente mudanças na maneira como concebe o casamento, a família, a relação entre pais e filhos?
- Em relação a si mesma, como se sente? Acha que superou a quebra do vínculo conjugal?
- Possui algum vínculo amoroso no momento? Quais as expectativas que tem em relação a esse relacionamento?
- Pensa em casar-se novamente?
- Qual a relação que o novo companheiro deve ter com os filhos? Como deve ser a inserção dele em sua família?